

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo na Vila de Trindade (Paraty – RJ).

Luana Balbino dos Santos

Rio de Janeiro  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo na Vila de Trindade (Paraty – RJ).

Luana Balbino dos Santos

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Teixeira Guerra

Rio de Janeiro  
2016

LUANA BALBINO DOS SANTOS

Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo na Vila de Trindade (Paraty – RJ).

Área de Concentração: Planejamento e Gestão Ambiental

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Aprovada em**

---

**(Prof. Dr. Antônio José Teixeira Guerra, PPGG/UFRJ)**

---

**(Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica dos Santos Marçal, PPGG/UFRJ)**

---

**(Prof. Dr. Pedro Alcântara de Lima, FCH/UFGD)**

---

**(Prof. Dr. Raphael David dos Santos Filho, FAU/UFRJ)**

---

**(Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Castilho da Costa, IGEOG/UERJ)**

---

**AGRADECIMENTOS**

Ao meu amor e esposo Rodrigo, pelo carinho, incentivo, apoio, paciência, e por não ter deixado eu desistir.

À minha família, principalmente a minha mãe Cristina e minha irmã Júlia, por me apoiarem e incentivarem a todo momento, tornando meus dias muito mais agradáveis.

Ao meu orientador acadêmico Professor Antônio José Teixeira Guerra, pelos ensinamentos, incentivo e contribuição inestimável durante esta minha formação acadêmica, através de conversas, sugestões, orientações e aulas.

A toda a equipe do Laboratório de Geomorfologia Ambiental e Degradação dos Solos pelas conversas, companhias e tardes agradáveis de trabalho, em especial ao Leonardo Pereira e Luana Aristeu pela companhia divertida nas idas a campo, e pela amizade que desejo levar para a vida inteira.

À comunidade da Vila de Trindade por me receber, acolher e contribuir para a pesquisa através das entrevistas e narrativas.

Ao Parque Nacional da Serra da Bocaina e sua equipe de gestão, por contribuir fornecendo os dados necessários para o desenvolvimento da tese.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa através da concessão de minha bolsa de doutorado, e pelo financiamento de recursos para trabalhos de campo necessários para o desenvolvimento deste estudo.

Gratidão

## RESUMO

Os conflitos socioambientais expressam lutas entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum em função dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. Portanto, investigar as semelhanças e diferenças entre valores e significados atribuídos por diferentes indivíduos a fenômenos sociais e ambientais podem auxiliar na compreensão e resolução dos conflitos, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais. Na vila de Trindade, bairro de Paraty, cidade do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é possível destacar moradores, turistas, empresários, pescadores e o poder público como atores sociais com percepções ambientais diversas, o que é um reflexo do contexto cultural e social que estão inseridos e que se agrava, uma vez que parte dos limites da vila encontram-se inseridos dentro dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), tornando a área em questão, um campo fértil para a captação de conflitos socioambientais. Desta forma, essa tese tem como objetivo fazer um diagnóstico da percepção ambiental dos atores sociais de Trindade, fornecendo bases que contribuam para o estabelecimento de medidas socioambientais que melhorem a qualidade de vida dessas populações, minimizando os conflitos socioambientais existentes, assim como as perdas ambientais e culturais. Para isso, foi verificada a existência de correlação entre os conflitos e as diferentes percepções ambientais dos grupos socioculturais envolvidos, bem como a relação entre o estabelecimento do PNSB e as mudanças culturais na comunidade. Os valores atribuídos ao meio ambiente expressaram o comportamento dos moradores e visitantes, suas expectativas e condutas, tornando-se uma ferramenta interessante para nortear estratégias de manejo dos recursos naturais e estudos socioambientais. Conclui-se que a principal ameaça, tanto para a perda cultural, como para a conservação ecológica, é o turismo, que surge como fonte de renda superior ao que era obtido antes com a pesca e a agricultura, portanto, a valorização da cultura tradicional caiçara se faz necessária para minimizar as perdas culturais e propõe-se o turismo de base comunitária como vertente natural para o uso turístico no Parque.

## ABSTRACT

Environmental conflicts express struggles between opposing interests fighting for control of natural resources and the use of common environment in the various types of relationship they have with their natural surroundings. Therefore, to investigate the similarities and differences between values and meanings for different individuals to social and environmental phenomena can assist in the understanding and resolution of conflicts, especially when it involves traditional communities. In Vila de Trindade, district of Paraty, a city on the south coast of the Rio de Janeiro State, is it possible to observe residents, tourists, store owner, fishermen and the government as social actors with different environmental perceptions, which is a reflection of the cultural context and social that they are inserted and that worsens because part of the village limits are placed within the limits of Serra da Bocaina National Park (PNSB), making the area a rich field to capture environmental conflicts. Therefore, this PhD thesis aims to make a diagnosis of the environmental perception of social actors of Trindade, providing bases that contribute to the establishment of environmental measures that improve the quality of life of these populations, minimizing the existing socio-environmental conflicts, even as environmental and cultural losses. For this, the correlation between conflicts and the different environmental perceptions of socio-cultural groups involved was verified, as well as the relationships between the establishment of PNSB and cultural changes in the community. The values assigned to the environment expressed the behavior of residents and visitors, their expectations and behaviors, making it an interesting tool to guide management strategies of natural and environmental resources studies. It is concluded that the main threat for both the cultural loss, as for ecological conservation is tourism, which appears as a source of income higher than it was obtained before with fishing and agriculture, so the appreciation of caiçara traditional culture is necessary to minimize the cultural losses and proposed to the community-based tourism as a natural aspect for tourist use in the Park.

## **LISTA DE SIGLAS**

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina.

SDLB - Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta destinada a população de Trindade, exposta em um restaurante em julho de 2013. Foto: Luana Balbino (2013).....	17
Figura 2 - Mapa de localização da área de estudos.....	21
Figura 3 - Localização da vila de Trindade em relação as praias e aos limites do PNSB.....	23
Figura 4 - Rua principal da Vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (2013).....	24
Figura 5 - Praia Brava. Foto: Luana Balbino (2014).....	24
Figura 6 - Praia do Cepilho. Foto: Luana Balbino (2014).....	25
Figura 7 - Praia de Fora. Foto: Luana Balbino (2014).....	25
Figura 8 - Praia dos Ranchos. Foto: Luana Balbino (2013).....	25
Figura 9 - Praia do Meio. Foto: Luana Balbino (2013).....	26
Figura 10 - Praia do Caixa d'áço. Foto: Luana Balbino (2013).....	26
Figura 11 - Figura 1 – Vista de Cima da Piscina natural do Caixa D’Aço. Foto: Thiago Rabello, ICMBio (2013).....	26
Figura 12 - Vegetação na Praia do Caixa D’Aço em Trindade. Foto: Luana Balbino (2014).....	30
Figura 13 - Grupo de turistas, vindos de Paraty com empresa de turismo, para fazer a trilha até a piscina natural. Foto: Luana Balbino (2015).....	32
Figura 14 - Barcos de pesca que fornecem serviço de transporte de turistas até a piscina natural. Foto: Luana Balbino (2015).....	32
Figura 15 - Fluxograma sobre a metodologia.....	38
Figura 16 - Aplicação de questionário a pescador da Praia do Meio em Trindade Foto: Luana Balbino.....	40
Figura 17 - Placa de delimitação do PNSB em um terreno no final da rua principal da vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (2013).....	70
Figura 18 - Rancho de pesca reformado pelo PNSB. Foto: Luana Balbino (2013).....	71

Figura 19 - Termo de lacre na porta de um dos quiosques que foi fechado na Praia do Meio. Foto: Luana Balbino (2013).....	71
Figura 20 - Cartaz de protesto de moradores em uma residência de Trindade. Foto: Luana Balbino (2013).....	72
Figura 21 - Falta de estruturas para receber turistas e lixo acumulado na Praia do Meio em Trindade, uma das reivindicações da comunidade junto ao PNSB. Foto: Luana Balbino (2014).....	73
Figura 22 - Moradores buscando alternativas para fonte de renda (Foto: Luana Balbino, 2014).....	73
Figura 23 - Falta de estrutura para receber turistas, ausência de banheiros e cabine de bombeiros improvisada. Foto: Luana Balbino (2014).....	74
Figura 24 – Cartaz de Divulgação do Festejo Caiçara.....	75
Figura 25 - Construções Vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (2014).....	76
Figura 26 - Demolição de quiosque na Praia do Meio. Foto: ICMBio (2015).....	76
Figura 27 – Quadro representando as definições de meio ambiente dos entrevistados.....	78
Figura 28 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre qual (s) UC's Trindade faz parte.....	79
Figura 29 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o que é uma unidade de conservação integral.....	79
Figura 30 - Gráfico representando as respostas sobre o estado de conservação de Trindade.....	80
Figura 31 - Gráfico representando as respostas sobre a participação na conservação do local.....	80
Figura 32 - Gráfico representando as respostas dos moradores sobre quem deveria ser responsável pela conservação de Trindade.....	81
Figura 33 - Gráfico representando as respostas dos turistas sobre quem deveria ser responsável pela conservação de Trindade.....	81
Figura 34 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o turismo em Trindade.....	82

Figura 35 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o conhecimento das reuniões do conselho consultivo do PNSB.....	83
Figura 36 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre fechamento dos quiosques da Praia do Meio.....	83
Figura 37 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o reconhecimento de uma cultura tradicional caiçara em Trindade.....	84
Figura 38 - Quadro síntese das percepção ambientais.....	97
Figura 39 - Quadro síntese das propostas elaboradas para Trindade.....	107

## APÊNDICES

APÊNDICE 1. QUESTIONÁRIO.....	118
APÊNDICE 2. NARRATIVAS.....	122
APÊNDICE 3. FOLDER.....	139

*"Às vezes, tudo o que é preciso é a percepção  
das múltiplas possibilidades"*

*Rachel N. Remen*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. QUESTÕES NORTEADORAS.....</b>	<b>40</b>
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
<b>4. ÁREA DE ESTUDOS.....</b>	<b>21</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	23
4.1.1 Clima.....	27
4.1.2 Geomorfologia e Geologia.....	27
4.1.3 Hidrografia.....	28
4.1.4 Solos.....	29
4.1.5 Vegetação.....	29
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.....	31
4.2.1 Trindade: Mais de 40 anos de Conflitos .....	32
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>38</b>
<b>6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>46</b>
6.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO.....	46
6.2 PAISAGEM E LUGAR.....	50
6.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	54
6.4 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS....	58
6.5 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	62
<b>7.RESULTADOS.....</b>	<b>68</b>
7.1 REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO.....	68
7.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	69
7.3 QUESTIONÁRIOS.....	77
7.4 NARRATIVAS.....	84
7.4.1 Estado de Conservação de Trindade.....	85
7.4.2 Representatividade da cultura Tradicional Caiçara.....	87
7.4.3 Turismo em Trindade.....	90
7.4.4 Relação entre a UC e a Comunidade.....	92
<b>8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>98</b>
<b>9.PROPOSTAS.....</b>	<b>104</b>
<b>10.CONCLUSÕES.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>118</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre questões ambientais não são neutras e refletem, entre outros aspectos, interesses de grupos sociais distintos, visões de mundo e paradigmas diferenciados, conflitos de valores, atitudes, percepções, conceitos e estratégias sociais (ARAÚJO e MELO & SOUZA, 2012). Para os autores, investigar as semelhanças e diferenças entre valores e significados atribuídos por diferentes indivíduos aos fenômenos sociais e ambientais, dentro de vários contextos, pode auxiliar na compreensão e resolução dos conflitos.

Em relação às unidades de conservação (UC's) essas deveriam servir como ferramenta para a harmonização entre os atores envolvidos na área e a unidade de relevância natural, entretanto, a implantação de áreas protegidas gera novos conflitos entre os diversos setores da sociedade envolvidos.

Os conflitos socioambientais podem ser conceituados como aqueles que expressam lutas entre interesses opostos e que disputam o controle dos recursos naturais do meio ambiente comum. Tais conflitos são derivados dos distintos tipos de relação que os atores sociais mantêm com seu meio natural, assim como suas diferentes percepções ambientais. Esses interesses podem ser manifestados tanto por comunidades tradicionais, preocupadas com as modificações em seu ambiente, como pelo poder público, defendendo o cumprimento de legislações pertinentes, ou ainda, por diversos setores da iniciativa privada, que procuram promover a exploração imobiliária e comercial de áreas naturais protegidas (LITTLE, 2002; ARAÚJO e MELO & SOUZA, 2012).

Neste contexto, Hannigan (2002) caracteriza o meio ambiente como um espaço de intersecção e competição entre diferentes definições sociais e culturais. Na visão do autor, o que está em disputa são a natureza e gravidade das ameaças ambientais, suas dinâmicas, as prioridades de uma questão sobre a outra, as formas adequadas para melhorar ou mitigar o que foi definido como problemático, e as possibilidades de influenciar os detentores do poder a aceitar a responsabilidade pela implantação de soluções. As partes envolvidas nesta disputa incluem setores da indústria, do governo, empresários, planejadores, cientistas, grupos ambientalistas, organizações comunitárias, além da população afetada.

Na Vila de Trindade, bairro de Paraty, cidade do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é possível destacar moradores, turistas, empresários, pescadores e o poder público, como atores sociais com percepções ambientais diversas, reflexo do contexto cultural e social que estão inseridos, e que se agrava com a proximidade da Vila aos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), tornando a área em questão, um campo farto para a captação de

conflitos socioambientais. É nesta perspectiva que a análise da percepção ambiental dos atores sociais envolvidos torna-se relevante.

Alguns autores, como Amend & Amend (1992), Pinto *et al.*, (2006), IBAMA (2007), Faria (2007), Belinassi *et al.* (2011) e Maganhotto *et al.* (2014) apontam que a gestão ineficiente de diferentes unidades de conservação brasileiras deve-se principalmente à dificuldade dos órgãos governamentais em proporcionar os instrumentos adequados ao manejo e proteção dessas áreas. É válido destacar que na América do Sul, dos 184 parques nacionais existentes, 86% encontram-se habitados por populações humanas, e quase um terço dos administradores cita a ocupação ilegal como o principal problema de manejo. Esses autores apontam como principais problemas encontrados: situação fundiária indefinida, conflitos com populações dentro das unidades, escassez de recursos humanos e financeiros, instabilidade política das agências de meio ambiente, inexistência e/ou incoerência dos planos de manejo e zoneamento ambiental, entre outros.

O PNSB é um exemplo de unidade de conservação habitada e com inúmeros impactos decorrentes deste fato. O complexo problema de ocupação se inicia em função dos limites geográficos do Parque, que foram carece de uma demarcação física com parâmetros conhecidos pela população local.

De acordo com Pádua e Coimbra Filho (1979) o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF), comissão instituída na época de criação do PNSB, ao propor as medidas necessárias à implantação do Parque, achou por bem sugerir uma nova delimitação da área, excluindo parte dos campos da bocaina no município de Bananal (SP), já bastante degradada, modificando o limite da cota de 100m, por várias cotas distintas, que subiam à medida que se aproximavam da cidade de Paraty, atendendo solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nessa nova delimitação, aprovada pelo Decreto Federal nº. 70.694, de 1972, abrangeu-se ainda, uma ilha oceânica e atravessou a divisa interestadual de modo a englobar matas do município de Ubatuba, que são as de melhor estado de conservação do PNSB. Ressalta-se que as áreas consideradas como "abandonadas" de campos nativos não se restringiram ao município de Bananal, pois a localidade denominada "Banhado", no município de São José do Barreiro (SP), foi suprimida nessa nova delimitação do PNSB e não era uma área de intensa ação antrópica. Além disso, tal área abrigava as nascentes do rio Mambucaba, cuja bacia hidrográfica é a mais importante do PNSB, sendo excluídas da área

protegida no segundo o novo Decreto. Segundo os autores, os esforços da primeira administração do PNSB para evitar tais mudanças foram infrutíferos, devido às incríveis pressões políticas exercidas por pessoas influentes da época, que não desejavam ver suas terras abrangidas pelos limites da unidade de conservação. Além disso, a nova delimitação incluiu ainda a área costeira e marinha de Trindade, além do costão rochoso do Camburi, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, abrangendo a Praia do Caixa D'áço, Praia do Meio e uma ilha costeira denominada Ilha de Trindade. A redelimitação resultou na retração das divisas do PNSB, possibilitando a exclusão de mais de 90% dos 10.000 habitantes estimados como moradores do local, reduziu fortemente a tensão social em algumas áreas e aumentou em outras, como no caso de Trindade.

Para agravar a situação, a área do PNSB é circundada por importantes núcleos urbanos, que resultam em impactos ambientais dentro dos limites do Parque e no seu entorno. Como exemplos de impactos visíveis têm-se queimadas, extrativismo de madeira, de palmito, de bromélia e de orquídea, exploração de areia, pastagens, crescimento urbano e turismo não planejado. Além disso, houve a pavimentação recente de um trecho de 9,6 km da rodovia RJ-165 conhecida como rodovia Paraty-Cunha que atravessa uma parte do PNSB, ligando a BR-101, na altura do município de Paraty, ao município de Cunha, no estado de São Paulo, o que aponta para uma nova pressão antrópica, uma vez que pode favorecer um maior fluxo de veículos e turistas (GUERRA *et al.*, 2013).

O Plano de Manejo é o principal instrumento de planejamento e gestão de uma unidade de conservação. A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece que as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo que abranja a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Também é através do plano de manejo que se estabelecem as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo a instalação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. A lei determina ainda, que os planos de manejo devem ser revisados a cada cinco anos, e que durante este tempo, ocorra a realização de monitorias e avaliações periódicas, como instrumento para assegurar a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento, de acordo com a experiência vivenciada com a execução do plano. O plano de manejo do PNSB

foi concluído em 2001 e aprovado em 2002, desta data até o ano de 2016, foi concluída apenas a primeira etapa da monitoria, que corresponde à Paraty-Cunha. Atualmente, encontra-se iniciada a segunda etapa da monitoria do PNSB, que corresponde à Travessia do rio Mambucaba.

De acordo com o plano de manejo do PNSB, os problemas prioritários na gestão do Parque são o planejamento turístico e a expansão urbana, em especial em Trindade. Nesta área, o direito ao uso dos recursos naturais tem sido o catalisador dos conflitos, principalmente em função das proibições que limitaram o modo de vida das populações que ali vivem. Atualmente, observa-se uma mudança na forma de apropriação do recurso natural, como por exemplo, os pescadores, que na sua maioria trabalham como barqueiros, fazendo o transporte de turistas nas praias.

Uma outra questão existente no PNSB decorre do fato de que, enquanto a situação do PNSB manteve-se insolúvel ao longo de décadas, após a sua criação em 1971, outras UC's se estabeleciam nas áreas vizinhas, sem preocupação com a sobreposição de áreas e competências. Dentre as outras unidades tem-se: o Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977, a Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu, criada em 1983, a Área de Proteção Ambiental Estadual de Tamoios, criada em 1986, e a Reserva Ecológica de Juatinga, criada em 1991.

Atualmente, ainda existem residências no interior do PNSB e inclusive três pousadas em São José do Barreiro (Pousada Barreirinha, Casa Pintada e Refúgio Ecológico Vale dos Veados). Estima-se em torno de 300 famílias residentes, entretanto, o número de posses, ou de propriedades, é de aproximadamente 420. Entre os residentes do PNSB, estão caipiras remanescentes com posses centenárias, pessoas de origem urbanas que encontraram no local condições ideais para instalar sítios de lazer, e adquiriram pequenas propriedades de moradores antigos. Segundo o Parque, ocorre uma distribuição de residências esparsa e aleatória, sobretudo na porção norte do Planalto da Bocaina. Cada posse ou propriedade possui uma ou algumas casas em seus domínios, correspondentes às moradias dos donos e de alguns empregados. Entre as principais atividades desenvolvidas estão a criação de animais domésticos (bovinos, suínos, ovinos, equinos, etc.), o cultivo do milho, banana e lavouras de subsistência de culturas tradicionais (IBAMA, 2001).

Pádua & Coimbra Filho (1979) comentam que *“não existem números precisos relativos aos número de habitantes na Bocaina, pois censos nacionais, ou mesmo agropecuários, não*

*enviam os entrevistadores ao local*". Dean (1996) aponta mais de 3000 proprietários particulares, portando títulos conflitantes, enquanto, de acordo com levantamento realizado pela EMATER-RIO, no município de Paraty, em 1997, residiam no interior do Parque cerca de 950 agricultores, sendo muitos posseiros.

Apesar do PNSB não estar consolidado em termos de visitação na Vila de Trindade, e de não dispor de estrutura para turistas, a iniciativa privada vem preenchendo esse espaço com atividades, o que promove um turismo não planejado e conflitante com uma UC de proteção integral.

No tocante à insatisfação da comunidade acerca das ações do PNSB, é possível notar atos de manifestação tais como o texto a seguir, que encontra-se exposto em um restaurante da Vila de Trindade e trata-se de uma carta aberta à população tradicional de Trindade (Figura 1).

#### CARTA ABERTA A POPULAÇÃO TRADICIONAL DE TRINDADE

É do conhecimento de todos que desde 2008, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, vem tendo ações em nossa comunidade, no sentido de implantar o Parque Nacional.

Para tanto, reporta-se a AMOT - Associação de Moradores de Trindade, que hoje é uma associação aberta, que é composta de Trindadeiros e moradores da localidade, a ABAT, que é uma associação de barqueiros e pescadores, que defendem os interesses dessa classe e a ONG Cachadaço Bocaina Mar, que defende os interesses do Cachadaço.

Nós que fazemos parte da população tradicional local, que participamos da luta contra as empresas Brascan e Adela em meados de 1970 e somos filhos dessa gente que defendeu nossa terra, com as suas próprias vidas, para que hoje pudéssemos estar aqui, entendemos que a criação dessa Associação, virá agregar na luta pelos interesses do povo tradicional caíçara.

O Parque Nacional fechou vários comércios locais, ficando inúmeras pessoas desempregadas e diminuindo o fluxo de turismo da Vila de Trindade, o que é sentido por todos, diminuindo nossa capacidade financeira, dificultando nossas possibilidades de lutar contra as investidas do Parque Nacional.

Temos conhecimento de que o Parque Nacional em breve irá fechar a Praia do Meio, a Cachoeira, cobrando ingressos dos nossos turistas para entrar na Praia, também é de conhecimento que posteriormente irá começar as ordenações na Praia do Rancho, havendo inclusive a transferência do rancho

onde se guardam os motores e os barcos dos barqueiros na Praia do Meio, para a Praia do Rancho.

Assim, chamamos a atenção de Vossas Senhorias para as ações do Parque Nacional que inicialmente era na Praia do Cahadaço, posteriormente foi para a Praia do Meio e agora fala-se em Praia dos Ranchos, e a Vila como vai ficar...e mesmo ainda não chegando a Vila, já é possível sentir o reflexo dos trabalhos do Parque Nacional que diminuiu o nosso turismo.

O pior de tudo isso, é que não há a demarcação definitiva da linha do Parque Nacional, na região, de forma clara e incontestável, mesmo assim, o nosso cemitério e a nossa rede de esgoto já estão dentro dos "limites" do Parque Nacional.

Desta forma, sentindo-nos oprimidos e encurralados, criamos uma Associação, somente do povo tradicional de Trindade, para defender nossos interesses, posto que diante de algumas reuniões, não conseguimos receber o apoio necessário, para parar as ações do Parque, ao menos até que se defina definitivamente a linha demarcatória.

A Associação de Defesa do povo Tradicional de Trindade, não pretende com a sua criação, discriminar ou fazer julgamento de valores de pessoas ou instituições em nossa comunidade e sim lutar pelos nossos interesses, nos fazendo respeitar, resgatar a nossa cultura, que é uma das últimas populações caíçaras do Brasil.

#### TEMOS DIREITOS:

UMA DEMARCAÇÃO DEFINITIVA DO PARQUE NACIONAL, com clareza, para que nenhuma dúvida paire.

Se nosso cemitério, nosso tratamento de esgoto, nossa captação de água, e o acesso a Cachoeira e Praia do Meio, Praia do Cachadaço e piscina natural, estão nos limites do Parque, a nossa comunidade, tem o direito de ser indenizada pelos atos do Governo Federal, pois se há uma preservação local, e se aqui não é um condomínio, foi porque nós e nossos pais brigaram e lutaram, por isso, TEMOS DIREITOS E ELES TEM QUE SER RESPEITADOS.

OU NOS UNIMOS OU A COMUNIDADE DE TRINDADE, VAI VIRAR APENAS UMA ESTÓRIA QUE CONTAREMOS AOS NOSSOS FILHOS E NETOS.

Atenciosamente,

Diretoria

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO POVO TRADICIONAL

Figura 2 – Carta exposta em um restaurante de Trindade. Foto: Luana Balbino (Julho/2013).

### *Carta Aberta a população tradicional de Trindade*

*É do conhecimento de todos que desde 2008, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, vem tendo ações em nossa comunidade, no sentido de implantar o Parque Nacional. Para tanto, reporta-se a AMOT – Associação de Moradores de Trindade, que hoje é uma associação aberta, que é composta de Trindadeiros e moradores da localidade, a ABAT, que é uma associação de barqueiros e pescadores, que defendem os interesses dessa classe e a ONG Caxadaço Bocaina Mar, que defende os interesses do Caxadaço. Nós que fazemos parte da população tradicional local, que participamos da luta contra as empresas Brascan e Adela em meados de 1970 e somos filhos dessa gente que defendeu nossa terra, com as suas próprias vidas, para que hoje pudéssemos estar aqui, entendemos que a criação dessa Associação, virá agregar na luta pelos interesses do povo tradicional caiçara. O Parque Nacional fechou vários comércios locais, ficando inúmeras pessoas desempregadas e diminuindo o fluxo de turismo da Vila de Trindade, o que é sentido por todos, diminuindo nossa capacidade financeira, dificultando nossas possibilidades de lutar contras as investidas do Parque Nacional. Temos conhecimento de que o Parque Nacional em breve irá fechar a Praia do Meio, a cachoeira, cobrando ingressos dos nossos turistas para entrar na Praia. Também é de conhecimento que posteriormente, irá começar as ordenações na Praia do Rancho, havendo inclusive a transferência do rancho onde se guardam os motores e os barcos dos barqueiros na Praia do Meio, para a Praia do Rancho. Assim, chamamos a atenção de Vossas Senhorias para as ações do Parque Nacional que inicialmente era na Praia do Caxadaço, posteriormente foi para a Praia do Meio e, agora falando-se em Praia dos Ranchos, e a Vila como vai ficar? E mesmo ainda não chegando a Vila, já é possível sentir o reflexo dos trabalhos do Parque Nacional que diminuiu o nosso turismo. O pior de tudo isso, é que não há a demarcação definitiva da linha do Parque Nacional, na região, de forma clara e incontestável, mesmo assim, o nosso cemitério e a nossa rede de esgoto já estão dentro dos “limites” do Parque Nacional. Desta forma, sentindo-se oprimidos e encurralados criamos uma Associação, somente do povo Tradicional de Trindade, para defender nossos interesses, posto que diante de algumas reuniões, não conseguimos receber o apoio necessário, para parar as ações do Parque, ao menos até que se defina definitivamente a linha demarcatória. A Associação de Defesa do povo Tradicional de Trindade, não pretende com a sua criação, discriminar ou fazer julgamento de valores de pessoas ou instituições em nossa comunidade e sim lutar pelos nossos interesses, nos fazendo respeitar, resgatar a nossa cultura, que é uma das últimas populações caiçaras do Brasil. Temos Direitos: UMA DEMARCAÇÃO DEFINITIVA DO PARQUE NACIONAL, com clareza, para que nenhuma dúvida paire. Se nosso cemitério, nosso tratamento de esgoto, nossa captação de água, e o acesso a Cachoeira e Praia do Meio, Praia do Caxadaço e piscina natural, estão nos limites do Parque, a nossa comunidade, tem o direito de ser indenizada pelos atos do Governo Federal, pois se há uma preservação local, e se aqui não é um condomínio, foi porque nós e nossos pais brigaram e lutaram, por isso, TEMOS DIREITOS E ELES TEM QUE SER RESPEITADOS. Atenciosamente*

*Diretoria*

*ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO POVO TRADICIONAL CAIÇARA*

Apesar da carta ser escrita por um grupo que representa apenas uma parte da comunidade da vila de Trindade, que corresponde ao povo tradicional caiçara, nesta carta fica evidente muitos dos problemas enfrentados por toda a comunidade e suas principais preocupações. Ao longo de todo o texto, fica explícito a memória da população em relação ao histórico de luta pela propriedade à terra, desde a década de 70. Também fica claro na carta, que parte da população se autodeclara como população tradicional, e que além dos conflitos com o PNSB, existem conflitos internos dentro da própria Vila, pois associações diferentes buscam defender interesses diversos. Uma questão sempre levantada pela comunidade, e que foi citada na carta é a cobrança por melhorias estruturais na Vila e maior clareza acerca da demarcação dos limites do PNSB, assuntos que potencializam a descrença da comunidade em relação a melhorias que o estabelecimento da unidade de conservação possa trazer. Vale ressaltar que, o turismo aparece como fonte de renda da população local, mesmo para aqueles que se consideram povos tradicionais.

## **2. QUESTÕES NORTEADORAS**

- A.** Foi encontrada relação entre as diferentes percepções ambientais e os conflitos? A percepção reflete o conflito ou mostra que há pontos de interesse comum?
- B.** Como é possível minimizar os conflitos gerados numa comunidade, seja ela tradicional ou não, e aumentar a participação social durante o estabelecimento de uma unidade de conservação?
- C.** É possível articular o uso tradicional dos recursos naturais com o manejo das unidades de conservação e o uso turístico, tendo o mínimo de perda das características culturais e dos recursos naturais? Qual seria a melhor estratégia?
- D.** Os estudos de percepção ambiental são instrumentos válidos para a escuta das comunidades? Como seu uso pode corroborar com a gestão e o manejo de áreas protegidas?

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

O presente trabalho tem como objetivo fazer um análise da percepção ambiental dos atores sociais de Trindade, fornecendo bases que contribuam para minimizar os conflitos socioambientais existentes e para o desenvolvimento turístico.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- I - Identificar os principais atores sociais envolvidos, suas percepções ambientais e os conflitos de uso existentes;
- III - Propor a análise da percepção ambiental e do turismo de base comunitária como medidas para corroborar na gestão de unidades de conservação;
- IV - Elaborar estratégias que contribuam para a inserção produtiva da comunidade de Trindade em atividades turísticas, com foco na conservação ambiental e valorização cultural;
- V – Contribuir com informações para os relatórios de monitoria e a revisão do plano de manejo do PNSB, no que se refere à área de Trindade.

#### 4. ÁREA DE ESTUDOS

A área de estudos compreende a Vila de Trindade em Paraty, assim como os recursos naturais. Trindade é um bairro de Paraty, que fica no litoral sul do Rio de Janeiro e constitui o limite sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina (Figura 2).

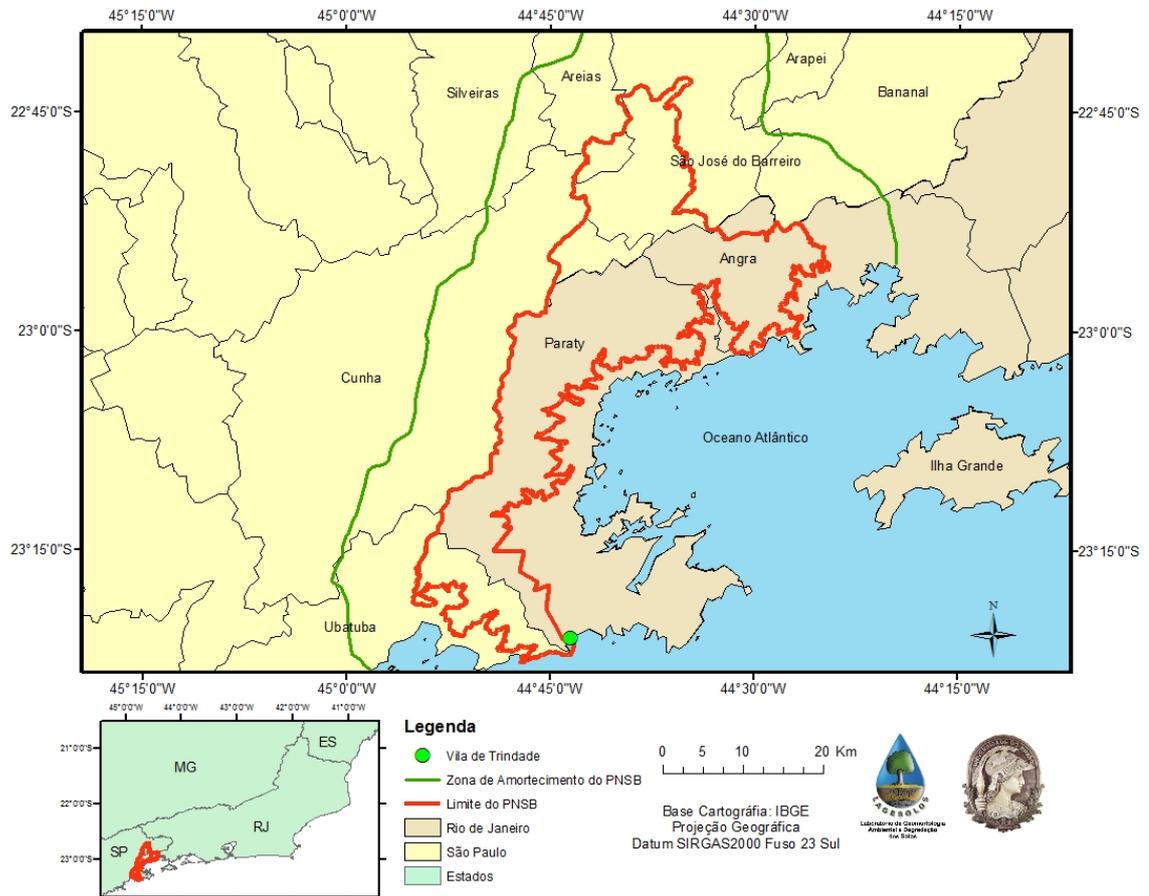


Figura 3 - Mapa de localização da área de estudos.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina foi instituído em 1971, pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971, e localiza-se entre as coordenadas 22°40' e 23°20' S e 44°24' e 44/54" W, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Inicialmente, o PNSB contava com uma área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972, totalizando 104.000 ha, da qual cerca de 60% localiza-se no estado do Rio de Janeiro e 40% no estado de São Paulo, abrangendo áreas de quatro municípios paulistas, que são Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areias, e dois municípios fluminenses, que são Angra dos Reis e Paraty. Além disso, os municípios de Bananal, Arapeí e Silveiras, todos no estado de São Paulo, encontram-se na área de amortecimento do PNSB.

O PNSB representa um importante fragmento de domínio Mata Atlântica, agrupando diversidade de tipos vegetacionais, além de extensões contínuas de áreas florestadas. Com altitudes que variam do nível do mar no litoral (Paraty - RJ) até 2.000 m, na região serrana (São José do Barreiro - SP), o PNSB apresenta um gradiente de altitude que promove determinados aspectos geomorfológicos, com atributos físicos e bióticos, formando paisagens diversas (IBAMA, 2001; BATISTA, *et al.* 2009). Além disso, o PNSB faz limite com o Parque Estadual da Serra do Mar em Ubatuba, no núcleo Picinguaba, área ambientalmente estratégica por ser o único ponto onde os dois Parques atingem a orla marítima, e tem os limites de sua zona de amortecimento sobrepostos à Área de Proteção Ambiental do Cairuçu.

O PNSB situa-se numa região da Serra do Mar que constitui um grande divisor de águas entre o vale do rio Paraíba do Sul, o Litoral Norte Paulista e a Baía da Ilha Grande, no litoral sul fluminense. Grande parte dos cursos d'água que atravessam o PNSB formam bacias hidrográficas, que fluem diretamente para o litoral do Rio de Janeiro, como as bacias do rio Mambucaba e do rio Bracuí (IBAMA, 2001).

Assim, o PNSB desempenha um papel vital como área de conservação e proteção dos recursos hídricos superficiais, pois correspondem aos mananciais de abastecimento das áreas urbanas como Angra dos Reis e Paraty. Portanto, toda a área funciona como um importante reservatório de água no solo, estocagem proporcionada pelo alto índice de precipitação anual, pelo relevo e pela cobertura vegetal.

No tocante a Trindade, parte da vila de moradores, a Praia do Caixa d'áço e uma de suas principais atrações turísticas, que é a Piscina Natural do Caixa d'áço estão inseridas dentro do limite do PNSB, enquanto o restante da vila e as demais praias estão na zona de amortecimento (Figura 3).



**Figura 4 - Localização da Vila de Trindade em relação às praias e ao limites do PNSB.**

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Vila de Trindade tem sua origem numa comunidade caiçara, porém atualmente o que se observa são diversas casas transformadas em pousadas, restaurantes ou camping, para atender a turistas (Figura 4).



**Figura 5 – Rua principal da Vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (Julho/2013).**

Além da Piscina Natural do Caixa d’áço e da Cachoeira dos Codós, Trindade possui seis praias que atraem muitos turistas, são elas: Praia Brava (Figura 5), a primeira praia de quem vem pela estrada; Praia do Cepilho (Figura 6), a preferida dos surfistas, onde atravessando um pequeno riacho e seguindo em frente pela estrada, chega-se a Vila; Praia de Fora (Figura 7), uma extensa praia que vai da Praia do Cepilho até a Praia dos Ranchos; Praia dos Ranchos (Figura 8), que segue ao longo de toda a Vila, e recebeu essa denominação por que ranchos são os locais onde se guardam os barcos de pesca; Praia do Meio (Figura 9), uma pequena baía de águas límpidas, possui uma formação rochosa, de onde se vê as outras praias, possui um rio e uma trilha que leva até a Praia do Caixa d’áço; Praia do Caixa d’áço (Figura 10), praia extensa e com trechos de bastante correnteza, onde se localiza a trilha que leva até a Piscina Natural do Caixa d’áço (Figura 11).



**Figura 6 - Praia Brava. Foto: Luana Balbino (Janeiro/2014).**



**Figura 7 - Praia do Cepilho. Foto: Luana Albino (Janeiro/2014).**



**Figura 8 - Praia de Fora. Foto: Luana Albino (Janeiro/2014).**



**Figura 9 - Praia dos Ranchos. Foto: Luana Albino (Julho/2013).**



**Figura 10 - Praia do Meio. Foto: Luana Albino (Julho/2013).**



**Figura 11 - Praia do Caixa d'áço. Foto: Luana Albino (Julho/2013).**



**Figura 12 – Vista de Cima da Piscina natural do Caixa d'áço. Foto:Thiago Rabello (Fonte:ICMBio).**

#### 4.1.1 Clima

A região litorânea e da vertente sul, onde está localizada Trindade, apresenta temperaturas médias em torno de 21 a 23°C. O regime pluviométrico caracteriza-se por índices de chuvas maiores do que as demais áreas do PNSB, assim como também ocorre na vertente oceânica e no planalto da Bocaina, que juntos totalizam médias anuais superiores a 2.000 mm. Somente na área litorânea de Paraty, a pluviosidade anual é em torno de 1350 mm. Isto se deve principalmente ao município de Paraty estar localizado na porção oeste da Baía da Ilha Grande, e portanto protegido da ação dos sistemas frontais por ventos de SW e SE. De maneira geral, esta área do litoral é caracterizada durante o verão por precipitações mensais médias com valores superiores a 200-220 mm, sendo março o mês mais chuvoso, enquanto de julho a agosto, ocorre o período mais seco (IBAMA, 2001; IGARA, 2011; SILVA, 2014).

#### 4.1.2 Geologia e Geomorfologia

Do ponto de vista geológico, a estrutura de Trindade é formada por extensos falhamentos escalonados, já amplamente dissecados pelos processos erosivos, formando os contrafortes da Serra do Mar. O arcabouço geológico é formado predominantemente por granitos e gnaisses do Complexo Gnáissico Granitóide de idade proterozóica, os quais se associam a sedimentos continentais, marinhos e mistos de idade cenozoica (Figura 12). A alteração dessas rochas resulta na formação de solos areno-siltosos ou argilo-siltosos e micáceos, sendo que o teor de areia e silte varia em consequência do teor de quartzo e feldspato das rochas. Tais características são representadas por depósitos marinhos, flúvio-marinhos e aluviais, e são comuns também depósitos coluviais derivados de processos erosivos a partir das encostas (IBAMA, 2004; IGARA, 2011; GUERRA *et al.* 2013; SILVA, 2014).

Em relação aos sedimentos de cordões marinhos e praias, os depósitos são formados por areias finas, constituídas por quartzo, micas e minerais pesados (opacos), associados a cordões arenosos que formam a planície costeira. Nas depressões ocorrem sedimentos argilosos, algumas vezes ricos em matéria orgânica. A granulometria varia em consequência da declividade do perfil da praia, sendo de média a grossa nas praias mais íngremes e de fina a muito fina nas praias mais suaves. As praias correspondem a depósitos sedimentares, normalmente arenosos, acumulados pelos agentes de transporte fluviais ou marinhos. Suas dimensões variam em função do regime de correntes marinhas, amplitude da maré, tipo de sedimento transportado e geometria da costa (IBAMA, 2004; GUERRA *et al.* 2013)

No tocante a geomorfologia, observa-se planícies flúvio-marinhas comprimidas às escarpas (Figura 13). Estas planícies possuem ondulações em seu terreno, com altitudes que variam em torno de 10 metros e declividades aproximadas a 5%. As altitudes das escarpas variam entre 950 e 1700 metros, com declividades nas encostas que se aproximam a 20%, podendo alcançar até 70% de declividade. Nas encostas das escarpas se encontram blocos de tálus depositados em vertentes descontínuas, alternando entre longas vertentes retilíneas e vertentes convexas no terço inferior da encosta (IBAMA, 2001; GUERRA *et al.* 2013; SILVA, 2014).

O PNSB possui vales erosivos e encaixados, com ocorrência de cachoeiras, o que aumenta o interesse por práticas turísticas. Outra característica do relevo que abrange a área de estudo é representada por montanhas e morros, com topos desnivelados e estreitos, podendo ter ocorrência de superfícies rochosas. Caracterizam-se por possuir rios de elevada densidade de drenagem e vertentes que se alternam entre segmentos retilíneos e convexo (IBAMA, 2001; GUERRA *et al.* 2013; SILVA, 2014).

Em relação a área que abriga a Vila de Trindade, o terreno tem ocorrência de planície marinha com cordões litorâneos, onde abriga praias diferenciadas e de belezas que se destacam no litoral sul fluminense, formados por ambientes alongados e planos (com declividade máxima a 5%), possuindo suas inclinações em direção ao mar, com bermas e pequenas falésias (IBAMA, 2001).

#### 4.1.3 Hidrografia

A enseada da Trindade, com pouco menos de 1.000 hectares situa-se no extremo sudoeste do município de Paraty e tem o córrego Trindade como uma de suas drenagens principais. Tal enseada, junto com o município de Angra dos Reis, compõe a Baía da Ilha Grande (IBAMA, 2001; IGARA, 2011).

Segundo dados do Relatório Base do Projeto de Gestão Integrada dos Ecossistemas da Baía da Ilha Grande, a baía engloba uma área aproximada de 2.356 km<sup>2</sup>, abrangendo terras dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A porção fluminense compreende 1.728 km<sup>2</sup>, sendo composta pela totalidade das terras continentais e insulares dos municípios de Angra dos Reis e Paraty. Em sua porção paulista totaliza uma área de 620 km<sup>2</sup>, compreendendo parte dos municípios de Bananal, Arapeí, São Jose do Barreiro e Cunha, sendo limitada a leste pela bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba, ao norte pela bacia do rio Paraíba do Sul e ao oeste pela bacia do Litoral Norte Paulista (IGARA, 2011).

A área de contribuição hídrica da Baía de Ilha Grande, partindo do município de Angra dos Reis, na divisa com o município de Mangaratiba, em direção a Paraty, é drenada, principalmente, pelos rios Jacareí, Cantagalo, Córrego da Monsuaba, Jacuecanga, Japuíba, da Areia do Pontal, Jurumirim, Ariró, Córrego de Arreio, Bracuí, Grataú, do Ambrósio, Mambucaba (formado por diversos rios, com destaque para o Perequê e o Funil), São Gonçalo, Taquari, da Barra Grande, Pequeno, do Grataú, Perequê-Açu, do Corisco, dos Meros e Paraty-Mirim (IBAMA, 2001; IGARA, 2011).

#### 4.1.4 Solos

Nas áreas de encosta, entre os afloramentos rochosos, predominam os cambissolos álicos em associação com os latossolos, assim como nas áreas do Planalto da Bocaina, onde os Cambissolos álicos ocorrem frequentemente em associação com Cambissolos húmicos, além de consideráveis ocorrências de neossolos associados a cambissolos. Os cambissolos ocorrem nas áreas de encosta, pois são solos muito rasos e com processos pedogenéticos simples, enquanto nas partes inferiores das encostas, sobre os pacotes de colúvio, são encontrados geralmente latossolos vermelho-amarelo, que são mais espessos, e podem possuir significativo horizonte orgânico em matas, mas estão sempre bastante lixiviados pelas chuvas constantes, apresentando alto teor de ferro, alumínio e baixa fertilidade (IBAMA, 2001, IBAMA, 2004; GUERRA *et al* 2013, SILVA, 2014).

Nas planícies litorâneas os solos são influenciados por sedimentos diversos, incluindo aluviões, depósitos colúvio-aluvionares, depósitos flúvio-marinhos, praias e solos de mangue, gerando condições diversas para a formação de ecossistemas e para a sua conservação. Geralmente, esses solos apresentam alto teor de acidez, com grande concentração de alumínio, fruto da intensa lixiviação (IBAMA, 2004; IGARA, 2011; GUERRA *et al.* 2013, SILVA, 2014).

#### 4.1.5 Vegetação

Trindade faz parte de um importante fragmento do bioma Mata Atlântica, com extensão contínua de área florestada, que abrange desde áreas costeiras até vertentes íngremes (Figura 14). Destaca-se que o relevo apresenta papel preponderante na conservação da vegetação, uma vez que as encostas íngremes e de elevada altitude dificultam o acesso a grandes áreas, o que contribui decisivamente para o grau de conservação da vegetação de alta diversidade natural, resultante das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, rede de drenagem, substrato rochoso e solos. Mesmo assim, nos últimos anos, as

pressões sobre os fragmentos florestais foram muito intensas, sobretudo por parte da especulação imobiliária, responsável pelo loteamento e destruição de vastas áreas conservadas, como mangue, restinga e florestas de encosta, para a construção de condomínios, hotéis e pousadas, principalmente nas áreas de baixadas (IBAMA, 2004; IGARA, 2011; GUERRA *et al.* 2013; SILVA, 2014).



**Figura 13 - Vegetação na Praia do Caixa d'áço em Trindade. Foto: Luana Balbino (Janeiro/2014).**

O PNSB tem suas formações vegetais serranas classificadas com Floresta Ombrófila Densa, (Submontana, Montana ou Alto Montana, de acordo com o gradiente de altitude). A biodiversidade nesse complexo de ecossistemas serranos é muito acentuada, representando ambiente essencial à conservação. Especificamente nas encostas voltadas para o mar, na enseada de Trindade, a umidade garante que a Floresta Ombrófila Densa Submontana se desenvolva mais acentuadamente, com a formação de mais de três estratos vegetais, sendo o maior superior a 25 metros e os demais atingindo cerca de 15 metros e 5 metros de altura, respectivamente. Entre as árvores tem-se algumas espécies nobres como a maçaranduba (*Persea pyrifolia*), o jequitibá (*Cariniana estrellensis*) e o cedro (*Cedrela fissilis*), entre outras. As epífitas são muito comuns, ao contrário de formações menos úmidas, com destaque para aráceas, bromélias e orquídeas (IBAMA, 2001).

Além das áreas de encosta, os ecossistemas característicos de curtas planícies também marcam a paisagem de Trindade, como as restingas e mangues, que apresentam áreas bastante menor, quando comparadas às áreas de floresta, porém com importância fundamental para a biodiversidade, já que são habitats de uma diversidade de fauna e flora.

Assim como as áreas de restinga e mangue, as Florestas Submontanas são as mais alteradas pelo homem, pois ocupam regiões de mais fácil acesso, geralmente colonizadas há muito tempo, como ocorre nas baixadas, no sopé dos morros e nas encostas baixas, o que aponta para fragmentos florestais bastante alterados, formados por ecossistemas em estágio médio ou inicial de sucessão ecológica. Além disso, as áreas mais conservadas que possuem esse tipo de formação é alvo de extrativismo em nível comercial, tais como a retirada de espécies ornamentais, em especial epífitas e palmeira Juçara (IBAMA, 2001; IGARA, 2011). Atualmente, algumas espécies são consideradas sob ameaça de extinção local, em função dessas explorações. No caso da palmeira Juçara, existe em atividade o “Projeto Juçara” proposto pelo Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA) em parceria com a Associação para Cultura, Cidadania e Meio Ambiente (AKARUI), que se fundamenta em atividades de recuperação da espécie, através da divulgação e expansão da utilização dos frutos da palmeira para produção de polpa alimentar e uso culinário, e da consolidação de sua cadeia produtiva, por meio da difusão do manejo sustentável para geração de renda.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Trindade é uma vila, formada originalmente de pescadores, com um total de 151 imóveis registrados na Prefeitura Municipal de Paraty, além de outros registrados como imóveis rurais. Os dados demográficos mais recentes indicam que Paraty tenha aproximadamente 38 mil habitantes (IBGE, 2015), e o PNSB estima que aproximadamente 1000 pessoas vivam na Vila de Trindade.

Pode-se dizer que o turismo em Trindade teve seu marco a partir da construção da rodovia BR 101 na década de 70, principalmente após a abertura da estrada para o condomínio Laranjeiras, e o asfaltamento da trilha de acesso à Vila, que proporcionou um aumento significativo do turismo no local, tornando essa atividade uma fonte de renda para a comunidade. Mais adiante, a implantação do PNSB provocou uma evasão da população, em função das restrições estabelecidas e da impossibilidade de sobrevivência na área (IBAMA, 2001). Atualmente, a vila recebe um fluxo intenso de turistas durante todo o ano, sendo mais intenso no verão e feriados prolongados (Figuras 15 e 16).



**Figura 14 - Grupo de turistas, vindos de Paraty com empresa de turismo, para fazer a trilha até a piscina natural. Foto: Luana Balbino (Outubro/2014).**



**Figura 15 - Barcos de pesca que fornecem serviço de transporte de turistas até a piscina natural. Foto: Luana Balbino (Julho/2015).**

#### 4.2.1 Trindade: Mais de 40 anos de conflitos

Lhotte (1982) em sua dissertação de mestrado em antropologia intitulada “*Trindade para os Trindadeiros*” relata a luta dos trindadeiros, pessoas da comunidade de Trindade em Paraty, pela propriedade à terra. Mais do que apenas relatar, a autora detalha através de sua vivência e da coleta de depoimentos a luta das pessoas da Vila de Trindade para se estabelecer no local, mostrando as raízes do conflito, inclusive antes da década de 70. Por considerar esse trabalho de grande contribuição para entender as origens do conflito em Trindade, seguem algumas questões relevantes apontadas pela autora.

Lhotte (1982) cita a existência de uma assistência ao posseiro em Paraty, mantida pela Igreja Católica desde 1976, e que desenvolvia um trabalho comunitário de legalização da terra através de “usucapião”. Entretanto, em Trindade esse trabalho não foi realizado por diversos fatores, como a situação jurídica complicada, uma vez que as terras haviam sido vendidas para uma companhia privada, e também o fato dos trindadeiros não seguirem a religião católica. De acordo com a autora, foi a partir de 1978 que a luta pela posse da terra começa de fato em Trindade, como resultado do avanço do capitalismo e da “abertura” política do governo brasileiro na época.

Lhotte (1982) destaca que não existe nenhum documento oficial sobre a origem da comunidade de Trindade, ficando sua história sujeita à memória, que é passada pelos antepassados aos seus descendentes. O que se sabe, é que a população acredita estar ali faz mais de 300 anos e que a conformidade étnica aponta uma grande miscigenação de povos, incluindo índios e europeus não portugueses. Além disso, o interesse pela área pode ter surgido principalmente por sua localização geográfica, que favoreceria tanto um refúgio contra perseguições religiosas como um rota para o contrabando de ouro.

Ainda sobre a história de Trindade e seus primeiros habitantes, em um relato coletado por Lhotte (1982) consta “*A Trindade foi dada aos seus primeiros habitantes que procuravam terra para trabalhar ou morar, esses se miscigenaram aos demais, nós, os descendentes, somos os herdeiros. A Trindade é nossa.*”

Oficialmente, Trindade foi adquirida pela fazenda Laranjeiras, através do memorial de loteamento da Parati Desenvolvimento Turístico S/A em 1911, ficando sobre propriedade da fazenda até 1976. José Santononi comprou a fazenda em 1959, quando foi informado que havia o interesse da vendedora em doar uma área à prefeitura de Paraty para tornar Trindade um patrimônio municipal, incluindo um núcleo residencial para os moradores ali localizados que não possuíam qualquer título sobre aquelas terras (LHOTTE, 1982).

A necessidade da posse da terra por usucapião veio aparecer no mesmo ano de compra da fazenda, quando o atual proprietário decidiu cercar a área para criação de gado, ação que foi interrompida por recursos dos trindadeiros junto à autoridade local da época. Segundo Lhotte (1982), este foi o primeiro conflito real em Trindade. Por volta de 1970, ocorreu uma valorização das terras que passam a ser cobiçadas por turistas que descobrem Paraty, em função do desenvolvimento da cidade. De acordo com relatos dos próprios Trindadeiros,

nesse período algumas posses foram vendidas a turistas, através de uma corretora de Paraty, ou pelos próprios moradores de Trindade.

A autora aponta que, a partir de 1971, diversas transações ocorreram em torno da venda da Fazenda Laranjeiras, em função da especulação imobiliária ao longo da rodovia Rio-Santos, até que em 1973 a propriedade da fazenda passou oficialmente para a Parati Desenvolvimento Territorial, pertencente ao grupo Brascan, um dos principais investidores canadense no Brasil naquela época, e ao grupo Adela, também conhecido como Grupo de Desenvolvimento da Comunidade do Atlântico para a América Latina, que era financiada por alguns dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais, com recursos e canais de informações consideráveis, mas que foi dissolvida em 1994.

Segundo Lhotte (1982), a primeira intimidação por violência ocorreu em 1973. Inicialmente, a Companhia Brascan/Adela solicitou que as posses não fossem vendidas a estrangeiros, e posteriormente, passou a invasões para desapropriações das terras. Diante de tais ações violentas e da ausência de apoio por parte do poder público, muitos posseiros acabaram por vender suas terras para a Companhia. Ao mesmo tempo destes acontecimentos, Trindade foi se tornando um destino conhecido para o turismo, frequentado principalmente por jovens do Rio de Janeiro e São Paulo, em busca de contato com a natureza, o que intensificou ainda mais com a construção da estrada ligando Patrimônio a Trindade.

Para Lhotte (1982), ao longo da luta, a Companhia adotou duas políticas diferentes, primeiro, baseada na força e violência, e posteriormente, frente a resistência de alguns trindadeiros, buscou medidas judiciais cabíveis. Esta segunda etapa também foi uma disputa desigual, pois a Companhia era assistida por 10 advogados, enquanto os Trindadeiros eram representados por apenas um. Soma-se a isso, desigualdades culturais e financeiras, pois os trindadeiros não dispunham de muito dinheiro para os custos do processo, e desconheciam o assunto. Como consequência, por volta de 1977, as famílias que não haviam vendido suas terras começaram a receber a ordem judicial de despejo, intensificando a disputa judicial, que nesta época também contava com apoio de turistas, que ao conhecerem o caso, acabaram se envolvendo. Mesmo assim, em abril de 1979, foram julgados a favor da Companhia a reintegração de posse e 23 famílias foram despejadas. Nesta mesma ação, os Trindadeiros ganharam cerca de seis medidas de reintegração de posse que foram disponibilizadas para abrigar as famílias despejadas.

No decorrer de 1978, nasce a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB) com dois objetivos sólidos: a defesa do patrimônio histórico, cultural e natural do patrimônio brasileiro e a defesa da melhoria das condições de vida dos habitantes do litoral. Talvez por uma questão política, e por estar sob uma sociedade com recente abertura política, e ainda sobre controle militar, os objetivos da sociedade voltaram-se para a questão ecológica, que ganhava cada vez mais ênfase em nível nacional, como afirma Lhotte (1982).

De acordo com a autora, com a SDLB agindo, principalmente através da imprensa, e o apoio jurídico de um advogado, aos poucos a Companhia mudou suas ações e passou a propor acordos e alianças com a comunidade. Assim, algumas famílias que haviam deixado a Vila sentiram confiança de retornar e a comunidade se reestruturou em cinco núcleos (Caixa d'áço com oito famílias, Cepilho com oito famílias, Morro do Cepilho com sete famílias, Morro da Vila com cinco famílias e Vila da Praia com 10 famílias). Porém, a questão financeira ainda era um problema, pois os custos judiciais eram altos, o que levou a comunidade a se organizar em torno de alternativas para fonte de renda, tais como grupos para pesca de cerco, venda de peixes para Paraty e atividades voltadas para o turismo.

Nesse mesmo período, o prefeito de Paraty procurou a comunidade, levando uma proposta da Companhia, que cederia uma área próximo a Paraty, dentro da área urbana para que os moradores da Vila de Trindade se mudassem. A proposta, apresentada em reunião para a comunidade, foi rejeitada por unanimidade. Passados pouco mais de um mês desta primeira proposta, a Companhia fez uma nova proposta aos trindadeiros, o que gerou um intenso conflito interno na comunidade, pois dividiu opiniões. Nessa proposta, seria encerrada a disputa jurídica e a comunidade ficaria com uma parte da Praia Brava, o que correspondia parcialmente ao desejado, pois continuariam em Trindade, porém na menor praia, com acesso mais difícil, terreno inclinado e onde não havia pesca favorável. Diante desta situação, o advogado sugeriu uma contraproposta que incluísse a Praia Brava inteira, além da Praia do Cepilho e uma parte do Morro do Cepilho. Essa contraproposta do advogado gerou grande confusão, pois haviam núcleos estabelecidos em outras áreas que não foram incluídas e cada grupo passou a defender sua área de interesse. Frente a este conflito interno, a SDLB se colocou contrária ao acordo com a companhia por uma questão ideológica, e por considerar que estariam abandonando o objetivo final que era conseguir toda a área de Trindade. Após muitas reuniões, a comunidade decidiu continuar na luta e não aceitar a proposta (LHOTTE, 1982).

Em 1979 uma sentença determinou o despejo de 29 famílias, que deixaram suas casas, mas não deixaram a Vila, e foram morar em casa de parentes ou em barracos improvisados. Após esse despejo, a Companhia fez uma terceira proposta de acordo, no qual foi oferecida a Praia Brava inteira, um ponto de pesca na Praia de Fora e mais a Praia do Cepilho, até a estrada. Tal proposta dividiu novamente a comunidade, pois o advogado se mostrou a favor, favorecendo a adesão da comunidade, enquanto a SDLB se mostrou contrária novamente. Depois de muita discussão e reuniões, a comunidade decidiu não aceitar o acordo. Ao se encerrar este episódio, a SDLB ficou sem rumo e perdeu liderança na comunidade, que aos poucos deixou de comparecer às reuniões, até que em 1980 foi considerada extinta. O acordo com os trindadeiros foi finalmente assinado em 1982, porém com a empresa brasileira Cobracinco, que comprou as terras da Companhia Brascan/ADELA. Houve uma nova divisão de terras para moradia e lavoura, e algumas famílias sentiram-se injustiçadas, o que provocou novos conflitos internos (Lhotte, 1982).

Cabe ressaltar, que segundo a autora, as famílias que passavam por dificuldades econômicas, viram no turismo uma alternativa de renda, levando a Vila a se organizar em função do turismo, mesmo que precariamente, o que levou a um abandono da estrutura econômica anterior em torno da pesca. Relacionando esta situação com a entrada da multinacional, percebe-se que da mesma forma que a Companhia quebrou a estrutura da Vila, o turismo trouxe novos comportamentos e valores, alterando também os modos de vida.

Atualmente, o plano de manejo da APA Cairuçu (IBAMA, 2004) enquadra adequadamente as zonas de usos e ocupação dos caiçaras de Trindade, mas estes estão condicionados às normatizações do órgão gestor da unidade de conservação e, embora alinhadas aos direitos ambientais das comunidades tradicionais, não garantem o direito territorial dessa população, ou proteção do ponto de vista fundiário. Além disso, o planejamento do PNSB prevê a desapropriação dos imóveis pertencentes aos moradores e a retirada daqueles que se estabeleceram ilegalmente na área, dentre outras medidas, o que mantém os conflitos, principalmente devido à ocupação desordenada na Praia do Meio, da população residente, do turismo intensivo e dos caminhos e trilhas secundárias, como consta no plano de manejo do PNSB (IBAMA, 2001).

É válido ressaltar que na primeira fase do processo demarcatório do PNSB, a aproximação de autoridades do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi tida como impositiva e autoritária por integrantes da

comunidade de Trindade, o que levou a população a buscar proteção jurídica através de ações de usucapião. Em 22 de julho de 2010, foi improvido o Recurso Especial ao Supremo Tribunal de Justiça para usucapião e assim, as famílias que restaram nas praias dentro do PNSB, embora desejassem manter-se no local, foram desapropriadas.

Segundo Abirached (2011) os conflitos iniciam-se pela ineficiência e inadequação dos instrumentos, no âmbito do SNUC e da legislação vigente em diferentes escalas e competências legais dos entes federativos, para proteção de direitos territoriais dessas comunidades tradicionais, ocasionando conflitos e insegurança jurídica, devido à desarticulação e falta de integração entre os respectivos órgãos e suas características díspares, e também pela falta de multiplicidade dos interesses político e econômicos em disputa.

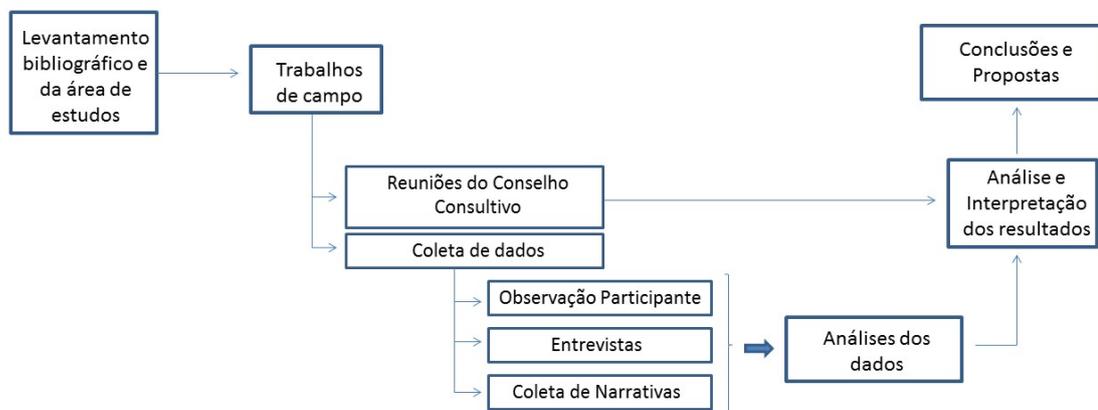
Atualmente, o que se percebe é que, embora ainda ocorram muitos conflitos, a dificuldade de relacionamento entre Estado e a comunidade foi sendo internalizado e os canais de comunicação, aos poucos, foram restabelecidos por meio de discussões e mediação, a partir de lideranças comunitárias, associações e participações em audiências públicas locais.

## 5. METODOLOGIA

Os conflitos de uso identificados no PNSB possibilitam a realização de estudos que procuram identificar e caracterizar as percepções, interesses e ações dos diferentes atores sociais no interior da unidade de conservação e no seu entorno. O método de análise da percepção ambiental escolhido na presente pesquisa baseia-se fundamentalmente na junção de três abordagens, conforme Whyte (1977): observação, escuta e interrogação.

A observação indireta e a escuta posiciona o pesquisador em uma escala importante, na medida em que o mesmo, através destas abordagens, pode inferir variáveis referentes à identidade, às características individuais e do grupo, ou às experiências. Nesta pesquisa, a observação direta corresponde à observação participante, enquanto a interrogação está relacionada às entrevistas que foram orientadas por um questionário, e a escuta compreende a coleta de narrativas de pessoas diretamente envolvidas no conflito. Para a compreensão e interpretação das entrevistas e narrativas foi feita a análise de conteúdo.

As etapas desta tese foram realizadas conforme o fluxograma a seguir:



**Figura 16 - Fluxograma sobre a metodologia**

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de “paisagem”, “lugar”, “espaço” e território”, considerados relevantes para o tema, além de serem categorias de análise geográfica que permearam as discussões ao longo da sistematização da ciência. Da mesma forma, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre percepção ambiental, turismo em

áreas protegidas, populações tradicionais em unidades de conservação, a história do PNSB, sua realidade e situação atual de manejo.

As informações foram obtidas através de artigos científicos, teses, livros e documentos legais do PNSB, tais como o Plano de Manejo, relatórios de monitoria e atas das reuniões do Conselho Gestor e Conselho Consultivo.

Os trabalhos de campo realizados na pesquisa foram divididos em duas fases: a participação em reuniões do Conselho Consultivo do PNSB e a coleta de dados, que compreende: observação participante, entrevistas e narrativas.

De acordo com o SNUC, o Conselho Consultivo de uma unidade de conservação federal tem como função ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da unidade de conservação, sua zona de amortecimento ou área circundante. Nesta etapa, houve a participação, como ouvinte, em reuniões do conselho consultivo, e também foi feita a análise da ata das reuniões. Tais participações e leituras foram fundamentais para entender melhor os acontecimentos no PNSB, quais os planos dos gestores da unidade de conservação e como se estruturam os conflitos entre os grupos de interesses diversos.

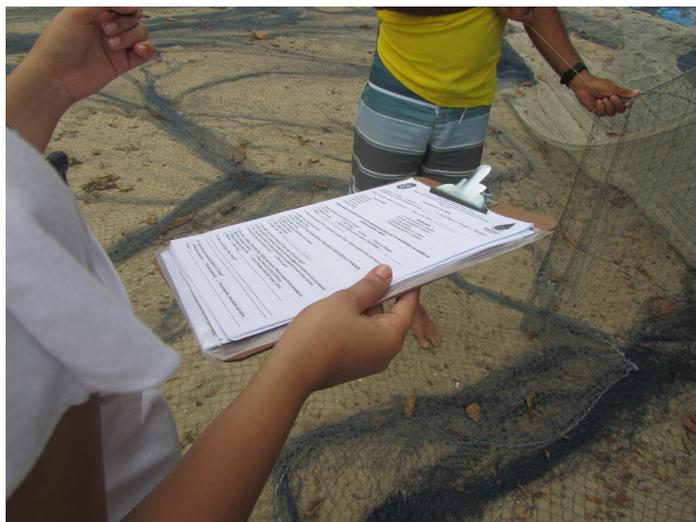
Após as participações nas reuniões, e a melhor compreensão da situação do PNSB em Trindade, foram feitos trabalhos de campo para reconhecimento da área, buscando visualizar as primeiras ações do PNSB no local, principalmente aquelas abordadas nas reuniões do Conselho Consultivo.

A observação participante compreende a análise de fontes secundárias e de evidências observadas pelo pesquisador, que busca mostrar os efeitos da ação humana na paisagem, como uma medida de comportamento, tais como manutenção de trilhas, preservação de espaços naturais, a disponibilidade de espaços construídos, entre outros. Segundo Whyte (1977), a observação indireta é uma técnica que compreende variáveis referentes às informações, às características do grupo, à política, aos processos decisórios e às formas de apropriação espacial pelas pessoas.

Foram feitas duas idas a campo para observação participante na Vila de Trindade, que foram realizadas no inverno (Julho de 2013) e no verão (Janeiro de 2014), períodos de menor e maior fluxo de turistas respectivamente. Um terceiro campo realizado, coincidiu com o IV Festejo Caiçara de Trindade, que ocorreu em outubro de 2014, quando os moradores

organizam um evento para valorização da cultura caiçara, buscando discutir, junto as associações, os rumos do local.

As entrevistas foram pessoais e feitas através da aplicação de um questionário com a técnica de entrevistas diretas pessoais (Figura 18), visando sobretudo a caracterização dos atores sociais presentes em Trindade e que estão envolvidos de forma direta ou indireta com os conflitos existentes, além de identificar seus olhares e atitudes.



**Figura 17 - Aplicação de questionário a pescador da Praia do Meio em Trindade Foto: Luana Balbino (Janeiro/2014).**

O questionário é um instrumento de coleta de dados que exige planejamento anterior, com base na conceituação do problema de pesquisa e do plano da pesquisa. Nessa etapa foram aplicados 50 questionários semiestruturados (Apêndice 1), ou seja, com perguntas abertas e fechadas, elaboradas a partir dos objetivos a que se pretende com a pesquisa, envolvendo a relação dos atores sociais com a área de estudo, suas percepções e responsabilidades sobre os problemas socioambientais (BARDIN, 2002; MAIA-VASCONCELOS, 2005).

De acordo com Whyte (1977), as entrevistas devem ser orientadas por um formulário semiestruturado, com questões fechadas e predominância de questões abertas que maximizam o ponto de vista do entrevistado com pouca influência do pesquisador, além de compreender variáveis referentes às experiências, características individuais, características do grupo, identidades, territorialidades e etnocentrismos, percepções sensoriais, categorizações e julgamentos, atitudes, informações, escolhas e comportamentos, política e processos decisórios. Segundo Whyte (1977), essa técnica aproxima a visão do respondente à situação real e minimiza a influência do pesquisador sobre as respostas.

Os assuntos prioritários abordados nas entrevistas foram:

- Significados atribuídos ao lugar;
- Caracterização, identificação e importância dos problemas ambientais e/ ou sociais;
- Suas ações e atitudes em relação ao meio, relacionadas à implantação do PNSB assim como em relação aos conflitos decorrentes das políticas ambientais adotadas;
- Efeitos sobre o meio ambiente e área social;
- Expectativas do indivíduo em relação ao meio protegido e a eficácia da ação dos órgãos normativos de controle ambiental;
- Identificação de programas ambientais e ou sociais implantados por instituição ou empresa.

Desta forma, a entrevista abordou aspectos relacionados ao perfil do ator social, sua profissão, idade, escolaridade, naturalidade, sua participação dentro da comunidade e o seu conhecimento em torno da legislação ambiental em questão, assim como questões voltadas para as atitudes do ator social em relação ao meio ambiente, na busca por identificar seu senso de pertencimento ao lugar, opinião sobre o estado de conservação, integração à cultura tradicional caiçara, e sobre as ações do PNSB.

Para Fraser e Gondim (2004), a vantagem da entrevista como técnica de pesquisa qualitativa está em favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem nesse contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, valores e opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Para as autoras, outra vantagem está na flexibilização da condução do processo de pesquisa e na avaliação dos resultados, uma vez que o entrevistado tem papel ativo na construção da interpretação do pesquisador, que não sustenta suas conclusões apenas interpretando o que o entrevistado disse, mas tem oportunidade de legitimar essa interpretação.

Cabe esclarecer, que antes da aplicação dos questionários, os propósitos da pesquisa foram expostos oralmente e também através de uma carta de apresentação. Levando em consideração o contexto social e político da comunidade, optou-se por resguardar a integridade pessoal dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas em janeiro e outubro de 2014.

A narrativa se solidificou como um das formas de investigação científica das ciências sociais, principalmente em pesquisas de cunho qualitativo.

Para Muylaert *et al* (2014), as narrativas mostram-se muito úteis em estudos de abordagem qualitativa, por abordar questões relacionadas às singularidades do campo e, dos indivíduos pesquisados, sendo um método potente para uso dos investigadores, pois permitem o aprofundamento das investigações, a combinação de histórias de vida com contextos sócio-históricos, e torna possível a compreensão dos sentidos e valores que motivam e justificam as ações dos informantes.

Jovchelovitch e Bauer (2002) destacam que a preparação deste tipo de investigação científica deve ser uma atividade que sucede a ambientação do campo de estudo, pois exige uma compreensão preliminar da questão a ser pesquisada, para que as perguntas reflitam os interesses do pesquisador, suas formulações e linguagens. Assim, o objetivo das narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações. Os autores destacam que as narrativas são consideradas representações, ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas à comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto.

Desta forma, a coleta de narrativas é um modo de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca, o que para Haguete (2001) trata-se de uma conversação dirigida a um propósito definido, que não apenas a satisfação da conversação em si.

Ainda sobre a relevância das narrativas em estudos dessa categoria, Campos (2010) e Fraser e Gondim (2004) concordam que as narrativas podem capturar circunstâncias nas quais o pesquisador almeja investigar mediações entre experiência e linguagem, estrutura e eventos, ou ainda situações da coletividade, envolvendo memória e ações políticas, sendo uma forma dos seres humanos irem além da simples descrição de suas vidas, pois ao repensarem suas histórias, refletem quem eles são, reconstruindo continuamente significações acerca de si.

No caso desta tese, como recomenda Jovchelovitch e Bauer (2002), os atores sociais, a par do contexto da investigação científica e do tópico central disparador da narração, narram a sua versão dos acontecimentos, deixando a sua opinião e seu envolvimento no contexto.

Buscou-se nessa etapa, coletar narrativas de pessoas diretamente envolvidas nos conflitos e que podiam oferecer significativa contribuição sobre os acontecimentos, tais como

proprietário de imóvel fechado, representantes de associações, comunitários, conselheiros e gestores do PNSB. Todas as narrativas tiveram o áudio gravado e foram redigidas (Apêndice 2). No total foram obtidas sete narrativas durante idas a campo em Trindade e em Paraty, em outubro de 2014 e janeiro de 2015.

O método de análise escolhido para as respostas das entrevistas e das narrativas foi a análise de conteúdo.

De acordo com Bardin (2002), o método de análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Por meio dessa técnica se organizarão as percepções em categorias de análise, as quais permitirão estabelecer associação sistemática destas com as relações entre os agentes, e dos agentes com o meio ambiente local.

A análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema e, por isso, há necessidade do uso de técnicas diversas para a descodificação do que está sendo comunicado.

Neste contexto, vale ressaltar que qualquer técnica de análise de dados, significa uma metodologia de interpretação, como aponta Creswell, (2007), e como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo consiste em extrair sentido dos dados de texto ou imagem.

Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização. Assim, as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos, conforme Bardin (2009) aponta: a pré-análise, a exploração do material, e por fim, o tratamento dos resultados, que compreende: a inferência e a interpretação.

A pré-análise, objetiva a sistematização para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise. Assim, nesta primeira fase, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, também ocorre a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final. Trata-se da organização propriamente dita, por meio de quatro etapas que são (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das

hipóteses e dos objetivos e (d) determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

Neste contexto, a autora afirma que: *“Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”* (BARDIN, 2006).

A segunda fase da análise constitui a exploração do material, consiste numa etapa importante, pois vai possibilitar, ou não, a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (BARDIN, 2006).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta etapa, ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais, é o momento da intuição, da análise reflexiva e da crítica (BARDIN, 2006).

É válido destacar que por mais que se respeite tais procedimentos e etapas, a análise de conteúdo não deve ser considerada um modelo exato e rígido, como aponta Bardin (2006), que rejeita a ideia de rigidez e de completude, deixando claro que a sua proposta da análise de conteúdo oscila entre os polos da investigação científica: o rigor da objetividade e a riqueza da subjetividade.

A técnica da análise de conteúdo tem como propósito ultrapassar o senso comum do subjetivismo e orientar o alcance de um rigor científico necessário, o que fica claro em Flick (2009) que propõem etapas semelhantes a proposta de Bardin (2006), porém com particularidades diferenciais que não alteram o processo em si.

Flick (2009) aponta que como toda técnica de análise, existem limitações à análise de conteúdo, e uma das críticas mais fortes é o fato de carregar um ideário de metodologia quantitativa, onde a categorização esquemática, pode obscurecer a visão dos conteúdos, impedindo o alcance de aspectos mais profundos do texto.

Uma outra crítica ao método recai sobre a falta de neutralidade na inferência do pesquisador, como observa Thompson (1995), havendo necessidade de procurar interferir minimamente de maneira pessoal. Isso não quer dizer ser acrítico, ou não fazer inferências, aspectos que uma análise de conteúdo em pesquisas qualitativas exige, pois não se pode

esquecer que o objeto de análise constitui construção simbólica significativa, o que pode se reverter em validação para a pesquisa. Segundo o autor, *por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito* (THOMPSON, 1995).

Foram elaboradas propostas para serem apresentadas à gestão do PNSB e a comunidade, por intermédio das associações comunitárias. Tais propostas tem como objetivo subsidiar a efetivação do turismo de base comunitária para geração de renda, assim como o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e o resgate da cultura tradicional caiçara.

## 6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo será feita uma discussão sobre alguns dos conceitos considerados chaves na geografia. Inicia-se com uma discussão e breve histórico dos conceitos de espaço e território, e na segunda parte do capítulo são abordados os conceitos de paisagem e lugar. Espera-se mostrar as mudanças de tais concepções ao longo do tempo, de acordo com o conceito histórico e cultural, além de evidenciar a importância para a temática em questão. No restante do capítulo, é realizada uma discussão sobre temas centrais abordados na presente tese, tais como, percepção ambiental, áreas naturais protegidas e comunidades tradicionais, e turismo em unidades de conservação.

### 6.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO

O conceito de espaço apresenta uma multiplicidade de interpretações e definições, que variam desde o senso comum até concepções filosóficas, que foram motivos de amplas discussões, sentidas não apenas nas diversas correntes de pensamento geográfico, como também em diversas outras disciplinas, como a física, a matemática, a filosofia e a sociologia.

Ao longo da Geografia Tradicional, que vai de 1870 a 1950, período que coincide com a institucionalização desta disciplina nas universidades europeias, há uma preocupação em se estabelecer uma identidade para a geografia. Nesta fase, destaca-se Ratzel e o conceito de espaço vital, como base indispensável para a vida do ser humano, que seriam as necessidades territoriais de uma sociedade, enquanto o território é visto como a apropriação de uma porção do espaço pelo grupo (MORAES, 1990).

Na concepção de Ratzel, que teve suas ideias sobre o espaço muito influenciadas pela política, é através da política que o espaço se transforma em território. Assim, o homem conquista espaços na medida que o seu espaço vital torna-se limitado e insuficiente para sua sobrevivência. Vale ressaltar que a noção de espaço e posição são fundamentais na geografia ratzeliana, por estar continuamente interferindo na dinâmica das sociedades, enquanto, o território é sempre o mesmo e localizado no mesmo lugar do espaço, pois serve como um suporte rígido para as aspirações dos homens (MORAES, 1990).

No final do século XIX, Elisée Reclus reage na “contra mão” da geografia política clássica e do determinismo de Ratzel, ao idealizar o mundo e territórios sem Estado e sem fronteiras, o que o levará à uma visão radicalmente antagônica a da maioria dos autores clássicos e contemporâneos que estudaram a geografia política. Para Reclus, o espaço é fruto de uma evolução histórica de diversos processos e, deste modo, a compreensão do

funcionamento do espaço no presente passa por entender como ele foi sendo formado no decorrer do passado. Assim, o espaço deixa de ser sinônimo de componente físico e passa a ser um elemento de ação combinada com pessoas que o constroem (ANDRADE, 1985; COELHO, 2010).

Outra concepção de espaço é a de Hartshorne (1978), no qual sob um ponto de vista abstrato, o espaço é absoluto. Na visão de Hartshorne o espaço não existe na realidade, estando relacionado a fenômenos que ocorrem dentro dele. Esta perspectiva deriva das definições de espaço de Kant e de Newton. Para Corrêa (2001) o espaço em Hartshorne aparece como um receptáculo que apenas contém coisas.

Na década de 1950, com a Geografia Teórica-Quantitativa, a Geografia sofreu profundas modificações, adotando-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, principalmente na Física. A Geografia passa a ser considerada como ciência social e/ou uma ciência espacial, fato que reduz a importância do conceito de paisagem, e promove o conceito de espaço, que adquire uma posição de conceito-chave na disciplina geográfica (CORRÊA, 2001). Baseado no positivismo lógico, o espaço é visto sob duas formas, a planície isotrópica e a representação matricial, com forte influência da física e de modelos matemáticos. A planície isotrópica é baseada num paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, onde se admite como ponto de partida uma superfície uniforme, que submetida a ações e mecanismos diversos termina com a diferenciação espacial, que corresponde a um equilíbrio espacial.

Na Geografia Crítica, que ocorre por volta de 1970, surgem debates sobre a natureza, significado e as categorias de análise do espaço. Nesta fase, o espaço não é mais visto como espaço absoluto ou como um produto, pelo contrário, o espaço é vivido, social e em estreita relação com a prática social. Ocorrem fortes debates sobre as obras de Marx e sua concepção de espaço, pois para os marxistas o espaço é um espelho da sociedade, e reproduz as relações de produção.

Destaca-se neste período Lefebvre (1976), cujo espaço é vinculado à reprodução das relações sociais de produção. O autor considera que o espaço não é unicamente o espaço natural e concebe a natureza de forma diferente, caracterizando o espaço como um produto da sociedade, no qual a natureza foi humanizada, ressignificada e retrabalhada.

Outra contribuição relevante é de Santos (1977), que apresenta o espaço como fator social e não apenas como um reflexo da sociedade. Assim, o espaço é uma estrutura

subordinada-subordinante, que apesar de estar submetido a uma totalidade, possui certa autonomia, na qual forma, função e estrutura são categorias indissociáveis de análise espacial. De acordo com o autor, o espaço é resultado e condição dos processos sociais, pensamento difundido nos anos 70 e 80, principalmente na França, Estados Unidos e Brasil, com base no materialismo histórico e dialético. Em outra obra, Santos (1978) elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço. Dessa maneira, o espaço é construído processualmente, e contém uma estrutura organizada que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade.

Na Geografia Humanística e Cultural, que surge também na década de 70, o espaço é visto como espaço vivido e representa a ideia de um grupo. Esta visão abstrata está relacionada com as sensações, os sentimentos e o imaginário. Tal perspectiva, que retoma características da geografia conhecida como tradicional, é contrária a lógica matemática, e está assentada na subjetividade do saber, no singular e no antropocentrismo, buscando a compreensão ao invés da explicação. Neste período, refuta-se o procedimento analítico por considerar que a ação humana não pode ser separada de seu contexto.

Neste contexto, destaca-se Tuan (1975), que conceitua o espaço geográfico levando em conta os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Para o autor, existem vários tipos de espaço: o espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual, que extrapola para além da evidência sensorial, em direções mais abstratas. Tuan (1977), questiona os geógrafos que utilizam o espaço como único conceito geográfico, e que não levam em conta o espaço vivente humano. Para o autor, o espaço é uma entidade geométrica abstrata, definida por lugares e objetos, no qual, as pessoas podem experimentar diretamente através do movimento, deslocamento, senso de direção e localização, cujo a experiência é tanto sentimento como pensamento, e refere-se às diferentes formas em que uma pessoa conhece e constrói a realidade no espaço.

Na presente tese, toma-se como conceito de espaço, as concepções de Lefebvre (1976), Santos (1976) e Tuan (1975, 1977), mas é relevante ressaltar, que em um determinado contexto histórico ou cultural, certa abordagem de espaço (absoluto, relativo ou relacional) fará mais ou menos sentido. Logo, é importante perceber que a concepção de espaço foi

modificada até ser vista como um contínuo resultado das relações sócio espaciais, sob influência das relações econômicas, políticas, e culturais, cujo o motor é a ação humana.

Ao longo dessa trajetória, o conceito de espaço foi relacionado ao conceito de território, como pode ser visto em Raffestin (1993), que discute o conceito de território por meio das relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições:

*“[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]”.*  
Raffestin (1993)

O que pode ser visto também em Souza (2001), que afirma não ser necessário um enraizamento tão forte como o citado por Ratzel para que se constituam territórios, pois são relações sociais projetadas no espaço, que podem se dissolver ou se formar de forma rápida, em meses ou dias, ser instáveis e ter existência periódica, apesar do substrato espacial permanecer.

Para Souza (2001), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, quem domina ou influencia, e como domina ou influencia. Assim, o território será um campo de forças, uma teia de relações sociais, que com sua complexidade interna, define um limite, a diferença entre o grupo ou membro, e os outros de fora. É válido ressaltar que, para o autor, a identidade de um grupo não pode mais ser reconhecida sem seu território, pois estaria ligada aos atributos do espaço concreto, e apenas a durabilidade de cada território permitiria gerar a identidade sócio espacial e o poder controlador. Souza (2001) afirma que uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e de recursos, de maneira igual para todos.

Para Saquet (2007), o território é entendido como produto de interações recíprocas no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Segundo o autor, o território significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem, obras e conteúdos, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidades.

Desta forma, são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço vão formar os territórios, imprimindo nestes suas características relacionais, de acordo com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e

até mesmo do meio natural, o que torna o conceito de território fundamental para o tema da presente tese, assim como necessário para entender os conflitos.

Para isso, entende-se conflito socioambiental na perspectiva de Acselrad (1995), ou seja, um conflito social em torno do modo de apropriação e uso dos elementos da natureza, envolvendo relações de poder, onde os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão ambiental para suas lutas. Nesse aspecto, Trindade surge como espaço de conflitos, onde ocorrem disputas pelo poder e mudanças no modo de vida, o que é possível relacionar ao conceito de território de Haesbaert (2005), no qual o território, que inspira identificação e afetividade, é relacionado com o poder, desde o sentido concreto de dominação, até o sentido mais simbólico de apropriação.

Assim, o espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução, portanto, sempre que houver homens em interação com o espaço, modificando, trabalhando, criando o espaço social, haverá também um território, que estará presente em todas as espacialidades sociais, enquanto o homem estiver presente.

## 6.2 PAISAGEM E LUGAR

A paisagem pode apresentar variadas dimensões, de acordo com sua matriz epistemológica, podendo apresentar dimensão morfológica, no qual reflete um conjunto de formas criadas pela ação humana e pela natureza, ou uma dimensão funcional, no qual apresenta relações entre as suas diversas partes. Tais concepções variam de acordo com a análise, a abordagem e as orientações teórico-metodológicas de suas respectivas escolas geográficas, conforme é possível observar no breve histórico a seguir.

Sauer (1925), em "*The morphology of landscape*", oferece uma importante contribuição para a discussão conceitual da paisagem, destacando sua importância para a ciência geográfica. O autor, que usa o termo paisagem para definir o conceito de unidade da geografia, define paisagem como uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais, e que tem sua identidade baseada na constituição reconhecível, nos limites e nas relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sauer (1925) afirma que não é possível compreender a paisagem sem considerar as suas relações com o tempo e o espaço, além da percepção de uma paisagem dinâmica e em constante desenvolvimento e/ou substituição. Para o autor, a paisagem é o resultado da ação da cultura sobre a paisagem natural ao longo do tempo.

A primeira transformação conceitual da paisagem foi apresentada por Carl Troll, na década de 1950, ao usar o termo “ecologia da paisagem” como o estudo das relações complexas de causa e efeito entre as comunidades de seres vivos, incluindo a sociedade e as condições ambientais. Troll (1950) buscou reagrupar os elementos da paisagem com o ser humano, priorizando uma interação entre modelos espaciais e processos ecológicos, por considerar que essas são as causas e consequências da heterogeneidade espacial (GUERRA E MARÇAL, 2009). Desta forma, Troll (1966) incorpora uma abordagem funcionalista ao conceito da paisagem, e a caracteriza a partir do ponto de vista da sua dimensionalidade, enfatizando que ela reflete transformações temporais e conserva testemunhos de outros tempos. O autor separa a paisagem em cultural e natural, e sintetiza a paisagem como uma combinação dinâmica dos elementos físicos e humanos, visíveis e invisíveis, que estão em uma relação funcional, incluindo fatores como clima, solo, topografia, declividade, vegetação e cultura, além do ser humano e a sociedade, como parte integrante, que transforma, modifica e cria novas paisagens.

Para Bertrand (1972), a paisagem é *“uma unidade heterogênea cujo espaço é definido pela combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”*, o que faz da paisagem o resultado da combinação dinâmica de fatores bióticos, abióticos e humanos que interagem tornando-se um todo com forma contínua. A perspectiva de paisagem de Bertrand (1972) não trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem integrando todas as implicações da ação antrópica, o que torna o autor um destaque no estudo ambiental por apresentar uma abordagem integrada dos elementos que compõem a natureza.

Forman (1995) apresenta uma perspectiva biológica da paisagem para servir de base para análise espacial, cujos elementos espaciais são os ecossistemas locais, ecótopos, biótopos, biogeocenoses, geocomplexos, entre outros. O autor descreve a estrutura da paisagem como um mosaico sobre o qual os ecossistemas recorrem. Esta perspectiva de mosaico de paisagem permitiu ligações entre disciplinas que antes não interagiam e enriqueceu as pesquisas.

Ao estudar a paisagem, Santos (1997) priorizou seu caráter funcional, no qual a paisagem em suas formas realizam no espaço as funções sociais. O autor destaca a importância da cultura e a coexistência das formas no momento atual da percepção, criadas

em distintos momentos históricos, nascidas em diferentes necessidades, sendo as mais recentes correspondentes à determinações da sociedade atual.

De acordo com Mateo (2004), a paisagem pode ser definida como um conjunto inter-relacionado de formações naturais e antroponaturais, na qual a mesma pode ser considerada como um sistema que contém e reproduz recursos, que podem ser influenciados pelas atividades humanas.

Assim, a paisagem pode ser caracterizada através da homogeneidade na composição dos elementos que a integram, pelo caráter de suas interações e inter-relações, pelo caráter sistêmico e complexo de sua formação, e pelos fluxos de substâncias, energia e informação que determinam o seu funcionamento.

Como citado anteriormente, tais definições de paisagem expressam não apenas o seu conteúdo, como também o processo histórico que envolve a identidade deste conceito de grande relevância para os estudos ambientais, com destaque para o seu caráter dinâmico e a necessidade de uma análise que considere as diferentes escalas espaciais e temporais, para entender os processos que agem na sua modificação e controle.

Sobre a relevância do conceito de paisagem para a geografia e para a pesquisa na área ambiental Holzer (1997) afirma:

*“A geografia tem um termo que me parece muito mais rico e apropriado para o seu campo de estudo. Esta palavra incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero expectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe. Este é um dos conceitos essenciais da geografia: o conceito de "paisagem".*

Holzer (1997)

Buscando uma ligação entre o conceito de paisagem e o de lugar, encontramos em Callai (2000) que *“o lugar mostra através da paisagem, a história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe, e a forma com que se utiliza de tais recursos”*. Portanto, a paisagem revela um espaço construído ao longo do tempo na vida das pessoas, e as ações humanas acabam por atribuir significados as paisagens, o que a tornam lugares repletos de símbolos e memórias de ordem cultural. Numa perspectiva semelhante, Ferreira (2000) visualiza o lugar como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo, por se apresentar como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de

entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores. Tais concepções revelam o valor do conceito de lugar para o tema em questão na tese.

Analisando brevemente a história deste conceito, observamos que o lugar foi inicialmente associado à ideia de região, até que a partir da década de 70, recupera-se o conceito que é associado à base filosófica da fenomenologia e do existencialismo, transformando-o em um dos conceitos-chave na Geografia (DUNCAN, 1994; HOLZER, 1997). A corrente da Geografia Humanista identifica o lugar como base da própria existência humana, através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados (RELPH, 1980), buscando uma aproximação com a Fenomenologia e o Existencialismo (HOLZER, 1997), enquanto, mais adiante, na chamada Geografia Crítica, o lugar é visto como um local criado para atender a determinadas funções (SANTOS, 1997).

A redução fenomenológica faz com que o senso comum seja deixado de lado, juntamente com outras conceituações científicas e torna a experiência no próprio ato que precede o conhecer verdadeiro. Nesse sentido, destaca-se a abordagem de Dardel (1990) sobre a fenomenologia para entender o lugar, como um receptáculo que abarca o espaço, que comporta as experiências dos sujeitos, impregnado de histórias, símbolos e significados, e também a perspectiva de Tuan (1977) sobre o espaço vivido, no qual o homem constrói o lugar e forma elos afetivos com os membros do grupo cultural.

Tuan (1977), analisa as relações emocionais dos seres humanos com lugares, enfatizando as percepções, atitudes e avaliações do ambiente, assim como as manifestações e consequências da experiência estética do sentimento de amor e carinho para um lugar, e considera que o lugar é definido pela perspectiva empírica que as pessoas têm de um espaço, ou seja, as experiências daqueles que ocupam o espaço, é que fazem deste lugar significativo para eles.

É válido destacar que a relação entre a geografia e fenomenologia foi estabelecida, inicialmente, por Relph (1980) em seu livro "*Place and placelessness*", onde o autor afirma que, o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos. Para Relph (1980), o espaço geográfico não deve ser entendido como uma lacuna aguardando para ser completada mas sim como "*o lugar onde alguém está e, talvez, os lugares e paisagens de que ele se lembra*".

Sobre o sentido de lugar, Massey (2000) questiona se é possível que o lugar tenha um sentido progressista, aberto, voltado para fora e adaptado às novas compreensões de tempo-

espaço. Massey (2009) no livro *Pelo Espaço – Uma nova política da espacialidade*, aponta que:

*“Se o espaço é uma simultaneidade de estórias, lugares são, portanto, coleções dessas estórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas, também dos não encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar.”*

Massey (2009)

Para Cresswell (2004), a palavra lugar é conhecida no senso-comum, o que ao mesmo tempo a torna incerta e ajuda na sua compreensão. Assim, o lugar sugere uma conexão com a pessoa e aquele local que está sendo apropriado, por isso, o lugar é algo repleto de significados, atribuídos pelas pessoas que se prenderam a ele de alguma forma. O autor diferencia lugar de paisagem, referindo-se a paisagem como uma porção da superfície da terra que pode ser vista em um local, sendo uma ideia visual no qual o observador está de fora, apenas observando, mas que não é vivida.

Segundo Mourão e Cavalcante (2011), a construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições, e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento. Portanto, o lugar onde o indivíduo nasceu e vive tornam-se importante para ele, constituindo referência para a construção identitária e busca por individualização.

Sobre os vínculos emocionais com o lugar, Tuan (1983) diferencia “espaço” de “lugar” ao dizer que lugar está relacionado à segurança e estabilidade, enquanto espaço está relacionado à liberdade e movimento. Logo, para o autor, o espaço transforma-se em lugar conforme o sujeito o vivencia através do tempo, quando então, passa a ter um valor afetivo.

Desta forma, tanto o conceito de paisagem como o conceito de lugar tornam-se fundamentais ao estudo em questão, uma vez que serão tratadas as modificações do espaço em função das necessidades humanas, assim como, os valores e significados atribuídos a esses espaços, que foram transformados ao longo do tempo e da história da Vila de Trindade.

### 6.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O estudo de percepção ambiental, mostra-se como uma importante ferramenta política, uma vez que revela e contextualiza a realidade local, fornecendo subsídios ao planejamento e à gestão.

A percepção ambiental pode ser vista como uma tomada de consciência do ambiente em que se está inserido. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive, e as respostas ou manifestações daí decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

Para Abram (1997) e Ferreira e Coutinho (2000), a percepção ambiental é inerente ao indivíduo, condicionada por fatores educacionais e culturais transmitidos pela sociedade, e por fatores afetivos e sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Esses fatores geram percepções diversas dos atores sociais sobre o meio, e se tornam relevantes nos planejamentos ambientais e programas de educação ambiental, principalmente em unidades de conservação.

Segundo Whyte (1977), os objetivos da investigação da percepção em populações que interagem com o ambiente são: aumentar em todos os domínios a compreensão das bases das diferentes percepções do ambiente, auxiliar na preservação das percepções e dos sistemas de conhecimento do meio ambiente, que estão em via de desaparecimento rápido, encorajar a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento, contribuir para uma utilização mais racional dos recursos da biosfera, e agir enquanto instrumento educativo. Além disso, como aponta Domingues (2004), o conceito de percepção ambiental torna-se relevante uma vez que estabelece conexões entre um estudo do meio físico e a subjetividade, própria do estudo psicológico, o que coloca o conceito de “percepção ambiental” no meio do terreno entre as ciências “físicas” e “humanas”.

Neste contexto, Kuhnen (2011) aponta três dimensões psicossociais para a percepção ambiental: a cognição, processo pelo qual as pessoas criam imagens mentais; o afeto, que está relacionado ao apego ao lugar e a própria identidade do indivíduo; e as preferências ao ambiente, que determinam o grau de atratividade, distanciamento ou proximidade, em relação ao ambiente.

No caso da percepção ambiental e da temática em questão, apesar da abordagem com parâmetros interligados à psicologia, a análise em questão são os significados atribuídos à questão ambiental e aos conflitos, o que segundo Pacheco e Silva (2006) é relevante e altamente expressivo, uma vez que, as percepções se tornam a linguagem que o homem desenvolve para atuar na natureza e construir o seu espaço.

Sobre esta questão, destaca-se Faggionato (2005) ao apontar que embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, elas são constantes e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente. Portanto, apesar da percepção ambiental ser um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, ela pode ser definida como a operação que expõe a lógica da linguagem, e que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar, como afirmam Ferrara (1993) e Oliveira (2002).

Rodaway (1995) vai além da atribuição de sentidos e interpretações ao lugar, e caracteriza a percepção ambiental como uma atividade que envolve organismo e ambiente, um processo influenciado pelos órgãos dos sentidos, que se aproxima da sensação e da cognição. Para o autor, ideias sobre o ambiente envolvem respostas, reações, impressões, estímulos e sentimentos relacionados com experiências individuais, associações conceituais e condicionamentos culturais. Assim, cada indivíduo construirá sua própria percepção sobre o ambiente.

Nessa perspectiva, Ingold (2000) apresenta análise semelhante, ao considerar que as diversas ações humanas sobre o ambiente são determinadas por distintas formas de perceber o mundo natural. De acordo com o autor, cada indivíduo enxerga e interpreta o mundo natural de acordo com o seu próprio olhar, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades. Logo, as experiências pessoais com o ambiente são profundamente influenciadas por modos de vida e de engajamento com o cotidiano.

Sobre a influência do contexto cultural na percepção ambiental, Cronon (1995) e Peterson (1999) apontam que as diferentes maneiras como os seres humanos compreendem e valorizam a natureza são diretamente influenciadas por seus contextos culturais, pelo tempo e pelo lugar, podendo receber inúmeras interpretações. Para os autores, as formas de compreender a natureza e as relações estabelecidas com o mundo diferem entre culturas e momentos históricos, e portanto, o reconhecimento dessas diferenças pode auxiliar na elaboração de uma análise crítica sobre como lidar com o mundo natural.

Numa visão biológica, a percepção ocorre no momento em que as atividades dos órgãos dos sentidos estão associados com atividades cerebrais, o que leva cada indivíduo a atribuir valores distintos ao meio, sejam eles ecológicos, econômicos ou simplesmente estéticos (MELAZO, 2005). Dessa forma, a percepção pode ser diferente em cada indivíduo, pois, o significado que os estímulos sensoriais despertam é o que distingue a forma como cada indivíduo compreende a realidade.

Isto fica claro em Tuan (1980), que aborda a diferente percepção entre indivíduos nativos do ambiente e indivíduos visitantes, o que nos permite uma analogia entre os moradores e os turistas da área de estudos. Para o autor, o nativo tem uma complexa e derivada percepção do meio, baseado em mitos e valores locais, por estar inserido nele, enquanto que o indivíduo visitante atribui maior valor aos critérios estéticos.

Sobre diferentes percepções dentro de um mesmo espaço social, Woodgate e Redclift (1998) afirmam que:

*“Os sistemas ecológicos e sociais dentro dos quais os seres humanos estão inseridos são compreendidos de formas distintas por diferentes indivíduos e instituições (homens, mulheres, agências governamentais, diferentes setores produtivos, etc.). Os espaços sociais ou mundos vivenciais criados ou experimentados por cada um destes diferentes atores sociais são caracterizados por uma série de relações sociais materiais e simbólicas específicas, que definem suas estruturas e podem ser reconhecidas dentro de limites espaciais e temporais delimitados.”*

Woodgate e Redclift (1998)

Segundo Kuhnen (2011), a percepção ambiental está relacionada ao modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais presentes em seu entorno, para o que são importantes não apenas os aspectos físicos, mas também os sociais, culturais e históricos, exercendo papel fundamental nos processos de apropriação dos espaços e ambientes. Dessa maneira, as percepções e interpretações atribuídas pelas pessoas ao seu ambiente, permite compreender seus comportamentos no tocante ao entorno em que vivem. De acordo com a autora, conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o ambiente que estão inseridas é uma informação crucial para que os gestores de políticas públicas possam planejar e entender as demandas sociais.

Portanto, o reconhecimento das distintas percepções sobre o mundo natural, estruturadas a partir de diferentes referenciais, torna-se relevante na resolução de conflitos, nos diagnósticos, planejamentos e políticas públicas em unidades de conservação, podendo se constituir uma ferramenta imprescindível para projetos de pesquisa que abordem as relações ser humano-ambiente.

#### 6.4 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O termo *caiçara* tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara*, que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores, e posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades tradicionais do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1983; SAMPAIO, 1987; IBAMA, 2004).

Adams (2000) aponta que a formação das comunidades *caiçaras* só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos. Segundo a autora, o caráter predominantemente agrícola de nossa colonização fez com que as terras férteis, úmidas e quentes das baixadas fossem as mais ocupadas, graças à facilidade de escoamento dos produtos para o exterior, o que favoreceu a formação de aglomerados grandes e médios, ao redor dos quais gravitavam pequenos núcleos, que forneciam aos núcleos maiores parte de sua pequena produção (farinha de mandioca, peixe e café). Para Adams (2000), muitas vezes, esses pequenos núcleos converteram-se em compartimentos estanques, com pouca comunicação entre si ou com o exterior, em razão da dificuldade de comunicação por terra, fazendo com que nestes locais desenvolvesse, em contrapartida à grande agricultura exportadora, uma agricultura de subsistência. Além disso, a autora afirma que os fatores geográficos tiveram um papel importante na criação de uma grande variedade de densidades de população entre os grupos litorâneos, servindo ora como elemento de atração para a fixação do homem, ora como elemento de repulsão, o que contribuiu para a formação da morfologia social, das formas de ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais.

Sobre a caracterização de uma comunidade tipicamente *caiçara*, Adams (2000) afirma que muitas das concepções vigentes foram criadas com base nos primeiros autores que publicaram sobre estas comunidades, num período histórico de estagnação econômica, criando a ideia de uma sociedade *caiçara* “tradicional”, “primitiva”, “isolada” e “autossuficiente”, ou seja, uma caracterização romântica, pois apesar das semelhanças culturais, as diferentes comunidades dependem de forma diferenciada dos recursos do meio ambiente, e com relação a este aspecto não podem ser consideradas homogêneas.

Evidencia-se então, dificuldade na caracterização da comunidade tradicional *caiçara*, levando-se em consideração a complexidade e multiplicidade de suas características. Se

considerarmos a dimensão normativa de seus direitos, tais grupos, enquadram-se segundo o conceito jurídico de comunidades tradicionais, pois, diferenciam-se da coletividade nacional em sua organização social, cultura, meios de produção e vida, com práticas sociais e simbólicas dependentes das especificidades do território para sua manutenção.

No Brasil, instaurou-se como norte do projeto do Estado Democrático de Direito Brasileiro a política ambiental de preservação por meio da criação de Parques Nacionais, segundo um modelo de isolamento humano e restrição de acesso, de acordo com o período histórico da época. Neste âmbito, Benatti (1999) afirma que as definições de unidades de conservação contêm os princípios conservacionistas do início do século, com valores socioculturais largamente diferentes dos que iluminam a presente realidade brasileira, e por isso, exigem mudanças e adequações aos novos tempos, capazes de atualizar tais princípios e valores, e fazer com que seus preceitos sejam aplicáveis ao abrigo de novos paradigmas.

A lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu artigo 5º do Capítulo II, estabelece diretrizes para nortear a criação das unidades de conservação. A seguir, estão os incisos III, V, IX e XI do referido artigo, que fazem referência às comunidades locais e tradicionais:

*III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;*

*V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;*

*IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;*

*XI – garantam as populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.*

Assim, uma das diretrizes que devem orientar a administração de áreas naturais protegidas no Brasil é a garantia de que, no momento de se tomar decisões importantes sobre as unidades de conservação, as comunidades envolvidas sejam ouvidas e participem efetivamente de todo o processo.

Em 2007, o Decreto 6.040 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, definindo em seu artigo 3º o conceito de povos e comunidades tradicionais:

*Art. 3º. Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.*

O mesmo Decreto 6.040 em seu art. 3º atribuiu conceito potencialmente restritivo aos territórios tradicionais caiçaras, ao se referir apenas aos direitos territoriais de indígenas e quilombolas, deixando em aberto a definição do rol de outras populações tradicionais não abrangidas por este regime especial de proteção territorial:

*Art. 3º. Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: [...] II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas respectivamente.*

Assim, a Constituição Federal - CF/88 estabelece para as populações tradicionais a integridade da cultura e preservação da organização social na forma de direitos humanos, e garantias de preservação e valorização do patrimônio social e cultural. Porém, somente dispõe expressamente sobre reconhecimento e proteção específica, além do correspondente direito territorial, à comunidades indígenas e quilombolas, omitindo-se quanto ao reconhecimento das comunidades caiçaras, bem como ao direito territorial caiçara.

Para Diegues (2001), é comum que a política de proteção ambiental não consiga solucionar os problemas da conservação e das populações tradicionais locais, o que ocorre em função da desarticulação entre as escalas decisórias e as escalas locais, que possuem necessidades distintas.

Isto traz uma reflexão sobre os possíveis impactos sobre a integridade social, política e cultural de tais grupos. Uma vez que, busca-se a preservação ecológica, porém gera degradação cultural, pois o território, neste caso, não constitui apenas um meio de recursos materiais, e sim, o local de desenvolvimento de práticas sociais e simbólicas, de reprodução dos modos de vida, e de definição social-identitária.

Segundo Castro Junior *et al.* (2009), em geral as populações tradicionais geram tensões sobre a implantação de unidades de conservação, justamente pelo fato de esses setores sociais, historicamente, não terem voz no processo de demarcação e gestão das unidades de

conservação. De acordo com os autores, é impossível considerar a conservação da biodiversidade apenas como um desafio científico, de dimensões ecológica e econômica, com soluções exclusivamente técnicas, pois o *status* da biodiversidade é uma produção social, e sua manutenção ou degradação resulta de processos históricos.

Sabe-se que dentre os usos mais comuns em unidades de conservação, tem-se a utilização do solo para práticas agrícolas e extrativistas, produção pesqueira, atividades de recreação ao ar livre e turismo. Quando realizadas de forma planejada e gerenciada por órgãos que se comprometam em dar o suporte necessário, tais atividades podem protagonizar importantes estratégias de manejo das unidades de conservação.

Sobre este aspecto, Arruda (1999) aponta que o maior problema das UC's tem sido a dificuldade na remoção das pessoas que ali vivem, e também a permanência das populações “tradicionais”. O autor define população tradicional como:

*“Aquelas que possuem um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável”.*

Arruda (1999)

Sobre essas populações, Arruda (1999) questiona a oposição existente entre populações tradicionais e a necessidades de conservação dos recursos naturais, e afirma que são caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas entre outros, que em geral ocupam o local há muito tempo, e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

De acordo com Diegues (1996), experiências em curso em países, como no Zimbábue na África do Sul e mesmo no Brasil, tem demonstrado que as populações tradicionais têm um papel importante a ser desempenhado no êxito das áreas naturais protegidas, na medida em que desde a elaboração do plano de manejo, essas comunidades possam participar efetivamente do planejamento e administração dos parques e reservas. Nesse sentido, elas podem ser aliadas importantes para a conservação da biodiversidade e da diversidade sociocultural.

Sobre a natureza jurídica das unidades de conservação, Benatti (2009) cita que na elaboração das normas legais, o legislador, em maior ou menor grau, é influenciado pelos valores socioculturais vigentes em um dado momento histórico, e assim, as leis espelham o espírito sociocultural vigente à época de sua elaboração.

Uma maneira de tratar a cultura, emprega a noção de “patrimônio cultural”, e nesse sentido, Benatti (2009) destaca que a defesa do meio ambiente é muito mais do que a defesa somente da fauna, da flora e do meio físico, e deve incluir também o ser humano, através de suas atividades culturais e materiais.

No passado, o termo patrimônio era limitado aos bens de natureza material, que recebiam um reconhecimento oficial, como no caso do patrimônio histórico, conforme aponta Sánchez (2008). Atualmente, a Constituição de 1988 inclui os bens de natureza imaterial e os produtos da cultura popular, como podemos ver em seu artigo 216:

*Art. 216º: constituem patrimônio brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem tanto as formas de expressão como os modos de criar, fazer e viver.*

Vale ressaltar que os bens imateriais ou intangíveis, tratados na constituição, incluem uma ampla variedade de produções coletivas, como línguas, lendas, mitos, danças e festividades, que necessitam de tanta proteção quanto os recursos naturais.

Nesta perspectiva, Rodrigues e Fredrych (2013) afirmam que a legislação ambiental brasileira busca conciliar tendências e interesses tanto de preservacionistas como de conservacionistas, porém, existem ainda muitas resistências quanto à existência de unidades de conservação que integrem de fato as populações tradicionais às áreas protegidas.

Diante do exposto, nota-se um processo histórico de modelo de conservação baseado na exclusão das populações humanas, mesmo que não haja evidências de que sua presença seja uma ameaça à integridade do ecossistema local, e como resultado tem-se os conflitos sociais gerados, que coloca em cheque a própria noção do tipo de relação entre população humana e a natureza.

## 6.5 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As atividades turísticas, podem se tornar importantes ferramentas de manejo das unidades de conservação, desde que planejadas e gerenciadas pelos órgãos responsáveis. Para

estabelecer as normas de realização dessas atividades, o SNUC prevê no Capítulo IV, em seu artigo 27, a elaboração de um plano de manejo, que estabelece diretrizes administrativas, além de constituir importante instrumento na regulamentação das atividades econômicas realizadas, viabilizando a integração com as comunidades (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, o turismo é apresentado como uma das possíveis estratégias de exploração sustentável dos recursos naturais, principalmente quando se trata de unidades de conservação, pois teoricamente tem um impacto menor do que outras atividades como, por exemplo, agricultura e extrativismo,

De acordo com Matheus *et al.* (2005), as áreas turísticas vêm sendo encaradas como uma das principais formas de desenvolvimento para o futuro, e enquadrá-las no conjunto de alternativas de desenvolvimento sustentável, com base na eficiência econômica, na equidade social e na prudência ecológica, considerando as especificidades de cada lugar e sua capacidade suporte, ainda é uma questão difícil de ser equacionada.

Também conhecido como turismo ecológico e turismo de natureza, o conceito de ecoturismo foi publicado pela Embratur, em 1992, como “*o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica*” (BRASIL, 2008).

De acordo com Cruz (2002), se comparado ao turismo de massa, o ecoturismo prima pelo baixo impacto causado na natureza, devido à menor quantidade de pessoas que participam das atividades, e pela forma racional de usufruir do espaço turístico. Entretanto, segundo o autor, na maioria das vezes esta prática não é feita de forma planejada, constituindo mais uma forma de apropriação irracional do espaço, o que requer uma série de transformações no espaço natural e social da unidade de conservação, impondo modificações para atender a demanda de consumidores deste espaço. Cruz (2002) destaca que não somente o interior das UC's, como também as áreas ao entorno, consideradas zonas de amortecimento dos impactos causados pela atividade turística, sofrem com as infraestruturas implantadas de forma ambientalmente inadequada.

Conti *et al* (2011) em estudo sobre ecoturismo no PNSB, especificamente na Vila de Trindade, afirma que os parques representam uma das principais categorias de unidades de conservação para o desenvolvimento do ecoturismo, e constituem um exemplo emblemático

da cisão sociedade-natureza, pois nessas áreas, o ecoturismo tem sido uma alternativa para a minimização dos impactos econômicos sobre a biodiversidade, a potencialização dos processos de conservação da natureza, e a oportunidade de melhoria de qualidade de vida das populações locais. Para as autoras, o turismo no PNSB ainda não é desenvolvido de forma que contribua efetivamente para a proteção da natureza, e isto se deve principalmente a abertura da rodovia Rio-Santos e ao asfaltamento do “Morro do Deus me livre” (estrada que liga a rodovia Rio-Santos à Trindade), que permitiram maior acesso à unidade de conservação e, conseqüentemente, geraram maior pressão antrópica sobre os recursos naturais, o que é agravado pela falta de estrutura básica e turística em Trindade. Conti *et al.* (2011) afirmam ainda, que para se compatibilizar os objetivos de um parque nacional aos do ecoturismo são necessárias diversas ações de ordenamento do turismo, tanto no interior como no entorno da Vila de Trindade.

A criação de áreas naturais protegidas implica em certa limitação para as comunidades na prática de suas atividades tradicionais, o que contribui para o desenvolvimento de tensões entre a comunidade e os administradores das unidades, além dos conflitos gerados entre agentes imobiliários e a população local, como pode ser observado em Trindade.

Levando-se em conta que o ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal (Brasil, 2007), é válido destacar que as populações locais, das áreas do entorno e do interior da UC's devem participar fundamentalmente da gestão das áreas, uma vez que detêm certo conhecimento local, e sua participação cria um senso de pertencimento e responsabilidade, que as tornam mais atuantes no processo de conservação.

De acordo com a Embratur (BRASIL, 2008), ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. Além disso, a distribuição dos benefícios resultantes das atividades deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento local.

O termo ecoturismo, muitas vezes é confundido com turismo sustentável, o que causa dúvidas também sobre a prática dessas atividades. Fazendo uma breve retrospectiva sobre o desenvolvimento desses termos, observa-se que a década de 1960 foi marcada pela eclosão do

turismo de massa, quando se registraram e foram reconhecidos os impactos negativos da atividade turística, conhecidas como “indústrias sem chaminés”. Já no início dos anos 1970, começaram as discussões sobre “gestão de turistas”, consolidando o entendimento do turismo como atividade econômica potencialmente poluidora, a depender da maneira como ocorre. Nesse contexto, a temática passou a ser insistentemente debatida pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), de onde surgiu o termo Turismo Verde, que na década de 90 se amplia para a noção de Turismo Sustentável (BRASIL, 2008). Atualmente, a Organização Mundial de Turismo (OMT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) diferenciam “ecoturismo” de “turismo sustentável”, e referem-se ao ecoturismo como um segmento do turismo, enquanto o turismo sustentável são princípios aplicáveis, que devem servir de premissa para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos. Sob esse enfoque, o ecoturismo assenta-se no tripé *interpretação, conservação e sustentabilidade*, e caracteriza-se pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza, e pela proteção das áreas onde ocorre (BRASIL, 2008).

Com a mudança no perfil dos turistas, aos poucos mais conectados com o tema da responsabilidade ambiental, e a percepção de que o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, novas tendências apontam para uma ressignificação do turismo, que surge como o “turismo de base comunitária”.

Sobre o turismo de base comunitária, Irving (2002) afirma que este tipo de turismo só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais”, para alcançar o sentido de comum e coletivo. Assim, para a autora, o turismo de base comunitária tende a ser aquele tipo de turismo que favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Ou seja, um tipo de turismo que representa a interpretação “local” do turismo, frente às projeções, demandas e cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas sem as imposições da globalização. Irving (2002) destaca que as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade, passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e

culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, além da participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação, com a geração de benefícios para a população local e autonomia no processo de decisão.

Segundo Irving *et al.* (2005), o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária por decisão externa, sem motivação endógena dos grupos sociais locais, que se reconhecem como agente do processo de construção da realidade e dinâmica de desenvolvimento.

Isto fica claro, no estudo de Silva e Maia (2013) sobre turismo e desenvolvimento local em unidade de conservação, onde as autoras buscaram analisar o desenvolvimento local e as relações de cooperação entre os atores sociais, para a promoção da atividade turística no Parque Nacional do Catimbau. Neste estudo, Silva e Maia (2013) concluíram que, apesar da existência de algumas interações cooperativas, a maioria dos atores sociais investigados não participam do processo. Para as autoras, o turismo, se bem planejado, pode ser responsável por uma série de aspectos positivos relacionados à geração de renda, valorização cultural e conservação do ambiente onde é praticado, mas que a participação de todos os agentes interessados na atividade é de grande relevância para a concretização desses benefícios, e que os moradores, por serem considerados os principais influenciados pelas transformações desencadeadas por esta atividade, não podem ser negligenciados quanto ao seu planejamento, sendo necessárias metodologias participativas.

Observa-se que a atividade turística não é sempre positiva à natureza e à comunidade local, podendo ser degradante, sendo necessária a análise econômica e social durante o estabelecimento dessas atividades. Por isso, Azevedo & Irving (2002) destacam a necessidade de valorização da cultura, modos de vida, tradições e cosmologias locais, uma vez que, é no “espaço simbólico” do lugar turístico que identidades se encontram e são intercambiadas.

Diante disso, o desenvolvimento de trilhas interpretativas surgem como uma importante ferramenta para a gestão da atividade turística em unidades de conservação, além de fortalecer as ações de educação ambiental na área protegida. Santos *et al.* (2011) afirmam que trilhas interpretativas guiadas ou autoguiadas são recomendadas e utilizadas em interpretação ambiental por oferecerem oportunidades de um contato direto com o ambiente natural,

direcionado ao aprendizado e à sensibilização. De acordo com as autoras, atualmente, as trilhas estão muito presentes em programas educativos para uso público, nas mais diversas categorias de unidades de conservação, permitindo o desenvolvimento de atividades de educação ambiental em âmbito formal e informal.

De acordo com Guimarães (2004), quando pensamos em vivências na natureza, necessitamos ampliar nossos horizontes sobre as possibilidades de percepção e interpretação do meio ambiente, destacando procedimentos criativos e envolventes, considerando a natureza transdisciplinar destas atividades. A mescla de aspectos recreativos e educativos reveste-se de um sentido especial em ambos os casos, ao juntar curiosidade, imaginação, variedade de estímulos, heterogeneidade de aspectos paisagísticos, informações temáticas, descobertas e redescobertas associadas à paisagem exterior e a interior. Neste sentido, os trabalhos de trilhas interpretativas e vivências na comunidade buscam o resgate da relação pessoa/natureza, visando a recuperação de padrões mais aceitáveis e desejados de qualidade ambiental e de qualidade de vida, propiciando condições para uma observação mais consciente e flexível, gerando transformações.

Percebe-se que as políticas públicas de turismo vêm ocupando espaço significativo no planejamento e gestão pública, nas mais diferenciadas escalas, principalmente no que se refere às unidades de conservação. Destaca-se nessa discussão a necessidade de se estabelecer limites para o crescimento do turismo em áreas naturais protegidas, com o intuito de monitorar e planejar tais atividades, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos ao meio natural e à população envolvida no processo, além da necessidade de criação de políticas públicas inclusivas.

## 7. RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da participação nas reuniões do conselho consultivo e observação participante, assim como, serão apresentados as informações obtidas nas entrevistas e na análise do conteúdo das narrativas coletadas.

### 7.1 REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO

A primeira reunião do Conselho Consultivo, acompanhada ao longo da tese, ocorreu em 11 de julho de 2013, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e foram debatidos temas como a renovação do mandato dos conselheiros e o controle de visitas à piscina natural do Caixa D'Aço, através do uso de pulseiras disponibilizadas pelo PNSB. Durante a reunião houve uma apresentação sobre as ações da Associação dos Barqueiros de Trindade (ABAT), além de uma avaliação da priorização de ações gerenciais da gestão do PNSB, no qual a retirada dos quiosques da Praia do Meio foram os principais pontos discutidos. Também se discutiu a formalização da atividade embarcada no interior do PNSB, no que se refere ao uso dos barcos de pesca para transporte de turistas, assim como parcerias para a gestão e monitoria do PNSB em Trindade. Nesta reunião estavam presentes, além dos representantes legais do PNSB, representantes da APA Cairucu, Associação dos Produtores Rurais do Vale Mambucaba, Associação de Moradores de Trindade (AMOT), Associação Bocaina Viva, Associação Pró-Bocaina, Associação de Guias de Turismo de Paraty, da Prefeitura de Angra dos Reis, assim como pesquisadores da UNICAMP e UFRJ. Excetuando-se os representantes das associações que são moradores de Trindade, não havia nenhum outro morador participando da reunião.

A segunda reunião ocorreu em 14 de novembro de 2014, também em Angra dos Reis. Nessa reunião foram tratados assuntos referentes aos investimentos de infraestrutura em Trindade, dentre eles um projeto, com previsão de início em 2015, que foi apresentado à comunidade em duas reuniões, mas que não tiveram bom resultado, devido ao pouco número de pessoas presentes, e que precisou ser encaminhado à Associação de Moradores. Nesta etapa da reunião, houve um questionamento do grupo em relação à necessidade de maior esclarecimento para a comunidade, principalmente sobre a diferença entre construções feitas pela instituição pública e construções particulares, evitando-se assim maiores questionamentos e conflitos por parte dos moradores, que apresentam receio de estarem perdendo suas terras para iniciativas privadas. Além dos representantes das associações e instituições da reunião anterior, estavam presentes representantes da Prefeitura de Cunha, da Área de Proteção Ambiental Tamoios, do Mosaico Bocaina, Sala Verde Sertões da Bocaina,

Associação de Remanescente do Quilombo Santa Rita do Bracuí, do Instituto Estadual do Ambiente e da Eletronuclear. Novamente nessa reunião, não haviam moradores, com exceção dos representantes das associações.

A terceira reunião, ocorreu em 15 de maio de 2015, no auditório da APA Cairuçu, em Paraty. A principal discussão foi em torno de questionamentos feitos pelos conselheiros sobre a localização para a construção da sede do PNSB na Praia do Meio em Trindade. Foi discutida também a gestão da Praia do Meio, assim como a construção da estação de tratamento de esgoto, que aguarda ações da Prefeitura de Paraty. Nesta reunião, estavam presentes representantes da Prefeitura de Ubatuba e de Angra dos Reis, além de representantes da Associação Bocaina Viva, Sala Verde Sertões da Bocaina, ABAT, AMOT e APA Cairuçu.

Essa primeira etapa foi fundamental para a compreensão da complexidade da gestão de uma unidade de conservação, especialmente quando o seu interior e limites incluem uma comunidade. Foi possível observar o quanto medidas simples de conservação ambiental podem influenciar diretamente na vida das pessoas que estão no interior ou entorno da UC. Identificou-se alguns conflitos de interesse e os principais atores sociais envolvidos, que compreendem: **os funcionários da administração pública, turistas, entidades da sociedade civil organizada, gestores da unidade de conservação e os moradores.** Observou-se também, que apesar dos moradores serem interessados nos resultados das discussões, os mesmos não costumam frequentar tais reuniões, mesmo quando ocorrem próximo de Trindade.

## 7.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

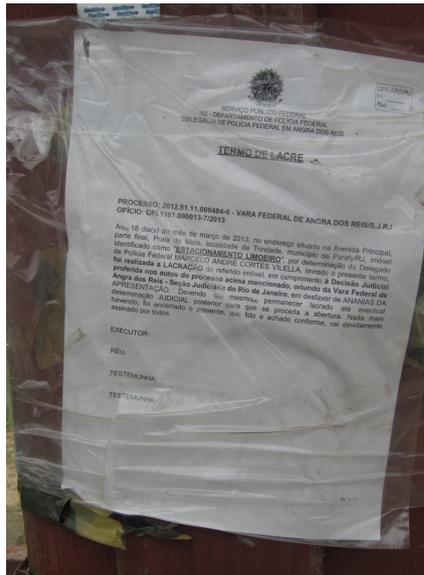
Durante o primeiro trabalho de campo, em julho de 2013, foram identificadas algumas ações do PNSB a respeito da delimitação da unidade de conservação, como por exemplo, a instalação de placas para delimitar a área do PNSB (Figura 19), o fechamento e reforma do rancho de pesca onde ficam os barcos dos pescadores (Figura 20) e o fechamento de algumas propriedades inseridas dentro dos limites da UC, como estacionamentos e quiosques (Figura 21), gerando mobilização da comunidade com chamadas públicas para reuniões de associações de moradores, além de atos de protesto (Figura 22)



**Figura 18 - Placa de delimitação do PNSB em terreno no final da rua principal da vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (Julho/2013).**



**Figura 19 - Rancho de pesca reformado pelo PNSB. Foto: Luana Balbino (Julho/2013).**



**Figura 20 - Termo de lacre na porta de um dos quiosques fechados na Praia do Meio. Foto: Luana Balbino (Julho/2013).**

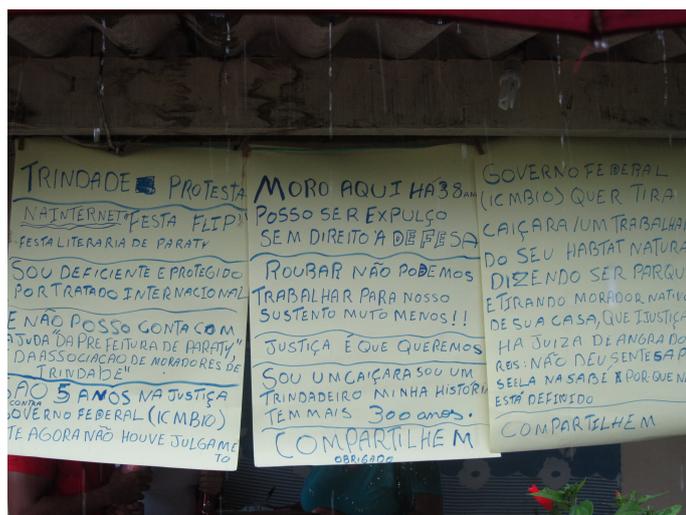
Segue o texto presente no termo de lacre:

*Serviço Público Federal  
Departamento de Polícia Federal  
Delegacia de Polícia Federal de Angra dos Reis*

*Termo de Lacre*

*Processo: 2012.51.11.000484-0 – Vara Federal de Angra dos Reis/ RJ. Ofício: OFI.1101.000013-7/2013.*

*Aos 18 dias do mês de março de 2013, no endereço situado na Avenida Principal parte final, Praia do Meio, localidade de Trindade, município de Paraty/ RJ, imóvel identificado como “Estacionamento Limoeiro”, por determinação do Delegado de Polícia Federal MARCELO ANDRÉ CORTES VILELLA, lavrado o presente termo, foi realizada a LACRAÇÃO do referido imóvel, em cumprimento à Decisão Judicial proferida nos autos do processo acima mencionado, oriundo da Vara Federal de Angra dos Reis – Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em desfavor de ANANIAS DA APRESENTAÇÃO. Devendo o mesmo permanecer lacrado até eventual determinação judicial posterior para que se proceda a abertura. Nada mais havendo, foi encerrado o presente, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos.*



**Figura 21 - Cartaz de protesto de moradores em uma residência próximo à Praia do Meio.  
Foto: Luana Balbino (Julho/2013).**

A seguir, o texto do cartaz:

*Trindade protesta na internet, Festa Literária de Paraty. Sou deficiente e protegido por tratado internacional. E não posso contar com a ajuda da prefeitura de Paraty, e da Associação de Moradores de Trindade. São 5 anos na justiça contra o Governo Federal (ICMBIO) e até agora não houve julgamento. Moro aqui há 38 anos e posso ser expulso sem direito a defesa, Roubar não podemos e trabalhar para nosso sustento muito menos!! Justiça é que queremos. Sou caiçara, sou trindadeiro minha história de mais de 300 anos. Compartilhem. Governo Federal quer tirar um caiçara, um trabalhador do seu habitat natural. Dizendo ser Parque e tirando morador nativo da sua casa, que injustiça. A Juíza de Angra dos Reis não deu sentença por que não está definido. Compartilhem.*

Ao longo dessa ida a campo, foram identificadas as principais atividades econômicas realizadas em Trindade, e dentre esses usos, os mais impactantes e transformadores foram os associados aos processos turísticos e de urbanização, que vêm reconfigurando a paisagem e afetando as condições ambientais. Verifica-se uma confluência de interesses privados e públicos, representados por capitais de investimento diversos, e por legislações municipais, estaduais e federais.

Num segundo trabalho de campo, em janeiro de 2014, seis meses após as ações do PNSB, foi possível observar uma diferença na Praia do Meio, além de um aparente abandono da praia, tanto por parte dos turistas, como por parte dos vendedores, em função do fechamento dos quiosques e dos estacionamento. Notou-se que essa situação gerou mais revolta e mobilização na população, principalmente em função da situação que se encontra a Praia do Meio, sem investimentos em recursos ou infraestrutura para visitação, e também em função da falta de alternativas para obtenção de renda (Figuras 23, 24 e 25).



**Figura 22 - Falta de estruturas para receber turistas e lixo acumulado na Praia do Meio em Trindade, uma das reivindicações da comunidade junto ao PNSB. Foto: Luana Balbino (Outubro/2014).**



**Figura 23 - Moradores buscando alternativas para fonte de renda. Foto: Luana Balbino (Outubro/2014).**



**Figura 24 – Falta de estrutura para receber turistas, ausência de banheiros e cabine de bombeiros improvisada. Foto: Luana Balbino (Outubro/2014).**

Ainda em 2014, no mês de outubro, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty organizou o Festejo Caiçara (Figura 26), na tentativa de valorização da cultura tradicional caiçara, o que é visto pelos representantes das associações como o meio para se reivindicar o reconhecimento do território e se manter no local. De acordo com os organizadores: *“foram três dias para comemorar a conquista pela permanência dos trindadeiros em seu território, em 1982, após nove anos de dura resistência contra a política de desenvolvimento da empresa multinacional Atlantic Community Development Group For Latin América (BRASCAN/ADELA), que previa a construção de um condomínio de luxo no território caiçara.”*

Sobre o objetivo do evento, o coordenador da Associação dos Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade (ABAT), Robson Dias Possidônio, através de nota no site de organização do evento afirma: *“Não estamos parados no tempo, não somos uma comunidade folclórica caiçara, estamos em movimento, mas mantemos os nossos elos com a nossa tradição”* (Disponível em <http://www.preservareresistir.org/>).

Uma das discussões presentes no festejo, foi a questão da construção do Mercado Comunitário, que seria um espaço de vendas de produtos como pescados, ovos, artesanato local, verduras e hortaliças, mas que, com as alterações nos limites do PNSB, o local ficou restrito às imposições do PNSB, sendo solicitado que o mercado fosse retirado, gerando mais um conflito entre a gestão do PNSB e a comunidade, representada nesta disputa pela Associação de Moradores da Trindade, a ABAT e a ONG Caxadaço Bocaina Mar.

É válido destacar que o evento foi divulgado pela prefeitura de Paraty, que disponibilizou um intervalo menor nas linhas de ônibus ligando Trindade a Paraty, o que lotou a Vila de Trindade com turistas e moradores de Paraty. Entretanto, o interesse dos visitantes eram maiores nas praias de Trindade, do que na participação propriamente dita no evento. Desta forma, o evento ficou basicamente restrito aos organizadores, comunidade e representantes das associações, enquanto a Vila recebeu um intenso fluxo de turistas, que leva a questionar se os resultados do festejo foram positivos.



**Figura 25 - Cartaz de Divulgação do Festejo Caiçara. Foto: Luana Balbino (Outubro/2014).**

Entre um trabalho de campo e outro, em um intervalo de aproximadamente seis meses foi possível identificar o surgimento de diversas obras para ampliação de pousadas, ou construção de novas moradias (Figura 27), provavelmente na busca de atender à crescente demanda de turistas.



**Figura 26 – Construções na Vila de Trindade. Foto: Luana Balbino (Julho/2014).**

Em fevereiro de 2015, duas decisões da Advocacia Geral da União (AGU) determinaram a remoção dos quiosques comerciais, tidos como irregulares na Praia do Meio (Figura 28), restando apenas 3 das 21 construções consideradas ilegais na área dentro do PNSB. Segundo a determinação, tais quiosques foram erguidos sem autorização e provocavam prejuízos ambientais incompatíveis com o regime especial de proteção da unidade de conservação, tais como eliminação de vegetação nativa e contaminação dos solos e lençol freático, pelo uso de fossas inadequadas, além de estarem em faixa de areia, a poucos metros do mar, e em área pertencente à Marinha.



**Figura 27 – Demolição de quiosque na Praia do Meio (Foto: ICMBio, 2015)**

O que ficou mais evidente durante a observação participante, foi o conflito de interesses, entre a população e os gestores da unidade de conservação, e também a memória em relação a antiga disputa pela posse de terra, enfrentada pelos moradores em décadas passadas, que parece agravar ainda mais o contexto, pois a população encontra-se desconfiada por estar constantemente tendo que lutar por seu direito à propriedade. Em relação a estrutura de Trindade, foi possível observar que, apesar do significativo aumento dos turistas, os serviços urbanos pouco avançaram, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, infraestrutura para receber turistas e transporte público. Isso fica evidente em relação a obra para instalação da estação de tratamento de esgoto, que ainda não foi concluída, pela disponibilidade de uma única linha de ônibus ligando Trindade a Paraty, e pelos problemas enfrentados pelos moradores como trânsito e falta de luz nos feriados ou datas comemorativas, quando o fluxo de turistas é bem maior.

### 7.3 QUESTIONÁRIOS

Durante os trabalhos de campo foram aplicados 50 questionários. Dentre os entrevistados tem-se 33 moradores, 13 turistas e 4 pessoas ligadas ao poder público. Entre os moradores entrevistados estão aposentados, comerciantes, proprietários de pousadas e/ou lojas, barqueiros e pescadores. A faixa etária do grupo foi de 20 a 82 anos. A partir dos questionários aplicados foi possível identificar atores sociais com diferentes perspectivas e planos para a área em questão, que se estruturam em compreensões distintas sobre o uso dos recursos naturais. Esses atores são:

- 63% dos entrevistados: Moradores, que se intitulam como caiçaras, vivem do turismo mas conservam traços de sua cultura tradicional. Estão nesse grupo pescadores, barqueiros e comerciantes, incluindo alguns representantes de associações comunitárias;
- 3% dos entrevistados: Moradores que não são nativos de Trindade, e são empresários do setor de turismo, que encontraram em Trindade uma forma de vida alternativa e um local com possibilidade de renda;
- 26% dos entrevistados: Turistas;
- 8% dos entrevistados: Representantes dos órgãos públicos, pessoas com influência política, sociocultural, econômica ou ambiental, e que não moram em Trindade.

As diferentes relações dos entrevistados com a área de estudo, permitiram identificar atitudes que podem influenciar na ocupação do espaço e na conservação dos recursos naturais.

A primeira atitude, encontrada principalmente nas respostas dos moradores, está relacionada a existência de um sentimento de pertencimento, que pode contribuir na elaboração e implantação de ações de gestão e planejamento ambiental. A outra atitude, encontrada sobretudo nas respostas dos turistas, revela um distanciamento em relação ao meio, o que pode gerar dificuldades na elaboração de propostas sustentáveis, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de ações de educação ambiental.

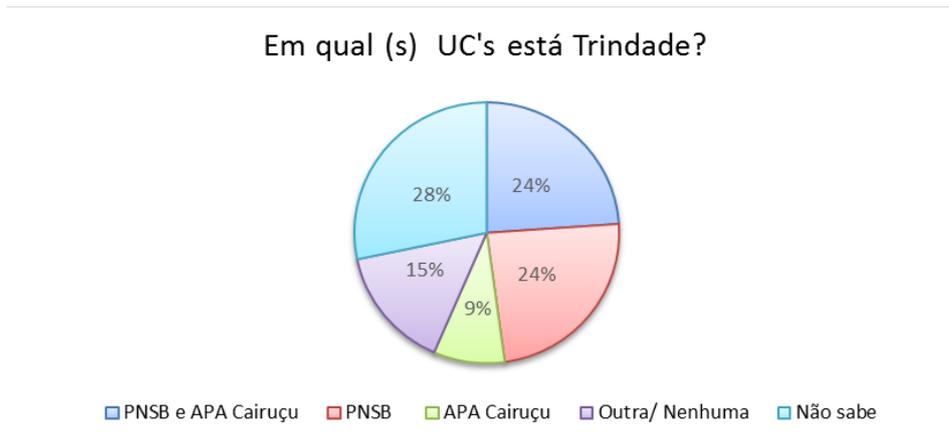
Quanto à definição de meio ambiente dos entrevistados, é possível perceber que todos associam o meio ambiente à existência de vida e recursos naturais (Figura 27), embora alguns não se insiram no meio ambiente, e interpretem o meio como tudo o que está ao seu redor.

### Definições de Meio Ambiente dos Entrevistados

<b>Turistas</b>	<b>Moradores</b>	<b>Poder Público</b>
"Natureza" "Tudo que foi oferecido para nós naturalmente" "Saúde da Natureza" "Natureza mais as pessoas" "Natureza mais a cidade " "Necessário a vida" "Florestas preservada" "Recursos naturais" "Beleza natural de um lugar" "São as relações que indivíduos de espécies estabelecem entre si e o estão inseridos"	"Tudo ao seu redor, a comunidade sem favela, com pássaros e árvores." "Tudo que está sendo degradado." "O que sobrou ainda conservado" "Meio ambiente é o IBAMA" "Tudo verde que está a sua volta" "Lugar em que vivemos em harmonia com a natureza" "Praia Preservada" "Reserva onde os animais e a natureza estão sem os homens" "É a vida a nossa volta" "Lugar onde estamos, inclui tudo a nossa volta" "Proteger a natureza e o caçara" "Lugar de preservação da natureza" "Natureza preservada, vida."	"Componentes físicos e biológicos que interferem direta e indiretamente no sujeito, população, espécie e etc" "Pode ser natural, com ou sem interferência humana e alterações provocadas pelo homem." "Tudo que nos envolve" "Necessário à vida"

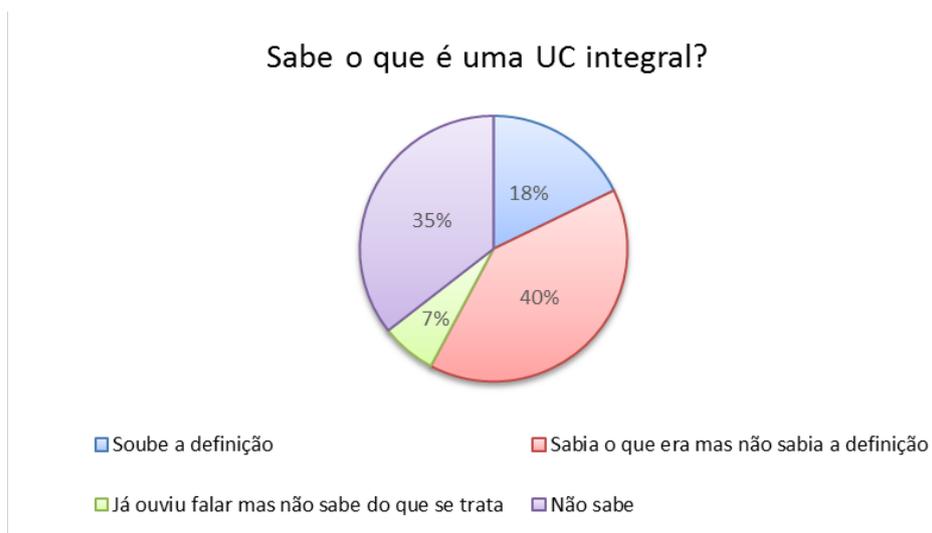
Figura 28 - Quadro representando as definições de meio ambiente dos entrevistados.

Em relação às respostas do questionário, ao ser perguntado sobre qual (s) unidade (s) de conservação a Trindade está inserida, apenas 28% dos entrevistados sabiam que inclui tanto a APA Cairuçu quanto o PNSB (Figura 28).



**Figura 28 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre qual (s) UC's Trindade faz parte.**

Ao definir o que é uma unidade de conservação de proteção integral, 40% tinham alguma ideia do que era, mas não sabiam como definir corretamente, 35% não sabiam do que se tratava, 18% souberam definir e 7% já haviam escutado sobre unidade de conservação, mas não sabiam a definição (Figura 29). Dentre os 18% que souberam definir, estão todos os representantes do poder público (8%) e alguns moradores (10%), notadamente aqueles que são representantes das associações. Em relação aos 40%, que tinham ideia do que era mas não conseguiram definir corretamente, estão moradores (36%) e turistas (4%), enquanto, os 7% que já escutaram sobre, mas não sabia o que era, são todos moradores. Dentre os 35% que não sabiam do que se tratava, tem-se turistas (22%) e moradores (13%).



**Figura 29 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o que é uma unidade de conservação integral.**

Quanto ao estado de conservação de Trindade, 58% acham que está bem conservado, mas que precisa melhorar, enquanto 13% dizem não está conservado, e 29% dizem está bem conservado (Figura 30).

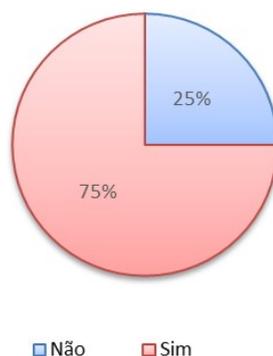
Acha que Trindade está bem conservada?



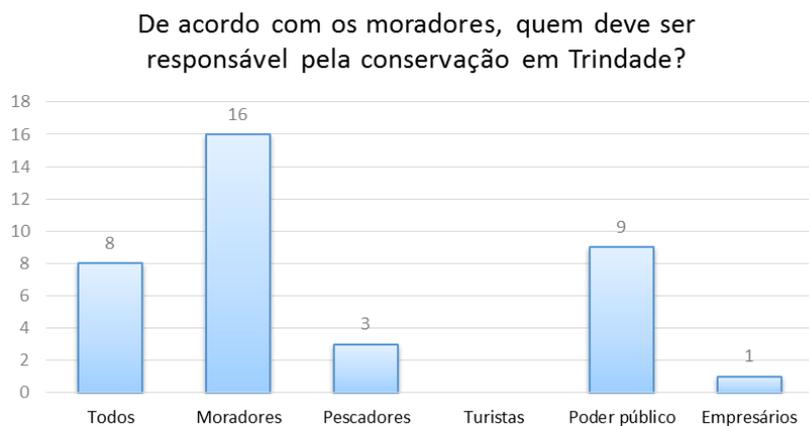
**Figura 300 - Gráfico representando as respostas sobre o estado de conservação de Trindade.**

Sobre a participação em ações de conservação, 75% dizem participar da conservação do local (Figura 31). E ao perguntar aos moradores sobre quem deveria ser responsável pela conservação de Trindade, foi apontada a responsabilidade dos próprios moradores, seguida pela responsabilidade do poder público e de todos. Isto evidencia que os moradores se sentem responsáveis pelo local, o que é primordial na conservação do mesmo. Nesta pergunta houve a possibilidade de mais de uma opção de resposta (Figura 32).

Participa da conservação do local?



**Figura 311 - Gráfico representando as respostas sobre a participação na conservação do local.**



**Figura 32 - Gráfico representando as respostas dos moradores sobre quem deveria ser responsável pela conservação de Trindade.**

Ao analisar as respostas dos turistas para a mesma pergunta, observa-se que os turistas apontam, em sua maioria, a responsabilidade do poder público e dos moradores pela conservação do local. Nesta pergunta houve a possibilidade de mais de uma opção de resposta (Figura 33).

Merece destaque a resposta de um turista sobre como participa da conservação local, ao afirmar que não pode participar da conservação por estar apenas visitando. Isto mostra a necessidade do fortalecimento de ações de educação ambiental para conscientização e sensibilização, mostrando maneiras de como os turistas podem contribuir.



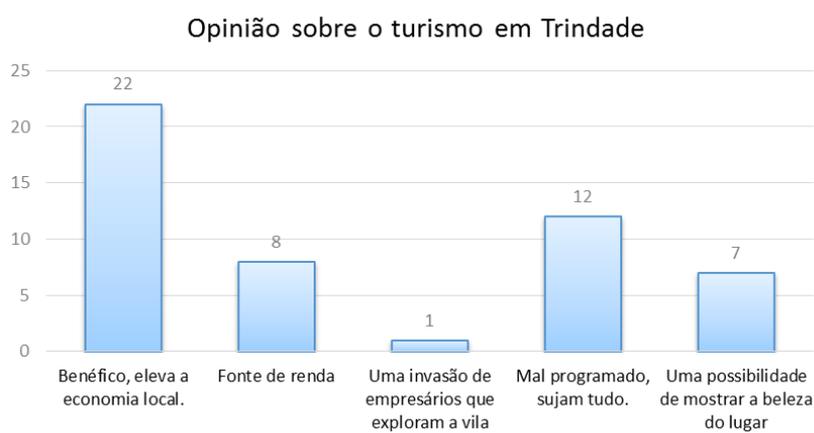
**Figura 33 - Gráfico representando as respostas dos turistas sobre quem deveria ser responsável pela conservação de Trindade.**

Ressalta-se que todos os moradores destacaram não serem os responsáveis pela destruição do local e que, por isso, não deveriam sofrer tantas restrições com o estabelecimento do PNSB. Os moradores disseram que ajudam na conservação do local evitando cortar madeiras, juntando o lixo deixado na praia, não poluindo o rio, pescando na

época certa de cada peixe, e evitando vender as terras para empresários interessados em grandes empreendimentos.

Os principais impactos ambientais apontados pelos entrevistados foram: **poluição das águas dos rios, devido a ausência de rede de esgoto; poluição sonora, principalmente nos feriados em função do grande número de turistas; perda da cultura tradicional caiçara, pois a maioria dos caiçaras locais estão trabalhando com o turismo; retirada de vegetação.**

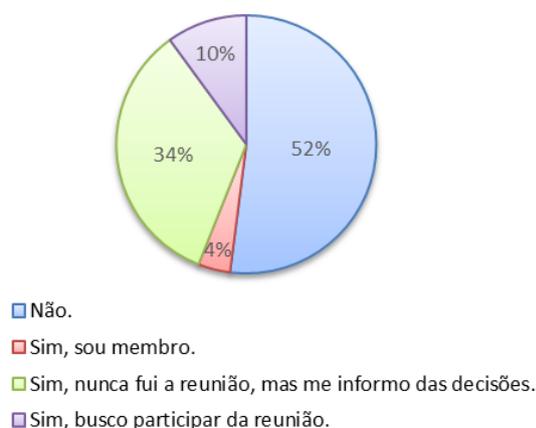
Apesar da atividade turística ser apontada como causadora de impacto ambiental, conforme foi observado na pergunta anterior, de forma geral, os entrevistados acham que o turismo é benéfico e eleva a economia local, apesar de uma parte significativa apontar o turismo como mal programado (Figura 34).



**Figura 34 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o turismo em Trindade.**

Sobre as decisões relativas ao PNSB, ao serem perguntados sobre a existência de reuniões do conselho consultivo, 52% disseram não saber da existência, o que inclui todos os turistas e parte dos moradores. Além disso, 34% dizem saber da existência, mas nunca ter participado das reuniões, afirmando que se informam das decisões através das associações, enquanto apenas 10% sabem da existência e participam, e 4% são representantes do conselho, e portanto frequentam as reuniões (Figura 35). Como a aplicação dos questionários foi feita na forma de entrevistas, perguntou-se aos moradores o motivo de não irem até as reuniões, e as justificativas foram a falta de tempo e recursos para se deslocar até os locais, que geralmente são em municípios vizinhos, como Angra dos Reis (RJ) ou São José do Barreiro (SP).

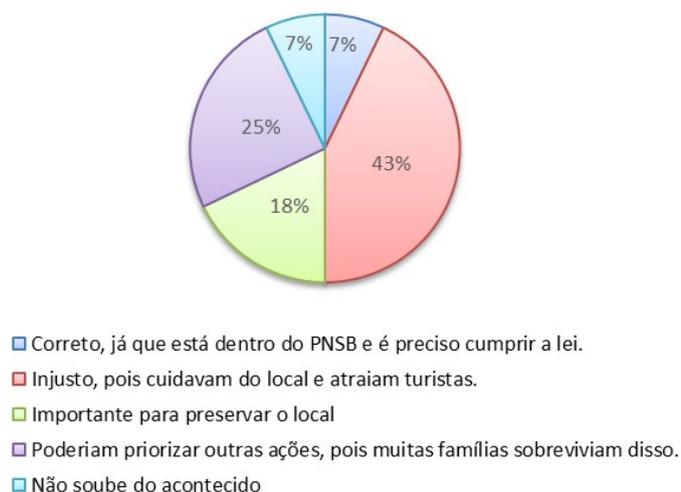
### Sabe da existências de reuniões do conselho consultivo do PNSB?



**Figura 35 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o conhecimento das reuniões do conselho consultivo do PNSB.**

Sobre o fechamento dos quiosques da Praia do Meio, 43% dos entrevistados acharam injusto, pois consideravam que os quiosques cuidavam do local, não poluíam a praia e atraíam turistas, e 25% dos entrevistados acham que o PNSB deveria priorizar outras ações, deixando o fechamento dos quiosques por último, pois algumas famílias dependiam daquela renda (Figura 36).

### O que achou do fechamento dos quiosques?



**Figura 36 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre fechamento dos quiosques da Praia do Meio.**

Ao serem perguntados sobre a existência de uma cultura tradicional caiçara na Vila de Trindade, 37% desconhecem, 21% sabem da existência mas não conseguem perceber as

características desta cultura, e 42% afirmaram ainda existir a cultura tradicional (Figura 37). Os que afirmaram desconhecer esta cultura foram todos os turistas (26%), os representantes do poder público (8%) e os moradores não nativos de Trindade (3%). Enquanto, as pessoas que dizem saber da existência, mas que não conseguem perceber a presença desta cultura, foram alguns dos moradores antigos (21%), que justificaram a resposta dizendo que em décadas passadas até havia uma cultura tradicional, representada pela pesca artesanal e pelo cultivo, mas que hoje em dia não há mais nada. Dentre os 42% que afirmam ainda existir a cultura tradicional, estão os demais moradores de Trindade.



**Figura 37 - Gráfico representando as respostas dos entrevistados sobre o reconhecimento de uma cultura tradicional caiçara em Trindade.**

#### 7.4 NARRATIVAS

Apesar de ter sido solicitado ao narrador falar sobre sua vivência em Trindade e questões relativas ao estabelecimento do PNSB, foi dada liberdade para se falar abertamente sobre o que o ator social considerasse importante, o que foi muito interessante, pois foram incluídas diversas histórias e saberes próprios. É válido destacar que alguns atores sociais convidados a contribuir com sua narrativa não se sentiram à vontade, ou não deram retorno. Como o objetivo desta etapa era obter informações mais detalhadas sobre o histórico de vida em Trindade, assim como em relação ao estabelecimento do PNSB, optou-se por não obter narrativas dos turistas. Observou-se que os atores sociais tiveram suas narrativas permeando temas muito próximos, apesar da liberdade que lhe foi dada, e portanto, para efeito de análise, optou-se por classificar as respostas nos temas a seguir, que são sintetizados ao final do capítulo (Figura 38).

- i. Estado de conservação de Trindade;

- ii. Representatividade da cultura tradicional caiçara nos dias atuais;
- iii. Turismo em Trindade;
- iv. Relação entre o PNSB e a comunidade.

#### 7.4.1 Estado de Conservação de Trindade

Dentre os assuntos tratados nas narrativas, o estado de conservação de Trindade foi apontado por todos os entrevistados, principalmente no caso dos moradores, que reafirmaram não serem os responsáveis pela degradação do meio ambiente local, e que destacam a importância da comunidade na manutenção do estado de conservação. Isso fica evidente, por exemplo, na fala de um morador que é representante de uma associação em Trindade.

*“Está muito conservada, conservada por demais! Eu acho que todo trindadeiro participa dessa conservação, dessa preservação. Se você olhar todos esses pontos verdes claro na mata, um dia foi roça, hoje é floresta. Então, eu acho que a organização é para que não venha a fazer um grande roçado e possa sobreviver com o turismo. Eu não vou mais precisar degradar aquilo ali, sendo que aquilo florestado, eu posso levar um turista ali e pedir 100 reais para ele ver um tucano, uma cutia, uma paca. A preservação também é uma fonte de renda, basta saber trabalhar com ela [...]”*

Tal perspectiva também aparece na fala do pescador:

*“Eu observo no meu dia-a-dia e ainda vejo todos os bichos que eu via quando era criança. É lógico que hoje a comunidade está em busca de saneamento, em busca de melhorias de água, em busca da concretização do saneamento básico, que foi uma iniciativa da própria comunidade, que começou em mutirão pela comunidade e que levou para a prefeitura de Paraty em busca de ajuda, mas o projeto parou e até hoje não foi sanado [...]”*

Assim como na narrativa de uma das moradoras mais antigas de Trindade:

*“Está do mesmo jeito. Não tem mais roça. Não pode mais avançar por que o governo não deixa. Também não pode mais fazer casa de vara, de pau, só de tijolo carregado nas costas, por que o IBAMA está aí e não deixa tirar da mata.”*

Sobre as ações do PNSB com propósito de conservação ambiental, um representante do PNSB afirma:

*“O parque ainda hoje, apesar de todos os esforços, é um parque de papel, que tem muito pouco a oferecer em benefício à sociedade como espaços de uso público, de lazer, de conservação, mas a gente está avançando nesse sentido. Hoje estamos muito mais perto do que estivemos naquele momento, e com perspectivas bastante concretas de consolidar essa primeira etapa do projeto até 2016, utilizando um pouco da janela de oportunidade das olimpíadas.”*

E esse discurso é reafirmado na narrativa de outro representante do PNSB:

*“[...] a parte terrestre de Trindade já foi muito impactada, antes inclusive do Parque ser criado, a gente tem fotos antigas, fotos aéreas de grandes áreas de pasto, grandes áreas de roça. Então, toda vegetação ali é secundária, não é uma vegetação primária, bem estabelecida [...] e têm os impactos mais contundentes, como muitas áreas que continuam sendo impactadas pelo uso irregular, como por exemplo, a área dos quiosques, tem o uso, tem edificações como o estacionamento, com grande fluxo de pessoas que não está direcionado, então você impede a regeneração que seria natural, então esses impactos são visíveis em toda Trindade, nas trilhas, na beira da praia onde as pessoas ficam, onde tinham as edificações, onde tinham os estacionamentos.”*

Uma proprietária de imóvel na praia afirma que do ponto de vista ambiental, Trindade está bem conservada, mas destaca que vem perdendo seus costumes e culturas.

*“Eu moro nesse lugar há 40 anos, então ao longo dos anos eu vejo que a flora, tudo isso, está muito mais preservada nessa faixa do ambiente. Agora, a nível de vila, de comunidade, em relação a costumes, à cultura, isso teve uma decadência, uma ruptura total, eu não acredito em preservação onde tem um comunidade tradicional no meio disso tudo que não é respeitada, não é valorizada sabe, não é entendida. Eu não acredito em preservação onde o ser humano não se encaixe [...]”*

O que se percebe com tais narrativas, é o reconhecimento de um estado de perda cultural e degradação ambiental, e que existe um questionamento sobre quem conserva e para quem se conserva, uma vez que os moradores, com sentimento de pertencimento ao lugar, sentem-se responsáveis pelo estado de conservação atual, enquanto o PNSB ao encontrar áreas anteriormente degradadas, possui a responsabilidade legal de conservar uma área de proteção integral, o que torna-se a raiz do conflito.

#### 7.4.2 Representatividade da cultura tradicional caiçara

A cultura caiçara aparece diversas vezes como o bem de maior valor em Trindade, segundo os moradores:

*“A cultura tradicional inserida nessa floresta toda. Eu acho que é um conjunto né, é uma relação. Trindade, as praias bonitas, mas se não tem essa cultura, se não tem essas pessoas, fica uma coisa assim sem vida”*

Sobre a presença da cultura tradicional caiçara nos dias de hoje, um morador que vive do turismo e se define como caiçara, assume uma descaracterização da cultura, ao mesmo tempo em que considera necessária essa mudança de hábitos para obtenção de renda:

*“O caiçara é encontrado na Mata Atlântica, principalmente aqui na costeira e tem essa miscigenação de indígenas com um pouco de quilombolas, de negros africanos, tem muita parte de europeus, é essa miscigenação, essa mistura. Ele vive basicamente da agricultura de subsistência, de roça, de artesanatos de samburá<sup>1</sup>, canoas e pesca artesanal [...], o caiçara tende a migrar para o que é mais rentável para ele no momento. Ele não é uma coisa só. Então, ele tende a migrar para o que é mais rentável, no caso de hoje, para a pesca e o turismo”*

Para esse mesmo morador, existe a necessidade de adaptação da cultura tradicional, para que possam sobreviver às medidas impostas pela unidade de conservação:

*“Se o governo coloca que só é permitido o turismo dentro de um UC de proteção integral e tiver essa opção de colocar turismo ou pesca, eu ficaria com a pesca porque é a minha atividade cultural que eu defendo. Mas, se hoje ele não entende a minha atividade cultural como propícia para UC, e entende que o turismo é, automaticamente o turismo está garantido”*

De acordo com a proprietária do estabelecimento na praia, é difícil para o turista perceber a presença da cultura tradicional caiçara:

*“Hoje em dia é muito difícil, você chegar em Trindade e um turista normal identificar que tem algum tipo de comunidade caiçara, só quando você consegue penetrar mesmo. Há 40 anos atrás não, você chegava em Trindade e entendia que tinha uma comunidade*

---

<sup>1</sup> Um tipo de cesto artesanal, geralmente feito de cipó, usado para colocar iscas ou o pescado.

*diferenciada que eram os caiçaras, que eram os pescadores, que tinham toda uma cultura de subsistência, e tudo isso foi rompido [...], a nível de tecnologia patrimonial mesmo, era tudo sapê, pau-a-pique, se identificava, essa foi a primeira ruptura. Teve também a mudança de economia que foi pro turismo, eles eram pescadores agricultores e se juntaram ao turismo. Junto a isso, vieram as leis ambientais que começaram a coibir os plantios.”*

Sobre a necessidade da mudança nas práticas sociais para a manutenção de renda, ela afirma que, apesar da perda cultural, atualmente é muito mais rentável trabalhar com os turistas do que com atividades como a pesca, ou agricultura:

*“Hoje em dia eles tem mais dinheiro? Tem. Todo mundo, hoje, tem uma qualidade de vida meio que estável, porque os turistas estão aí e o dinheiro está girando no lugar. Mas, hoje em dia eles são pessoas muito amarguradas, todo mundo meio que desfocado dentro si mesmo, entende? A essência deles se perdeu, deixaram de ser agricultores, pescadores para serem comerciantes.”*

Esse discurso nos leva a refletir, se caso não houvessem as limitações impostas pela UC, se a comunidade estaria vivendo ainda das atividades tradicionais e de subsistência, ou estaria voltada para um turismo de massa, ao ver garantida uma maior rentabilidade.

A mesma moradora considera que uma solução para evitar a perda da cultura tradicional, seria uma educação voltada para os caiçaras nas escolas locais:

*“Acho que a gente deveria ter uma educação diferenciada, uma educação para o campo. As nossa crianças são totalmente diferentes das crianças da cidade, e hoje em dia elas estão desconectadas de coisas que já nem se percebe mais [...]”*

Sobre o reconhecimento legal da cultura caiçaras, um morador diz que se considera caiçara, mas que a lei não o considera, pois atualmente ele não vive mais das atividades tradicionais e sim do turismo:

*“Eu sou bisneto, tataraneto de pessoas tradicionais. Se me botar no mato para caçar um bicho eu sei caçar, sei pescar, sei fazer tudo aquilo que meu pai me ensinou! Mas, a lei diz o que é tradicional, é aquele que tem uma cultura diferenciada, ou seja, eu deixei de andar de canoa a remo e comprei um barco, já não estou exercendo isso aqui. Eu sou empresário, tenho minha pousada, tenho meu restaurante, moro numa casa, deixei de ser caiçara.”*

A redução das atividades tipicamente caiçaras fica evidente também na fala da antiga moradora:

*“Se por acaso casaram com caiçara são caiçara. Se não casou, não é. Quem vem morar aqui mas é de fora, não é caiçara. Os caiçaras de agora quase não fazem roça. Eles viviam de roça. Hoje até plantam um coisa ou outra, mas não são como os pais.”*

Com visão parecida, o pescador se considera um caiçara apesar de ter consciência de estar perdendo a sua cultura, e retrata a dificuldade em se manter os costumes:

*“[...] ser um caiçara é ter conhecimentos que não estão nos livros, de coisas que foram passadas, vendo, ouvindo. Claro que hoje em dia é difícil visualizar isso, mesmo porque muitos estão trabalhando com o turismo, mas ainda há muitos que trabalham com cerco, com rede, fazem sua roça, sua pescaria. Mas, há dificuldades hoje, pois não se tem mais tranquilidade, não se pode fazer a pesca, o guarda vem e diz que não pode naquele lugar, e nós perguntamos, mas é aqui que pescamos desde criança, como não pode? A pesca hoje em dia existe pela superação do conhecimento que se quer manter, é uma luta manter nossos costumes de saber pescar e trabalhar na lavoura. O conhecimento que o caiçara tem é grande, mas fica difícil fazer as coisas com as proibições ambientais, pois o caiçara depende da floresta e do mar, sempre viveu nessa harmonia. É como se tivesse um combate, pois ao inibir seus saberes e seu modo de vida, acaba se combatendo, pois a força dos caiçaras está na sua manifestação cultural e nos seus saberes.”*

Os representantes do PNSB não deixam claro em suas posições, se consideram ou não a existência de uma cultura tradicionalmente caiçara em Trindade, por não se considerarem competentes para julgar essa questão. Portanto, buscam respeitar a legislação que trata das populações em unidades de conservação, tais como a Constituição Federal de 1988 e o SNUC de 2000. Entretanto, é possível identificar que, para a gestão da UC, ser caiçara é um modo de vida:

*“A gente não se sente competente para dizer se alguém é caiçara ou não, ninguém do Parque falou: “eu bato o martelo para dizer se é caiçara ou não”, porque não se sente competente mesmo. Mas, tem muito poucas pessoas que dependem dessas atividades na sua vida”*

*“Ali era uma comunidade caiçara, uma comunidade que vivia de pesca e agricultura, muitos dos homens trabalhavam em grandes barcos pesqueiros, eles viajavam o país inteiro. Se você conversar com os mais velhos de lá, eles conhecem Santos, Porto Alegre. Eram pessoas que tinha um modo de vida simples, mas que tinham uma integração com o restante do mundo, com um viés religioso evangélico, e uma forma de ocupação do território muito livre. Eles não tinham “eu sou dono disso”, “você é dono daquilo”, essa é a minha impressão, eles tinham naquela região de Trindade uma dinâmica de mudar de lugar. É, essa é, na verdade a dinâmica do modo de vida caiçara, eles tem a “participação de todos em tudo.”*

*“Sobre a existência, ou não de caiçara, é diferente de falar de índio, de falar de ser quilombola, na minha opinião tem toda uma ancestralidade de um povo, o caiçara já vem de uma mescla de culturas, é até a definição de caiçara que eu já vi em alguns livros, é a mescla da cultura negra com a europeia e indígena, mas isso somos todos nós. A própria definição é complicada do ser caiçara. Mas, vamos dizer que seja bem definido, na minha opinião, é um modo de vida, vamos dizer: caiçara é o cara que tem lá o modo de vida harmônico com a natureza, e depende da natureza para subsistência. Hoje, é o que eu consideraria ser um caiçara, o cara que depende da pesca, uma pesca artesanal, ainda não é industrial, ele teria uma agricultura, e isso seria parte principal da vida dele, e da renda dele também”*

#### 7.4.3 Turismo em Trindade

Sobre o turismo, um dos moradores afirma que existe o turismo de base comunitária em Trindade:

*“Hoje a gente tem um roteiro de turismo de base comunitária criado em Trindade, que é vendido principalmente para o turista. É a comunidade tradicional vivendo do turismo e levando ele para ver a casa de farinha de mandioca, vivenciando esse dia a dia, como que era o corte de banana, o plantio de mandioca, tirar mandioca, levar para fazer farinha, pegar o peixe, fazer ele cozido com banana. Todo mundo pesca, todo mundo come peixe, todo mundo adora a comida tradicional”*

Apesar de tal afirmação, não foi observado durante a pesquisa, e não foram encontrados registros de propostas de turismo com as características citadas em Trindade. Até o momento, o que se evidenciou, foi uma proposta de turismo denominado etno-ecológico, restrito a Paraty, no qual empresas de turismo oferecem visitas a comunidades quilombolas.

A moradora e proprietária de imóvel na praia, que afirmou não ser possível para o turista de Trindade identificar a cultura caiçara na comunidade, afirma que o turismo hoje é de massa, e defende o desenvolvimento de um turismo diferenciado:

*“Eu acho que deveria ser um turismo voltado realmente para um turismo de base comunitária, fortalecer essa base comunitária, e devolver para eles o que realmente vale do turismo qualificado, que todo mundo tanto quer, coisa que não se encontra mais. Hoje é um turismo de massa ainda, então, eu acredito no turismo de base comunitária e no turismo ecológico, de aproveitar esse turismo de trilha, que ninguém faz, só as agências de fora.”*

Sobre o fluxo de turistas e a falta de estrutura em Trindade, o morador aponta a responsabilidade do governo:

*“Trindade é uma comunidade caiçara, uma vila de pescadores, que as pessoas viviam de forma pacata, naquela maneira bem tranquila e de repente um “boom”. Que controle teve para isso? De que forma o governo falou: “essa vila não tem estrutura de receber pessoas”. Não houve nada disso, um estudo preliminar de como seria, deixou correr de qualquer jeito.”*

Com visão parecida, o pescador ressalta a falta de ação do governo no desenvolvimento turístico, mas destaca os benefícios trazidos pela atividade, e relaciona o aumento do turismo com a construção da rodovia:

*“Já teve período com mais turistas, embora agora com o acesso seja bem maior. O turismo trouxe segurança financeira, as pessoas conseguem viver [...], no meu ponto de vista ele valoriza, desde que se conduza isso de uma forma consciente. Eu acho que quem inibe são os órgãos ambientais.”*

É possível observar a defesa da atividade turística no discurso da antiga moradora aposentada, que afirma viver da sua aposentadoria, enquanto seus filhos vivem do aluguel de casas para turistas.

*“Essas pessoas que vêm de fora, não fazem mal não. Passam três ou quatro dias e vão embora. Eles vêm, fazem a festa deles, vão à praia, mas não fazem mal para a mata não”.*

No discurso do representante do PNSB, em relação ao valor econômico da atividade turística em Trindade, a comunidade atualmente vive do turismo:

*“Acho que não tem família que não tenha como atividade, talvez não como a principal, mas compete com a principal, o turismo. Eu diria que seria a principal.”*

De acordo com esse mesmo representante do PNSB, incentivar o turismo em Trindade e controlar o acesso a piscina natural, é um dos objetivos da unidade de conservação:

*“Em Trindade, o que a gente está querendo fazer é uma visitação de grande número, a gente acha que as praias têm uma resiliência, é uma postura ainda pouco científica e mais visual. A areia têm uma população mais de fauna, que estão acostumados mais com a interferência de marés e tudo mais, tem impactos mas não tanto quanto em outras áreas mais sensíveis, como a piscina natural, que a agente está trabalhando para reduzir a visitação nesses pontos específicos, para os impactos serem minimizados, e recuperar os valores biológicos que e perderam ao longo dos anos ali”*

#### 7.4.4 Relação entre a UC e a comunidade

Observa-se nos discursos dos responsáveis pelo PNSB que a relação com a comunidade é boa, enquanto no discurso dos moradores, a relação é conflituosa.

Ao observar a fala do pescador, nota-se uma incompreensão em relação as atitudes do PNSB, devido ao Parque ter existido por um longo período apenas no papel, e nos últimos anos passar a agir. Este questionamento está presente também em outras pessoas da comunidade, principalmente pelo fato de sempre ter sido uma unidade de conservação, mas só agora haver restrições.

*“O Parque já existe desde 1971, mas ficou ausente e agora apareceram há quatro anos, a gente sempre soube que aqui era área de preservação ambiental, a gente não sabia que eram as nossas terras, as terras dos nossos pais. E hoje temos que nos defender do próprio Parque ou Instituição”*

Outra questão geradora de conflito é a falta de clareza sobre os limites do PNSB e os parâmetros usados na demarcação. O que fica evidente no discurso deste morador:

*“Eu desconheço o limite do parque. Hoje eles falam que é dentro da vila e eu acho isso um absurdo, porque esse estudo foi feito em 60 (década) e alguma coisa em 70 (década) na criação do Parque. Eu não lembro de ninguém ter falado de pessoal do governo ter vindo aqui, nunca ninguém falou e eles mesmos não têm essa medição, eles não sabem.”*

Outro morador também apresenta dúvidas sobre os limites da UC, e considera o estabelecimento do PNSB um problema para a comunidade:

*“Hoje o Parque é assim, uma pedra no sapato literalmente [...] no momento em que gozaríamos do território chega a “pedra” e diz que daqui pra cá vocês não podem, daqui para lá vocês podem. Eles focaram na parte de Trindade que é muito visitada, beleza! Eles focaram aqui, então não foca naquele pedacinho do parque, foca no entorno também. Eu acho que não tinha que ter esse limite!”*

A proprietária de imóvel na praia também apresenta em seu discurso uma insatisfação em relação a forma de abordagem do PNSB, o que pode evidenciar uma falha no diálogo entre moradores e a gestão da UC:

*“Na hora que a gente chegou para sentar com os caras para fazer uma proposta, pois agora a área tá limpa e nós vamos fazer uma proposta para comunidade, a gente tá vendo que a comunidade não vai ser inserida nisso [...].”*

Nota-se que a resistência da comunidade em relação ao estabelecimento do PNSB, reside na falta de propostas alternativas à população para a realização de suas atividades, principalmente para a geração de renda. Isso fica claro na fala deste morador:

*Achei ruim por não ter nenhuma outra opção e as pessoas necessitarem daquilo. Achei horrível tirar daquela forma, de não ter uma outra opção. Tudo bem que os bares chegaram depois que o Parque foi criado, mas a atividade tradicional que é a pesca e o seu rancho de pesca, isso está anterior a criação do Parque, por isso, eu bato o pé e acho que se tirar está errado.*

Com um discurso um pouco mais aberto ao estabelecimento do PNSB, um dos moradores, representante de uma associação de Trindade, aprova as ações do PNSB e considera que são necessárias à conservação ambiental, mas defende a necessidade de maior clareza nos procedimentos que determinaram os limites do PNSB.

*“Eles têm o poder de polícia, eles têm o poder de autuar, fiscalizar e prender. Uma pessoa física, ou um empresário, não tem esse poder de polícia. Isso foi delegado a eles através de um projeto de lei, ou seja, quem tem que cuidar disso aqui são eles mesmos. Se colocar na minha mão, por exemplo, se meu primo quer fazer um quiosque ali e eu posso acabar deixando, fechando os olhos, então, um lugar de proteção integral tem que ser gerido*

*mesmo pelo governo [...] Para você implementar uma UC, tirar do papel e trazer para realidade, a primeira coisa que deve ser feita, no meu ponto de vista, é a real demarcação. Você traz um topógrafo, ele vê faz um decreto, define que a linha é aqui, encaminha ao Instituto, depois para a juíza homologar. Isso não aconteceu aqui.”*

Em seu discurso, o pescador também deixa evidente a necessidade de mais informação:

*“Estão dizendo que aqui é tudo Parque, porém como estamos anteriores a tudo isso, a minha família está anterior, estamos enfrentando e discutindo essas leis do Parque. O que é chato, é que não vem nos dizer agora é parque e vocês terão que fazer dessa forma, apenas dizem não, não e não. É uma inibição muito forte. É isso que acaba com a cultura. Isso inibe os afazeres do dia-a-dia das pessoas [...]”*

Merece destaque na fala desse mesmo ator social, o sentimento de pertencimento e senso de coletividade da comunidade em relação ao lugar, como pode ser observado abaixo:

*“O Parque acha que a vila e o Caixa D’ação são coisas diferentes. Acham que a piscina é Parque e a vila é APA. Mas tudo para a gente é uma coisa só! Tudo é a comunidade de Trindade!”*

De acordo com a antiga moradora, que nunca participou das reuniões do conselho consultivo do PNSB, e que apresenta certa resistência às condições impostas pela unidade de conservação, os limites da UC são muito confusos:

*“Agora o Parque passa na minha casa, antes o Parque passava lá para o outro lado. Até agora ninguém soube. Meu pai falava que era pela costeira. Ele conhecia, mas era diferente. Agora eles querem mudar. Eles querem colocar até na vila. Querem avançar [...] Eu acho que o Parque deve ficar no lugar dele e não abranger nós, por que as pessoas ficam sem ter onde morar. Aqui mesmo tem uma vovó, onde o Parque tomou a casa e a família não tem onde morar. Eles dizem que é deles, tomam e a terra está aí parada.”*

Algo que se percebe nas narrativas dos moradores é o constante questionamento sobre a escolha de Trindade como área prioritária de ação do PNSB, o que pode ser tanto falta de clareza nas informações fornecidas pelo Parque, como uma negação às ações propostas.

De acordo com o representante do PNSB, a escolha de Trindade como área de ação prioritária está no fato de ser a área de maior visitação, não sendo possível abrir mão desta área por ser uma das poucas áreas do litoral protegidas por UC’s de uso integral:

*“A gente optou por dar foco em cima das áreas de maior representatividade e de maior visibilidade, por acreditar que ao chegar nessa visibilidade ganha força, ganha fôlego, ganha mais estrutura e mais respeito social, o que acaba repercutindo em respeito institucional, para que a gente consiga avançar. Então, a escolha da Trindade fica muito clara nesse sentido, é a área de maior visitação do Parque, não tem uma contabilização de toda a visitação do ano, mas nas contagem em 20 dias de operação, chega a mais de 120.000 pessoas. Então, com base nesses números e com o que a gente vê de continuidade de visitação, ao longo do ano todo, a gente estima números próximos ou superiores a 300.000 visitante/ano. Quando você faz uma ação gerencial que é percebida por 300.000 pessoas, essas pessoas repercutem e se tem um retorno muito maior do que o que foi investido.”*

Vale ressaltar o conflito de interesses em tais discursos, onde por um lado tem-se a gestão da UC, em busca de respeito institucional e visibilidade, para poder tocar os projetos do PNSB, enquanto por outro lado está a comunidade, que independente do motivo, seja por fonte de renda ou apego emocional e histórico, não querem deixar de se apropriar da área.

Sobre os conflitos com a população, percebe-se que para os representante do PNSB, tais conflitos são inerentes quando se busca a conservação ambiental através de uma unidade de proteção integral, especialmente em áreas com uso e onde existe um histórico de luta pela terra, além de um alto valor econômico e ecológico:

*“Em termos de conflitos territoriais, se o país for abrir mão de suas unidades de proteção integral onde tiver qualquer grau de ocupação, como tem a Bocaina na Trindade, deveria abrir mão de unidade de proteção integral. A gente tem uma vila ao lado do Parque e morando dentro do Parque muito poucas pessoas. Hoje, temos de 7% a 8% de remanescente de Mata Atlântica e se formos abrir mão das áreas porque há ocupação, de certa forma, você abre mão da conservação da Mata Atlântica.”*

*“[...] não tem nenhum lugar que não tenha conflito. Quase todas as unidades de conservação já tem algum uso, seja ele regular ou irregular. E é claro que, por exemplo, Trindade é um lugar com valor econômico, valor da terra lá é altíssimo [...]. O motivo que a gente quer proteger aquela área é porque o PNSB tem 104.000 hectares e o único ponto em que ele preserva restinga, manguezal e área marinha é em Trindade. Ali tem menos de 1000 hectares, se a gente perder aquilo ali, o PNSB vai ficar sem nenhuma área de proteção marinha. As unidades de conservação de proteção integral federal que protegem áreas*

*marinhas são muito poucas no Brasil, então é um bioma muito pouco representado em termos de proteção.”*

Ainda segundo um dos representantes do PNSB, as informações sobre a UC sempre foram passadas de forma clara para a população, embora em alguns momentos tenham ocorrido atos contrários ao estabelecimento do Parque:

*“A informação sempre foi passada da mesma forma, com muita clareza a todos os grupos, porém, muitos deles não acreditavam, e trabalhavam para que não acontecesse. Uma das formas é a contrainformação, ou seja, os boatos falando que a gente trabalhava para empresas imobiliárias, que a gente havia sido comprado por não sei quem, boatos que eu escuto até hoje. E aí, é importante ter clareza quando se trabalha em Trindade, de se entender o interesse de cada grupo. Tem grupos com o interesse de não ter o Parque lá, porque eles querem voltar ao que era antes, ganhando muito dinheiro com atividade de bares e estacionamento dentro do Parque. E esses grupos causam mais conflitos com a gestão do Parque. Mas, até que os moradores do interior do Parque, esses a gente também tem conflito, mas são conflitos muito claros, a gente tem conversas francas e não tem esse jogo de contrainformação, sabotagem e essas coisas que esse outro grupo fez e faz até hoje.”*

*“É claro que, as pessoas que se beneficiam diretamente não ficam satisfeitas. E em uma das primeiras reuniões que eu participei, houve pessoas que se levantaram no meio da reunião e disseram que só seria implementado o Parque por cima do cadáver delas.”*

*“Um evento muito recente foi o das placas que foram feitas em conjunto com a ABAT, AMOT e a ONG Caxadaço Bocaina Mar, com placas bem grandes falando do Parque, mostrando os seus atrativos de uso público, todas as placas tinham a logo de todas as instituições, e no dia seguinte estavam todas cortadas e queimadas, então, realmente é um trabalho complicado.”*

**Quadro Síntese - Comparativo das Percepções Ambientais**

<b>Percepção</b>	<b>Turistas</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Representantes UC</b>
<b>Conservação do Meio Ambiente</b>	Muito bem conservado.	Afirmam não serem responsáveis pela degradação do meio ambiente local, mas destacam a importância da comunidade na manutenção do estado de conservação.	Encontrou a área muito degradada, e atualmente busca a conservação dos remanescentes florestais e da área de mangue, principalmente na área de Trindade.
<b>Cultura Tradicional Caiçara</b>	Dificuldade para identificar a existência de uma cultura tradicionalmente caiçara.	Sentimento de pertencimento e senso de coletividade em relação ao lugar. A cultura tradicional é considerada o bem de maior valor, mas assume-se uma descaracterização da cultura, por considerar necessária uma mudança de hábitos para obtenção de renda, em função das restrições impostas pelo estabelecimento da unidade de conservação.	Ser caiçara é um modo de vida que não está representado na comunidade atualmente, por não terem mais a pesca e a agricultura como principal meio de subsistência ou geração de renda.
<b>Turismo em Trindade</b>	Benéfico para o local por trazer renda. Consideram que não colocam em ameaça a natureza e não são os responsáveis por danos ambientais.	Consideram que o atualmente é um de massa, e defende o desenvolvimento de um turismo diferenciado. Responsabiliza o governo pela falta de estrutura em Trindade.	Tem como objetivo incentivar o turismo e controlar o acesso a piscina natural. Turismo como forma de conservação do meio ambiente.
<b>Conflitos Socioambientais</b>	Desconhece a existência de conflitos.	Considera a relação com a unidade de conservação conflituosa. Falta de compreensão sobre as ações do PNSB, seus limites e sobre os parâmetros usados na demarcação. Existe uma falta de diálogo entre moradores e a gestão da UC, além da falta de	Considera que a relação com a comunidade é boa, e que conflitos são inerentes quando se busca a conservação ambiental através de uma unidade de proteção integral, especialmente em áreas com uso e onde

		propostas alternativas à população para a realização de suas atividades.	existe um histórico de luta pela terra, além de um alto valor econômico e ecológico.
--	--	--	--

**Figura 38 - Quadro síntese das percepção ambientais.**

## **8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A participação social das comunidades do entorno ou até mesmo de dentro das unidades de conservação torna-se importante ferramenta de gestão, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais. A partir da análise das reuniões do Conselho Consultivo, identificou-se que na base dos conflitos estão a diversidade de interesses e a falta de efetivação de uma gestão participativa.

A gestão participativa, é a administração na qual cada representante pode manifestar e negociar seus interesses de forma igualitária, com sentimento de responsabilidade e pertencimento a um grupo, participando em conjunto na construção das decisões a serem tomadas para a definição de um destino coletivo (BRASIL, 2007). Tal gestão é assegurada pelo Lei 9985/2000 (SNUC) no seu artigo 5º, que trata especificamente da participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UC's. As vantagens desse tipo de gestão estão no aumento da confiança entre as instituições estatais e os interessados, o que pode levar a um comprometimento maior para cumprir as decisões.

É possível notar que há avanços legais e discursivos referentes aos processos participativos na gestão de áreas protegidas, entretanto, os embasamentos legais não garantem necessariamente processos participativos satisfatórios. Essas dificuldades e contradições podem ser relacionadas a fatores como: a cultura política da população envolvida nos processos participativos, com baixa organização, conhecimento e representação; a cultura política do próprio órgão responsável pela gestão, que apresenta um histórico marcado tanto pelo preservacionismo como por políticas de proteção de caráter repressivo; a pouca experiência de implantação de processos participativos e a falta de profissionais com habilidades específicas para atuar na mediação dos conflitos; e pelo formato das reuniões e audiências, que são os espaços de participação efetiva.

Partindo do reconhecimento de que as interações humanas são espacialmente localizadas, Milligan (1998) em sua teoria intitulada Place Attachment, indica ser este um sentimento dinâmico e complexo, o qual acontece quando uma interação particular é acompanhada de um forte significado, e cujo entendimento exige que sejam considerados dois componentes interdependentes: o “passado interacional” e o “potencial interacional” do local. O primeiro refere-se a vivências ou memórias do ambiente em questão, enquanto o segundo corresponde às expectativas associadas ao mesmo, ou ainda a imaginação de experiências futuras.

Analisando as narrativas e os questionários, é possível perceber que os moradores, independentemente de sua função social na comunidade, atribuem a Trindade um elevado valor afetivo, com forte ligação ao histórico de luta pela terra, ainda presente na memória e na fala da comunidade. Além disso, existe no discurso uma valorização das belezas naturais, que segundo eles, estão bem conservadas devido às suas ações e dos seus antepassados.

Nesse aspecto, Giuliani (2004) comenta que o apego ao lugar se desenvolve gradualmente e exige algum tempo para consolidar-se, tendo como influência principal o significado do lugar para a sua própria identidade, a qualidade ambiental frente às necessidades dos indivíduos e o tempo de residência e familiaridade com o local.

É importante destacar, que apesar dos moradores terem uma ligação com a cultura e a história de Trindade, atualmente suas atitudes refletem uma perda da cultura tradicional e valorização de meios para geração de renda, como os que atendem ao turismo de massa. Isso nos leva a refletir sobre o conceito de comunidades tradicionais e como o potencial turístico pode ser explorado sem descaracterizar o uso tradicional dos recursos.

Sobre o conceito de “caiçaras”, alguns autores como Pierson & Teixeira (1947), Silva (1993) e Noffs (1988) consideram o caiçara uma expressão regional do caipira do interior. Outros autores, como Diegues (1983), Setti (1985) e Sanches (1997) discordam, e acreditam que caiçaras e caipiras possuem identidade própria, com um tipo de vida e uma cultura que lhe são característicos. O que se sabe, é que a cultura caipira formou-se pelo cruzamento do português com o indígena e produziu o mameluco paulista, na qual o caiçara está inserido, e que tal gênero de vida combina a agricultura com a pesca.

Diante disso, a gestão do PNSB, que considera Trindade uma área de alto valor ecológico e econômico, além de um meio para se estabelecer como instituição perante a

sociedade, reconhece o valor da área como uma vila de pescadores, porém, considera que as atividades atuais são basicamente voltadas para o turismo, o que nos leva a perceber que a comunidade não é vista pela gestão da UC como uma população tradicional. Por outro lado, a comunidade afirma que “ser caiçara” está na sua essência, e se moldar ao modelo econômico vigente é uma questão de sobrevivência.

Sobre tais mudanças, Mourão e Cavalcanti (2011) destacam que o ambiente externo também pode se modificar, exigindo do sujeito um novo esforço de apropriação e identificação, sendo importante, numa sociedade em constante mudança, ter em mente os efeitos dessas transformações sobre a identidade de lugar dos indivíduos, assim como sobre a forma como eles percebem seu entorno e o vivenciam. Para as autoras, a identidade do lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação.

Em relação à definição de meio ambiente nas entrevistas, observou-se que a percepção do meio ambiente está diretamente relacionada à forma como o ator social lida com o recurso natural, seja como algo que lhe pertence e necessário à vida, seja como um produto a ser explorado. Isto se deve a complexidade da relação sociedade/natureza, que se reflete na forma dominante de uso e controle dos recursos naturais, envolvendo aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Nesse contexto, Dixon e Durrheim (2000) afirmam que a identidade de lugar deve ser pensada como algo que as pessoas criam em conjunto, ao se comunicarem, ou seja, é uma construção social que permite dar sentido à sua ligação com o lugar e servirá de guia para suas ações e projetos.

Sobre a diversidade de percepções encontradas dentro do mesmo grupo social, Tuan (1980) afirma que as teorias que embasam os estudos acerca da percepção consideram uma visão da realidade subjetiva, pessoal, e, singular a cada um, e que portanto diferentes grupos sociais terão diferentes percepções sobre o meio ambiente, apesar de que exista a possibilidade de várias pessoas e grupos sociais distintos compartilharem das mesmas concepções por estarem inseridos no mesmo contexto sociocultural.

Observou-se uma simplificação dos conflitos no discurso dos representantes do PNSB, o que pode ser uma chave para entender por que tais conflitos estão tão presentes, quando se fala em unidades de conservação e populações tradicionais. Para Little (2001) os conflitos

podem ter vários movimentos, dimensões ou fenômenos complexos, mas, quando se consegue identificar os pontos críticos, pode-se avançar muito no entendimento da dinâmica do conflito. Para o autor, existem três tipos de conflitos socioambientais: (i) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; (ii) conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana; (iii) conflitos em torno dos valores e modos de vida.

Como foi possível perceber ao longo da tese, em Trindade, é possível identificar os três tipos de conflitos citados acima, o que torna a situação ainda mais complexa, e nesse contexto, a percepção ambiental dos atores sociais tornou-se importante. De acordo com Theodoro (2005), a identificação e a análise dos atores sociais são elementos fundamentais para o estudo dos conflitos socioambientais, já que tenta explicitar os interesses específicos em jogo no momento da crise. Portanto, para entender um conflito em sua totalidade, é necessário compreender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos, o modo de organização dos atores que fazem parte, ou que mantêm vínculo com determinado território, assim como o papel desses atores com o lugar.

Pode-se notar que um dos principais conflitos tem suas raízes na falta de informação sobre o limites do PNSB e como tais limites foram traçados. Esse problema, é agravado ainda pela falta de apresentação de propostas alternativas para a comunidade, em função das limitações impostas pela unidade de conservação. Essa situação está relacionada a falta de clareza para a comunidade sobre as ações do PNSB, e por se tratar de uma população que viveu um histórico de exclusão da gestão e planejamento da área, e atualmente questiona se haveria novamente por trás de tais modificações o interesse privado. Além disso, a forma de abordagem da gestão do PNSB é constantemente questionada, pois segundo a comunidade, não são consideradas as características locais, como no caso do nomes dados aos pontos turísticos, que em alguns casos foram reformulados pelo Parque, como no caso da Praia e Piscina Natural do Caixa d'áço, antes conhecida pelos nativos como Caxadaço.

Vale destacar que assim como Lhotte (1982) apontou em seu estudo, atualmente a disputa de interesses também tende a favorecer um dos lados, pois ocorre entre uma comunidade que possui discordâncias, inclusive internas e uma esfera pública muito bem respaldada pelas leis e que, de certa forma, possuem o poder de decisão final.

É notável que apesar dos fatos citados por Lhotte (1982) terem ocorrido há mais de 40 anos, existem muitas semelhanças com os conflitos atuais vividos pela comunidade. Na

disputa com a Companhia BRASCAN/ADELA, haviam grupos de atores diferentes, que viviam em lugares diferentes, com culturas diversas e que, conseqüentemente, defendiam interesses próprios, da mesma forma como ocorre hoje, o que nos faz refletir sobre as bases dessa disputa, sobre direito territorial de comunidades tradicionais, quais os princípios que embasam a conservação ecológica, e quais ferramentas poderiam ser utilizadas para minimizar tais conflitos. Além disso, o sentimento de pertencimento e de revolta continua sendo transmitido de geração a geração, como foi visto nas entrevistas e narrativas.

A partir das narrativas orais, foi possível o resgate do significado histórico e da importância da área para estas comunidades, na medida em que forneceram informações inéditas, que não poderiam ser conseguidas de outra maneira.

Ao analisar os significados atribuídos à Trindade, percebe-se a paisagem sendo transformada em produto, o que acarreta em modificações no espaço coletivo, tanto do ambiente natural, como da comunidade, gerando custos como degradação ambiental e mudanças socioculturais, como é possível observar, por exemplo, nas construções desordenadas, como pousadas sendo construídas sobre a própria casas dos moradores e sem estrutura para a receptividade; na falta de organização dos serviços, como a disponibilidade de transporte público adequado e controle do número de carros que chegam até a vila, gerando transtornos ao trânsito; na ausência de salva-vidas suficiente nas praias e um atendimento de pronto socorro; e nas mudanças na composição demográfica, quando empreendedores chegam à Vila, atraídos pela disponibilidade de geração de renda, que apesar de agregarem novos valores as atividades, acabam por descaracterizar ainda mais a cultura local.

Sobre tal aspecto, a Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty é responsável pelo planejamento estratégico e operacional da atividade turística em Trindade, mas as ações não obtêm continuidade, devido à falta de vínculos entre uma gestão e outra, apesar do PNSB manter um bom relacionamento com a prefeitura de Paraty. Atualmente, o SEBRAE desenvolve em Paraty, em parceria com o ICMBio e o Ministério do Turismo, um projeto de atendimento e fomento da cadeia produtiva, voltada para o setor turístico em torno das Unidades de Conservação. O projeto é direcionado para os pequenos negócios do turismo no entorno, abrangendo gestores, coordenadores, condutores e trabalhadores do setor de turismo. Entretanto, de acordo com a coordenação do Sebrae Costa Verde (RJ), em informações concedidas através de e-mail para a presente pesquisa, o projeto busca entre

outras coisas, o aumento da competitividade e da lucratividade, a diversificação da oferta turística, a criação de um roteiro que integre a cadeia produtiva do turismo, com ofertas focadas para o mercado de turismo nacional e internacional, além de um incremento no fluxo de visitação no PNSB e aumento da permanência de turistas nos destinos envolvidos no projeto. Tais ações são positivas, porém podem representar uma preocupação a mais para o desenvolvimento turístico de Trindade, pois apesar de qualificar o setor turístico para atender a demanda nacional e internacional que já existe em Paraty e incluir a Vila de Trindade neste roteiro, favorecendo a geração de renda, pode vir a significar maior descaracterização da cultura local e desestimular o desenvolvimento de um turismo de base comunitária. É válido ressaltar que não se trata de propor nesta pesquisa uma ausência de investimentos em infraestrutura e capacitação da população para o turismo, o que se propõe é que haja um cuidado para que a cultura local seja restaurada, incentivada e preservada, e sobretudo que o roteiro turístico seja planejado pela própria comunidade, já tantas vezes excluída dos processos, evitando-se assim um desenvolvimento turístico exógeno, ou seja, de fora para dentro e aos moldes de Paraty, adequando a Vila ao padrão de consumo externo, desprovido da realidade da população local, que perde sua origem.

É possível relacionar tais informações com o estudo feito por Oliveira (2004), sobre planejamento e ocupação turística na Vila de Trindade. Nesse estudo considera-se que a população representa um movimento de resistência a atual realidade turística que vem sendo desenvolvida em Paraty, e que os moradores da Vila buscam sobreviver intervindo na realidade local. Ainda segundo a autora, o abandono do poder público provoca o afastamento da população com relação ao mesmo, o que é agravado pelo fato dos moradores considerarem este abandono intencional, para favorecer grupos de hegemonia econômica que têm interesse no local, não direcionando esforços para que a população de Trindade seja beneficiada.

Sobre este assunto, cabe o discurso de Diegues (1996) a favor do reconhecimento da identidade sociocultural, da valorização do saber e da participação das comunidades na construção da política de conservação:

*“Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes”.*

*Diegues (1996)*

Tais considerações sugerem questionamentos sobre a efetividade de um sistema nacional único para gestão de áreas protegidas, com parâmetros rígidos e pouco flexíveis na classificação das unidades de conservação. Essa questão fica evidente, principalmente, quando se trata de UC's com as dimensões e complexidades estruturais do PNSB, no qual áreas diferentes poderiam ser regulamentadas por regimentos diferentes, que considerem as peculiaridades e os processos históricos envolvidos.

## **9. PROPOSTAS**

Percebe-se que inúmeros desafios devem ser vencidos na criação e gestão de UC's. Parte desses desafios estão ligados as estratégias de gestão, que nem sempre, levam em consideração as características sócio-histórico-culturais da região. Outro problema está relacionado ao envolvimento das populações locais nos processos de gestão, o que dificulta o manejo e a conservação de UC.

De acordo com Layrargues (2002) e Loureiro (2004), pensar a educação ambiental no contexto dos processos de gestão é estratégico para a reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento que o país assumiu, bem como para pensar a condição de meio de enfrentamento e mediação dos conflitos ambientais e de potencialização de propostas que visem a sustentabilidade democrática, encarnada por agentes sociais que buscam um padrão civilizatório distinto do vigente. Segundo Layrargues (2002), o maior desafio e a tarefa prioritária da educação no processo de gestão ambiental consistem na possibilidade de, sem negar os conflitos existentes, mas mediando-os democraticamente, instaurar acordos consensuais entre os agentes sociais, por meio da participação, do diálogo, do exercício e da construção da cidadania.

Diante da percepção ambiental identificada nos atores sociais estudados, e a partir dos principais conflitos encontrados, foram elaboradas propostas de educação ambiental e valorização da cultura tradicional caiçara, com o objetivo de corroborar a proposta de turismo de base comunitária a ser sugerida no estudo (Figura 39).

A primeira proposta consiste no desenvolvimento de uma trilha interpretativa, na trilha que liga a Praia do Caixa D'áço até a Piscina Natural do Caixa d'áço, objetivando a valorização do espaço, a divulgação das estórias sobre o lugar, a valorização dos aspectos biológicos de fauna e flora, assim como dos aspectos geoambientais, com informações sobre relevo, geologia e hidrologia, visando principalmente a sensibilização dos turistas para a

conservação do local, que atualmente é usado apenas como passagem para se chegar até a piscina natural.

Nessa mesma perspectiva, de educação ambiental, propõe-se a elaboração de um folder (Apêndice 3), voltado para os turistas, sobre a definição de uma comunidades caiçara, a história do PNSB, o conceito de unidade de conservação de proteção integral e suas restrições.

Uma terceira proposta reside na capacitação de jovens, moradores de Trindade, para atuação na trilha e na piscina natural, sob os aspectos do ecoturismo, e voltado para a educação ambiental dos visitantes. Esses jovens podem ser contratados como monitores do PNSB, estimulando o interesse deles pelo local e contribuindo para a geração de renda. Atualmente, o PNSB seleciona estudantes universitários, como voluntários, para participar das operações de verão e controle de visitantes nos períodos de alta estação. Essa proposta de contratação dos jovens locais surge em função de apontamentos feito pelos entrevistados, de que os jovens de Trindade acabam por deixar o local devido à falta de mão de perspectivas de trabalho.

Outra proposta é o reestabelecimento do mercado de produtos caiçaras, para que os produtores locais possam expor o seu trabalho e gerar renda, sem precisar abrir mão da sua cultura, tal medida visa a valorização da cultura caiçara e geração de renda para a população.

Diante do mesmo contexto, de valorização da cultura local, propõe-se a abertura da casa de ciranda, uma casa tipicamente caiçara, para ser utilizada como espaço educativo voltado aos turistas e à comunidade, incluindo exposições, oficinas de artesanatos, oficinas de comidas tradicionais e contação de histórias sobre Trindade.

Em relação a comunidade escolar, sugere-se a elaboração de uma proposta de valorização da cultura local para a Escola Municipal Trindade, incluindo conteúdos relacionados a pesca, a história local e aos costumes caiçaras, para serem incluídos no projeto político pedagógico da escola.

Por fim, para a efetividade de um turismo de base comunitária, propõe-se o incentivo, por parte do governo, à população de Trindade, desprovida de maiores recursos financeiros e de conhecimentos das formas de trabalho com turismo, para que exerçam maior responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades, buscando-se o empoderamento da

população, para a construção de um modelo turístico próprio e de base comunitária, que não seja apenas uma cópia do modelo já existente em outros lugares, que seguem moldes internacionais, mas sim um turismo onde os comunitários sejam os sujeitos do processo.

Tais propostas serão apresentadas aos gestores do PNSB assim como aos representantes das associações comunitárias para que seja avaliada. Espera-se que colaborem para a reelaboração do plano de manejo e que, futuramente possam ser colocadas em prática.

### Quadro Síntese das Propostas Elaboradas para Trindade

<b>Educação Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Trilha interpretativa, na trilha que liga a Praia do Caixa D'áço até a Piscina Natural do Caixa d'áço;</li><li>- Elaboração de um folder educativo</li></ul>
<b>Valorização da mão de obra local</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Capacitação e contratação de jovens, moradores de Trindade, para atuação na trilha e na piscina natural.</li></ul>
<b>Valorização da cultura caiçara</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reabertura do mercado de produtos caiçaras;</li><li>- Abertura da casa de ciranda.</li></ul>
<b>Educação escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Inclusão de conteúdos relacionados a pesca, a história local e aos costumes caiçaras, para serem incluídos no projeto político pedagógico na Escola Municipal Trindade.</li></ul>

Figura 39 - Quadro síntese com as propostas sugeridas.

## 10. CONCLUSÕES

Compreender como as populações percebem, interagem e agregam valores às áreas protegidas, ou seja, quais suas percepções ambientais, facilita os processos de gestão e conservação dessas áreas. Os olhares dos diversos atores sociais permitiram identificar grupos com diferentes perspectivas e objetivos, que se estruturaram em compreensões distintas sobre os recursos naturais, favorecendo a compreensão dos conflitos. Essa compreensão serve de subsídio à elaboração e implementação de programas de educação ambiental, que beneficiem as relações entre as populações e a unidade de conservação minimizando os conflitos.

Na presente tese, os valores atribuídos ao meio ambiente expressaram o comportamento dos moradores e visitantes, suas expectativas e condutas, tornando-se uma ferramenta interessante para nortear estratégias de manejo dos recursos naturais e estudos socioambientais.

Diante da percepção ambiental dos atores sociais envolvidos na pesquisa, conclui-se que a valorização da cultura tradicional caiçara se faz necessária para minimizar as perdas culturais por conta do desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo, e torna-se uma forma de mediar os conflitos socioambientais existentes. Para uma convivência saudável entre população local e biodiversidade, aliada à geração de renda, propõe-se o turismo de base comunitária, como vertente natural para o uso turístico no PNSB;

Não é possível afirmar, a partir desta tese, se a comunidade de Trindade é uma comunidade tipicamente caiçara ou não, o que seria mais apropriado através de um estudo antropológico. Porém, observou-se que existe uma memória afetiva pela cultura e história caiçara, o que pode ser utilizado a favor da conservação ambiental, antes que ocorra uma perda irreversível dessa cultura para as próximas gerações.

Apesar do histórico de luta contra o setor privado pela propriedade à terra, e também das ações do PNSB aparecerem como os principais fatores que descaracterizaram a cultura tradicional caiçara em Trindade, o que se observou nesta tese, foi que a principal ameaça, tanto para a perda cultural, como para a conservação ecológica, é o turismo, que surge como fonte de renda superior ao que era obtido antes com a pesca e a agricultura. Desta forma, o turismo de base comunitária aparece como alternativa rentável que permite associar conservação cultural e ecológica.

Os resultados do estudo também apontam alguns desafios para o fortalecimento da relação entre a comunidade de Trindade e o PNSB, tais como: a) continuidade das atividades de

Comunicação e EA (formal e não formal), envolvendo os diferentes segmentos sociais, inclusive a comunidade escolar; b) a revisão no Plano de Manejo da UC, que já se encontra desatualizado; c) a efetividade das ações de infraestrutura e saneamento. Acredita-se que tais propostas possam ser estendida a demais unidades de conservação que estejam passando por processos semelhantes, desde que as devidas particularidades de cada área sejam consideradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAM, D. **The spell of the sensuous**. New York: Vintage Books, 1997.
- ABIRACHED, C. F. A. **Ordenamento Territorial e Áreas Protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty**. Brasília: UnB, 2011.
- ACSERALD, H. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.43, n.1, p.145-182, 2000.
- AMEND, S.; AMEND, T. Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble? In: \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Espacios sin habitantes? Parques Nacionales de América del Sur**. Caracas: IUCN/Editorial Nueva Sociedad, 1992, p.453-472.
- ANDRADE, M. C. **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- ARAÚJO, L. R. R.; MELO & SOUZA, R. Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n.2, p.19-27, 2012.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, n.5, p.79-92, 1999.
- AZEVEDO, J., IRVING, M.A. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, 220p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: LDA, 2002.
- BATISTA, E. R.; SANTOS, R.F.; SANTOS, M.A. Construção e Análise de cenários de paisagem em área do Parque Nacional da Serra da Bocaina. **Revista Árvore**, Viçosa, v.33, n.6, p.1095-1108, 2009
- Bellinassi, S.; Pavão, A.C.; Cardoso-Leite, E. Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, p.274-293, 2011.
- BENATTI, J. H. Unidade de Conservação e as Populações Tradicionais: Uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n.2, dez. 1999. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/111/369>>. Acesso em: 05/10/2013.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale. In: Rodriguez, J.M.M., Silva, E.V. & Cavalcante, A.P.B. (2004). **Geocologia das Paisagens: uma visão sistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 1982, 222 p.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.20, de 15 de dezembro de dezembro de 1988. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL (2006). Decreto nº 5758/06 de 13 de abril de 2006, institui o **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**.

- BRASIL (2000) **Lei nº9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.
- BRASIL (2007). Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Ministério do Turismo. Brasil: Conteúdo Fundamental – **Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, p16-27.
- BRASIL (2008). Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, Brasília, 60 p.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre, Mediação, 2000.
- Campos, R.C.P.R. **Pesquisa, educação e formação humana: nos trilhos da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H; FREITAS, L. E. In: GUERRA, A.J.T.; Coelho, M.C.N. (Orgs.) **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296p.
- CRESSWELL, T. **Place: a short introduction**. Oxford: Blackwell, 2004.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRONON, W. **Uncommon ground: rethinking the human place in nature**. New York: Norton, 1995.
- CONTI, B.R.; IRVING, M.A.; CORRÊA, F.V. Ecoturismo e proteção da natureza no Parque Nacional da Serra da Bocaina: o caso da Vila de Trindade (Paraty, RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 503.
- CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. C. CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. A. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002
- DARDEL, E. **L’Homme et la Terre, nature de la réalité géographique**. Paris: CTHS, 1990.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub/USP, 1996.
- DIEGUES, A.C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, A.C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Diegues, A.C.; Moreira, A.C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- DOMINGUES, I. **Epistemologia e ciências humanas**. São Paulo: Loyola, 2004.

DUNCAN, J. Place. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. **The dictionary of human geography**. Oxford: Blackwell, 1994.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. 2005. Disponível em <  
[http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt4.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html)>. Acesso em 10 de março de 2014

FARIA, H. H. Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação: a técnica a serviço de gestões eficazes. In: ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: Da República à Gestão de Classe Mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007, p.139-160.

FERRARA, L. D. **Olhar Periférico: informação, linguagem e percepção Ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.

FERREIRA, L.F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FERREIRA, L.F.; COUTINHO, M.C.B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do Bioma Educação Ambiental. In: SERRANO, C. **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 171-188.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 3.ed., 2009.

FORMAN, R.T.T. **Land mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: University Press, 1995.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Ribeirão Preto: Paideia, v.14, n.28, p. 139-152, 2004.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In Tassara, E.T.O.; Rabinovich, E.P.; Guedes M.C. (Orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, pp.89-106.

GUERRA, A. J. T. ; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia Ambiental**, 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, v. 1. 192 p. 2009.

GUERRA, A. J. T.; BEZERRA, J. F. R.; JORGE, M. C. O.; FULLEN, M. A. Geomorphology of Angra dos Reis and Paraty Municipalities. **REVISTA GEONORTE**. v.9, n.1, p.1-21, 2013.

GUIMARÃES, S.T.L. Dimensões da percepção e interpretação do meio ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza. **Ciência & Tecnologia**. Rio Claro: Aleph Engenharia & Consultoria Ambiental Ltda., v.4, n.1, pp. 46-64, 2004.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, Anais eletrônicos, São Paulo: USP, 2005. 1 CD. p. 6774-6792

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HANNIGAN, J. A. Cultural analysis and environmental theory: an agenda. In: DUNLAP, R. E. et al. **Sociological theory and the environment**. New York: Rowman & Littlefield, 2002. p. 311-326.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. 2ed. Tradução: Thomaz N. Neto. São Paulo: HUCTEC, 1978.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, v.2, n.3, 77-85, 1997.

IBAMA. **Guia do conselheiro: Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: NEA, 2007. Disponível em [www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../guia-conselhos-2014.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../guia-conselhos-2014.pdf) >. Acesso em 05 de março de 2016.

IBAMA. **Management effectiveness of Brazil's federal protected areas implementation of the Rappam Methodology Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management**. Organizado por Onaga, C.A.; Drumon, M.A. Traduzido por Adriana Casanova Guedes de Almeida. Brasília, Distrito Federal: MMA, 2007.

IBAMA. **Plano de Manejo da APA do Cairuçu**, 2004. Disponível em <[www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../apa\\_cairucur.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../apa_cairucur.pdf)>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**. 2001. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/pesquisa-cientifica.html>>. Acesso em 01 de abril de 2016.

IGARA, Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. **Estudos pra definir proposta de categoria de Unidade de Conservação para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim**, 2011. Disponível em <[http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/rej\\_recategorizacao\\_apresentacao\\_ct-ucsc comunidades\\_22julho2011.pdf](http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/rej_recategorizacao_apresentacao_ct-ucsc comunidades_22julho2011.pdf)>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

INGOLD, T. **The perception of the environment**. London: Routledge, 2000. 465 p.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; PIVOTO, A. S.; MELO, G. M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. In: Caderno Virtual de Turismo, n. 18, 2005, p. 1-8.

IRVING, M.A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-68.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KUHNEN, Ariane. Percepção ambiental. In: CAVALCANTE, S; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 250 – 266.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-155.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1976.

LHOTTE, C. **Trindade para os Trindadeiros**. 278 p. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1982.

- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Departamento de Antropologia, n.322, p. 1-32, 2002 (Série Antropologia).
- LITTLE, P.E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, Aquidabã, v.7, n.1, p.48-60, 2014.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 37-50, jan./abr. 2004.
- MAGANHOTTO, R.F.; SANTOS, L.J. C.; NUCCI, J.C.; LOHMANN, M.; SOUZA, L.C.P. Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v.5, n.3, p. 203-221, set/dez, 2014.
- MAIA-VASCONCELOS, S. **Clínica do Discurso: a arte da escuta**. Fortaleza, CE: Premium, 105p, 2005.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: Arantes, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**, Campinas: Papirus, 2000.
- MATEO, J.M.R. Geoeecologia das Paisagens: uma visão geosistêmica da análise ambiental. 2ed., Fortaleza: UFC,2004.
- MATHEUS, C.E.; MORAES, A.J.; CAFFAGNI, C.W.A. **Educação Ambiental para o turismo sustentável. Vivências integradas e outras estratégias metodológicas**. São Carlos: Rima, 2005, 180p.
- MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 75-51, 2005
- MILLIGAN, M. J. Interactional past and potential: The social construction of place attachment. **Symbolic Interaction**, v.21, n.1, 1-33, 1998.
- MORAES, A.C.R. **RATZEL**, São Paulo: Ática, v.59, 1990 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MOURÃO,A.R.T.; CALVACANTI, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- Muylaert, C.J.; Sarubbi Jr, V.; Gallo, P.R.; Neto, M.L.R.; Reis, A.O.A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo: USP, n.48, 193-199, 2014.
- NOFFS, P.S. **Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno. Um estudo de mudança espacial**, 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia), São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1988.

- OLIVEIRA, A.C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n.4, 2004.
- OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. **Cadernos de Geografia**. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 12, n. 18, p. 29-42, 2002.
- PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: < <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2016.
- PÁDUA, M.T.J.; COIMBRA-FILHO, A.F. **Os parques nacionais do Brasil**. Brasília: IBDF, 1979.
- PETERSON, A. Environmental ethics and the social construction of nature. **Environmental Ethics**, Denton, v.21, n. 4, p. 339-357, 1999.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. B. 1947 “‘Survey’ de Icapara”, *Sociologia*, São Paulo, n. 9.
- PINTO, L. P.; BEDÊ, L.C.; PAESE, A.; FONSECA, M.; PAGLIA, A. P.; LAMAS, I. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um Hotspot mundial. *In: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M. & ALVES, M. A. S. (Org). Biologia da Conservação: essências*. São Carlos: RIMA, 2006, p.69-96.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATZEL, F. El Territorio, la sociedad y el estado. *In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs). El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*, Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- RECLUS, E. **El hombre y la tierra**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, s/d.
- RECLUS, E. **Geografia comparada no espaço e no tempo**. Organização e tradução Plínio Augusto Coelho. Título original: De l’action humaine sur la géographie physique. Géographie comparée dans l’espace et dans le temps. São Paulo: Imaginário/ Expressão & Arte Editora, 2010.
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London:Pion, 1980.
- RODAWAY, P. **Sensuous geographies**. London: Routledge, 1995.
- RODRIGUES, W.; FREDRYCH, T.V. O Dilema das comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso da comunidade mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO). **Boletim de Geografia**, Goiânia. V.33, n. 3, p. 407-423, set./dez.2013.
- SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**, Rio de Janeiro: Brasiliana. 1987
- SANCHÉZ, L.E. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- SANCHES, R. A. 1997 Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul – São Paulo), dissertação, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, M.C.; FLORES, M.D. & ZANIN, E.M. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e educação ambiental na APA de Erechim/RS. **Vivências**, v.7, n.13, p.189-197, 2011.

- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n.54, 1977.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 1978
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.
- SAUER, C.O. *A morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p.12-74. Traduzido de: Sauer, Carl. The morphology of landscape. University of California Publications in Geography, v.2, n.2, 1925, 19-54.
- SETTI, K. 1985 Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical, São Paulo, Ática.
- SILVA, J. G. S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.
- SILVA, J.H.; MAIA, F.B.A. Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque (PE). **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.11, n.4. p.559-570, 2013.
- SILVA, L.F.T.C. **Análise da suscetibilidade à erosão ao longo da RJ-165 (Estrada Paraty- Cunha)** 109 p, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2014.
- SORRE, Max. **El Hombre em La Tierra**. Barcelona: Labor, 1967.
- SOUZA, M.J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.
- THEODORO, S. H. **Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 2ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1995 (Obra original publicada em 1990).
- TROLL, C. The geographic landscape and its investigation, 1950. In: J. A. Weins, M. R. Moss, M. G. Turner, D. J. Mladenoff, editors. **Foundation papers in landscape ecology**. New York: Columbia University Press, 2006, 71–101.
- TROLL, C. Landscape Ecology, 1966. In: Rodriguez, J. M., Silva, E.V., Cavalcante, A.P.B. **Geoecologia das Paisagens: Uma visão sistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: UFC, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Ambiguidade nas atitudes para com o meio ambiente**. **Boletim geográfico**. IBGE, Rio de Janeiro, 1975.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo. Difel, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. Space and Place: Humanistic Perspective. **Progress in Geography**. V.1, n.6, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980.

WHYTE, A.T., **Guidelines for Fields Studies in Environmental Perception.** Paris: UNESCO, 1977.

WOODGATE, G.; REDCLIFT, M. From a sociology of nature to environmental sociology: beyond social construction. **Environmental Values**, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 3-24, 1998.

**APÊNDICE 1**  
**Questionário usado nas entrevistas**



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Laboratório de Geomorfologia Erosão e Conservação do Solo  
Pesquisa sobre a percepção ambiental dos atores sociais presentes em Trindade  
(Paraty, RJ)



**Identificação do Ator Social:**

( ) Morador ( ) Turista ( ) Empresário ( \_\_\_\_\_ ) ( ) Poder Público ( )  
Pescador ( ) Barqueiro  
Caso seja morador, há quanto tempo reside no local: \_\_\_\_\_

Possui vinculação a alguma associação local? ( ) Não ( ) Sim Qual?  
\_\_\_\_\_

**Faixa de Idade**

- ( ) até 20 anos
- ( ) 20 a 30 anos
- ( ) 30 a 40 anos
- ( ) 40 a 50 anos
- ( ) 50 a 60 anos
- ( ) mais de 60 anos

**Escolaridade**

- ( ) 1º grau incompleto ou completo
- ( ) 2º grau incompleto ou completo
- ( ) 3º grau completo
- ( ) Mestrado
- ( ) Doutorado

**Considerando suas atitudes frente ao meio ambiente gostaríamos que você manifestasse sua opinião em relação às questões a seguir:**

1. Quais atividades costuma realizar em Trindade?

- ( ) Ir a praia ( ) Fazer Trilhas ( ) Pescar ( ) Estudo ou Pesquisa
- ( ) Trabalhar e Passear ( ) Apenas a trabalho, nunca a passeio. Qual trabalho? \_\_\_\_\_
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

2. Você conhece alguma ONG ou associação? Quais? (Marque quantas forem necessárias)

- ( ) ONG Caixa D'áço Bocaina Mar
- ( ) Projeto Bicho do Mato
- ( ) ABAT – ASSOCIACAO DOS BARQUEIROS E PEQUENOS PESCADORES DA TRINDADE.
- ( ) Associação Cairuçu
- ( ) AMOT- Associação de Moradores de Trindade
- ( ) ONG Verde Cidadania
- ( ) Não conheço nenhuma.
- ( ) Conheço outra. Qual? \_\_\_\_\_

3. Você sabe o que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral?

- ( ) Sim. Seu objetivo é a preservação da natureza e possibilita apenas o uso indireto dos recursos naturais.
- ( ) Sim. Seu objetivo é preservar a natureza permitindo o uso moderado de seus recursos naturais.

Já ouvi falar, mas não sei explicar o que é.       Não sei o que é.

4. Em qual (s) unidade (s) de conservação Trindade está inserido? (Marque quantas forem necessários).

Reserva Ecológica da Juatinga       Parque Nacional da Serra da Bocaina  
 Parque Estadual da Serra do Mar       Área de Proteção Ambiental Cairuçu  
 Não sei     Outro. Qual? \_\_\_\_\_

5. Como você definiria “Meio Ambiente”?

\_\_\_\_\_

6. O que acham da conservação ambiental de Trindade?

Está bem conservado.     Não está conservado.     Está conservado, mas poderia estar melhor. Como? \_\_\_\_\_

7. Na sua opinião, quais dos impactos ambientais estão presentes em Trindade? (Marque quantas quiser)

Poluição da água     Poluição Sonora     Perda de vegetação     Erosão dos solos  
 Desaparecimento de espécies marinhas     Perda e desvalorização da cultura tradicional local  
 Assoreamento dos rios     Mudança na paisagem      
Outro: \_\_\_\_\_

8. Na sua opinião, quem deveria estar cuidando do local?

Poder público     Turistas     Moradores     Empresários     Pescadores ou Barqueiros  
 Responsáveis pela Unidade de Conservação      
Outros: \_\_\_\_\_

9. Você acha que participa da conservação do local? Como?

\_\_\_\_\_

10. Em relação a morar, visitar ou trabalhar em uma unidade de conservação, quais dos seguintes aspectos seriam positivos ou negativos?

Proteção do Meio Ambiente:  Positivo     Negativo  
Restrições quanto às atividades que podem ser realizadas:  Positivo     Negativo  
Limite no número de visitantes:  Positivo     Negativo  
Cobrança para visitação:  Positivo     Negativo

Gostaria de citar algum outro aspecto?

Positivos: \_\_\_\_\_

Negativos: \_\_\_\_\_

11. Você tem conhecimento sobre a existência de uma comunidade tradicional em Trindade?

Sim  Não  Tenho, mas não percebo diferença entre os moradores da vila e desta comunidade.

12. Como você entende o turismo em Trindade?

- Benéfico, eleva o nível da economia local
- Uma nova fonte de renda
- Uma invasão de empresários que só exploram a Vila e levam seus lucros.
- Mal programado. Vem muita gente e suja tudo!
- Uma possibilidade de mostrar a beleza desse lugar para outras pessoas.
- Outros: \_\_\_\_\_

13. Em relação à permanência de moradores dentro dos limites do PNSB você acha:

- Benéfica ao meio ambiente, pois os moradores sempre cuidaram do lugar.
- Danosa ao meio ambiente, uma vez que podem causar impactos numa área de conservação.
- Não prejudica o meio ambiente, e os moradores devem permanecer pois estavam ali antes do parque ser demarcado.
- É prejudicial ao meio ambiente, os moradores devem sair, pois o PNSB é uma área pública.

14. O que você acha do fechamento dos quiosques e do estacionamento da Praia do Meio?

- Uma medida correta, já que está dentro do PNSB e é preciso cumprir a lei.
- Acho injusto, pois os quiosques ajudavam a cuidar do local e atraíam turistas.
- Acho importante para preservar o local
- Poderiam ir resolvendo outras coisas antes, pois muita gente sobrevivia disso.
- Não soube do acontecido.

15. Você está dentro de uma unidade de conservação (Parque Nacional da Serra da Bocaina), ou é vizinho. O Parque possui um grupo chamado “Conselho Gestor”. Você já ouviu falar dele?

- Não  Sim, mas nunca fui a uma reunião .
- Sim, sou/fui membro dele.  Sim, já participei de uma reunião .
- Sim. Busco participar e me informar do que acontece quando ele se reúne.

**APÊNDICE 2**  
**Transcrição das Narrativas**

## **Narrativa 1:**

### **Moradora e Proprietária de imóvel comercial fechado em Trindade**

*“Eu vou fazer 60 anos e sou educadora ambiental. A Trindade ao longo de 40 anos, eu moro nesse lugar há 40 anos, então ao longo desses anos eu percebo que a flora, tudo isso, está muito mais preservada. Porque, antigamente, a Companhia, aqui tinha uma Companhia multinacional que invadiu e eles colocavam fogo em tudo. Toda essa parte que vocês veem hoje coberta não existia. Naquela ânsia deles assumirem o território, a política era botar fogo nas roças dos pescadores, antigamente tinham famílias que moravam que tinham suas roças de subsistência, para poder fazer a terra virar uma terra devoluta, tudo isso aqui era fogo, não tinha nada. Então eu acho que está muito mais preservado. A nível de Vila, de comunidade, em relação a costumes, isso teve uma decadência, uma ruptura total. Hoje em dia é muito difícil você chegar em Trindade e identificar que tem algum tipo de comunidade caiçara, só quando você consegue entrar na comunidade mesmo, e há 40 anos atrás não era assim. Você chegava em Trindade e entendia que tinha uma comunidade diferenciada, que eram os caiçaras, que eram os pescadores que tinham todo uma cultura de subsistência e tudo isso foi rompido. Primeiro foi a multinacional, realmente! Foi a invasão da multinacional que mudou totalmente a temática do território deles né. A coisa ficou confinada, eles ficaram fechados dentro de um acordo, como estão até hoje, e lá em cima o território como um todo eles perderam. Os caiçaras tinham cultura de subsistência, então o caiçara tinha uma hora que estava ali, daí eles cuidavam daquilo e na hora que esgotava o nutriente eles iam para outra terra, eles eram itinerantes, quer dizer, toda essa sociabilidade acabou. E a nível de tecnologia patrimonial mesmo, era tudo sapê, pau-a-pique, se identificava, essa foi a primeira ruptura. Teve também a mudança de economia que foi pro turismo, eles eram pescadores agricultores e se juntaram ao turismo. Junto a isso, vieram as leis ambientais que começaram a coibir os plantios. Hoje em dia eles tem mais dinheiro. Todo mundo hoje tem uma qualidade de vida meio que estável, porque os turistas estão aí e o dinheiro está girando no lugar. Mas hoje em dia eles são pessoas muito amarguradas, todo mundo meio que desfocado dentro si mesmo, entende? – Desencontrados de si mesmo, de sua essência. A essência deles se perdeu, deixaram de ser agricultores, pescadores para serem comerciantes. Meu marido não vendeu, não cedeu à pressão da multinacional, ele e mais cinco famílias. E seguraram, enquanto os outros cederam a pressão. Ele manteve o território dele e a gente sofreu muito porque, por exemplo, depois do meio dia eles chegavam com 40 bois rodeando tudo e antes de chegar lá eles me amedrontavam aqui, foi uma barra! Foi muita pressão que ele sofreu, mas a gente resistiu e chegou uma hora que acabou tudo. - Eles estavam negociando uma terra que por direito era dos trindadeiros. Existe um documento de doação de uma mulher lá de Paraty que é a Frans Hyme, que era dona de quase tudo, desde a época da colônia, quando ela voltou para Europa e deixou documento no cartório dizendo que todas as terras habitadas por pescadores e pequenos agricultores fossem lavradas em cartório, eles pegaram esse documento e ao invés de passar para os pescadores, passaram para a multinacional. Eu acho que o caiçara é aquela pessoa que se autoproclama como caiçara, que tem atitudes diferenciadas, tem uma maneira diferente de ver a vida sabe? A gente tem uma vida diferente, quando vocês passam vocês veem uma coisa, mas a gente ainda preserva a nossa vida, as nossas causas, os nossos núcleos familiares, toda aquela coisa com a comunidade, tem coisas que só nós ainda temos acessos né, são coisas nossas mesmo. Eu ainda acredito nisso porque ainda existe uma vida do mar, se você falar para um caiçara me leva ele vai te levar em vários lugares que você vê que ainda mantém essa vida e a*

agricultura que está voltando agora né com os projetos de incentivo do palmito juçara, que é para conseguir fazer os plantios dentro da mata mesmo, das unidades de conservação. É a agrofloresta que está começando a chegar aqui. Acho que a gente deveria ter uma educação diferenciada, uma educação para o campo. Pegar toda essa política pública que foi construída no país com relação a educação do campo, sabe. As nossa crianças são totalmente diferente das crianças da cidade, e hoje em dia elas estão desconectadas de coisas que já nem se percebe mais, desconectadas da própria história e isso passa por onde? Pela escola. Em casa o que eles veem? Hoje eles veem as pessoas vendendo em seus restaurantes, pousadas, comércio. A criança não vê mais o pai ir pescar, a mãe ir para roça. Se isso não for passado dentro da escola vai desaparecer. Já está desaparecendo. É só você incentivar realmente, e mostrar para eles que aquilo é importante, porque desde que a multinacional, desde que o dinheiro entrou aqui dentro, a visão de importante para eles é o capitalismo, é ter um carro, um celular, não que eles não possam ter isso, mas acontece que hoje em dia eles só correm atrás disso. É muito difícil, a prefeitura de Paraty é muito tradicional com relação a deixar introduzir isso. O Campinho (Quilombo em Paraty) ainda estão conseguindo avançar. Se você não consegue de cima para baixo tem que lutar aqui para ir trazendo né. Eu acredito que os caiçaras assumirem o território seria o mais valioso em Trindade. Fazerem uns projetos, fechar isso dentro de um plano de manejo. A Caixa D'áço Bocaina Mar é uma ONG de dez anos, ela é uma coisa que foi bem restrita aos moradores da praia do Caixa D'áço. Quando a gente percebeu que o Parque Nacional existia realmente, que ele iria chegar em algum momento, então, nós nos reunimos e montamos essa organização para esse embate, para conseguir ser parceiro de toda essa situação que viria, para articular politicamente, dentro dos planos de manejo. Tinha um projeto de educação ambiental, onde crianças vinham e passavam o sábado inteiro, com aula de surf e de cozinha tradicional. Sobre o Parque, a primeira operação foi em 2009. Primeiro eles chegaram bem, fizeram umas reuniões conosco e tudo e ai logo em seguida já veio a pressão, veio uma ação que eles fizeram no carnaval que foi terrível. Polícia, helicóptero, um reboliço, imagina você chegar num lugar totalmente tomado pelo turismo dizendo "fecha tudo!". Teve aquela pressão, fechou os caminhos, não deixava mais passar. E antes, nas reuniões, eles afirmaram que seríamos parceiros, que nós iríamos ajudar na organização territorial, organizar o turismo, trazer capacitação, discutir a pesca e resolver o problema dos quiosques na areia da praia. De fato, existia uma ocupação de quiosques e a comunidade também não estava de bom acordo, pois era uma exploração numa área que era da comunidade, a comunidade nem tinha aquela área como área pública. Não sei sobre essa história, mas a praia do meio é da companhia. Eles (o PSNB) só aparecem em épocas pontuais e qualquer denúncia já vem. Eu senti que teve um período que a gente estava muito próximo ao Parque, que era o período no qual eles tinham interesse em ter a gente próximo a eles, eram reuniões semanais para poder resolver uma situação, para dar um outro passo que é o da preservação da praia. Quando o parque chegou, achavam que não existia mais caiçara e hoje não, hoje sabem que existe, porque eles conhecem os núcleos organizados, tem a ABAT, tem a AMOT, e tem a própria comunidade. Se o parque estivesse aqui realmente, se não fosse mais um parque de papel, se já existisse o Parque Nacional da Serra da Bocaina, as coisas estariam um pouco mais calmas. Acho que os nossos Parques são interesse capitalista, uns funcionam, outros não. Eu não acredito em preservação quando se tem um comunidade tradicional no meio, e que não é respeitada, não é valorizada e não é entendida. Eu não acredito em preservação onde o ser humano não se encaixe, sinceramente. Isso aqui era tudo fogo, não tinha mato, se parar a pesca, se parar tudo, se parar de caçar, tudo volta. A natureza, ela por si só se recompõe. O problema é o homem, que às vezes não consegue

*conviver com o meio ambiente. Então, se não é para você, não é para ninguém. Hoje em dia a comunidade se sente humilhada, agredida. Sobre a infraestrutura para lixo, água, eu separo, e meu filho leva. O esgoto por enquanto é fossa séptica. Eu acho que o Parque só peca nisso. A gente poderia trabalhar juntos! Acho que, se não fosse um Parque Nacional, talvez isso aqui estivesse tudo destruído. Eu mesma tenho dívidas se sou a favor, ou contra. Tudo é uma questão de conversar, respeitar. Eu acho que deveria ser um turismo de base comunitária. Fortalecer essa base comunitária e devolver o que realmente vale como turismo qualificado. Hoje em dia, é um turismo de massa, mas tem várias pessoas que já estão fazendo sua casa de farinha novamente. Eu acredito no turismo de base comunitária, no turismo ecológico, aproveitar esse turismo de trilha, incluir trilhas que o Parque não divulga, turismo de visita ao cerco (pesca).”*

## **Narrativa 2:**

Senhora de 84 anos, é a moradora mais antiga de Trindade, teve um imóvel lacrado pelo PNSB.

*“A senhora não é do IBAMA não né? Eu tenho um rancho na praia do meu marido que está lacrado. Lá na praia do meio e falamos com o advogado para ver como fica, faz dois anos que está fechado. Faz 2 anos. Funcionava como bar. O juiz é que vai resolver. Só ficou o meu porque eu sou nativa. Eu conhecia aqui desde pequena. Meu marido quando casou comigo já tinha. Eu acho que o Parque existe, mas eles têm que botar certo a linha (limite). O certo é passar pela costeira. Agora o Parque passa na minha casa, antes passava lá para o outro lado. Até agora ninguém soube. Meu pai falava que era pela costeira. Ele conhecia, mas era diferente. Agora eles querem mudar. Eles querem colocar até na vila. Querem avançar. A praia era praia de baixo, que agora é praia do meio, eu ia lá com meu pai. O chefe do Parque passa aqui e diz para não tirarmos nenhuma madeira do mato, só usar madeira comprada. Na época de 70 quando a imobiliária chegou em Trindade e disse que a terra era deles, eles queriam comprar e eu não vendi. Por que para eu ir embora precisava de dinheiro. Eu nasci aqui e meus filhos nasceram tudo aqui. Meu irmão também tem terra aqui para cima. Eu estou a 62 anos morando aqui, desde que casei. As crianças estão aqui. A companhia fez pressão para comprar mas eu não tive medo. Se eu fosse sozinha com meu marido, tinha ido, mas eu tinha filho. E como eu ia fazer numa casa sem terra? Os outros que venderam ficaram com medo e não pensaram nisso. Eu não tive medo. Os homens até ofereceram um dinheiro, mas era pouco, não dava para comprar em outro lugar. Eles queriam comprar a cidade, comprar tudo, ficar com tudo para eles. A gente vivia com banana, peixe, “guanú”. Era para nós mesmos comer. Agora, eu vivo da minha aposentadoria, e meus filhos tem as casas deles e eles alugam. Essas pessoas que vem de fora, os turistas não fazem mal não. Passam três ou quatro dias e vão embora. Não, eles vem fazer a festa deles, vão à praia, mas não fazem mal para a mata não. O que ocorre é que morre muita gente lá no mar. Não quero sair daqui. Ir para onde? Sou caiçara e meus filhos também são. Se por acaso casaram com caiçara são caiçara. Se não casou, não é. Quem vem morar aqui mas é de fora, não é caiçara. Os caiçaras de agora quase não fazem roça. Eles vivem de roça. Hoje até plantam um coisa ou outra, mas não são como os pais. A roça, a queimada com “aceiro”, nada disso se faz, está acabando. Não pode mais avançar por que o governo não deixa. Também não pode mais fazer casa de vara, de pau, só de tijolo carregado na costa, por que o IBAMA está aí e não deixa tirar da mata. Eu não faço parte de Associação, mas tem muita gente que vai, meus meninos vão. Eu nunca fui não. A reunião é*

*longe e eu não tenho como ir. Eu acho que o parque deve ficar no lugar dele e não abranger nós, ou então, as pessoas ficam sem ter onde morar. Aqui mesmo tem uma vovó, onde o Parque tomou a casa e a família não tem onde morar. Eles dizem que é deles, tomam e a terra está aí parada.”*

### **Narrativa 3:**

Pescador de 44 anos.

*“A gente sempre soube que aqui era área de preservação ambiental, a gente não sabia que eram as nossas terras, as terras dos nossos pais. Hoje temos que nos defender do próprio Parque ou instituição. A gente entrou em contato com o Comitê Popular (criado durante a copa do mundo em função da desapropriação de diversas pessoas, para que as pessoas pudessem se defender e ter voz onde aconteceram as obras. A Trindade mudou muito pouco, mesmo porque a comunidade hoje é outra. Foram várias fases e eu acredito que ainda é muito saudável. Eu observo no meu dia-a-dia e ainda vejo todos os bichos que eu via quando era criança. Lógico que hoje a comunidade está em busca de melhorias de água, em busca da concretização do saneamento básico, que foi uma iniciativa que começou em mutirão pela comunidade e foi levada para a prefeitura de Paraty em busca de ajuda, mas o projeto parou e até hoje não foi sanado. Agora, o Parque que já existe desde 1971, mas ficou ausente e apareceram há 4 anos, fizeram uma linha e o saneamento acabou ficando dentro das áreas do Parque. Fizeram estudo para liberar o saneamento, mas isso ainda está sendo discutido. Já teve período com mais turistas, embora agora com o acesso. Mas, o turismo trouxe segurança financeira. As pessoas conseguem viver. A pesca hoje em dia existe pela superação do conhecimento que se quer manter, é uma luta para manter nossos costumes e culturas de saber pescar e trabalhar na lavoura. O conhecimento que o caiçara tem é grande, mas fica difícil fazer as coisas com as proibições ambientais, pois o caiçara depende da floresta e do mar. Sempre viveu nessa harmonia. Trindade passou por uma fase bem complicada e difícil com a luta de terras e as multinacionais. Eu costumo dar um exemplo da minha história, como se fosse um carreiro de formigas, onde todos trabalham da mesma forma, e se você mexe fica tudo bagunçado e embaralhado. Quem mexeu foi o interesse imobiliário nas belezas naturais do local. Essa comunidade era constituída por 150 famílias ou mais, com agricultores e pescadores. Eram pessoas humildes, onde poucas sabiam ler ou escrever. Não tinham dinheiro, os homens iam para longe trabalhar em Bananal, São Vicente ou na pesca. Surgiu o interesse de grupos fortíssimos pela Trindade, Paraty e esse resto do sul fluminense. Com a rodovia BR 101, eles intensificaram a pressão sobre os nativos. Era uma empresa chamada Brascan, que era um consórcio entre empresas brasileiras e multinacionais. A ideia deles era desenvolver o litoral, e aqui havia a fazenda Laranjeiras que era uma antiga “greba” de terra de donatários da época do império. Quando surgiu o interesse de grupos e empreendimento em comprar essas terras, conseguiram junto ao governador Lacerda do RJ comprar as terras, porém, eles conseguiram anexar na documentação de Trindade como sendo os fundos da antiga fazenda Laranjeiras, que não era. Eu já fiz um levantamento da família do meu pai e mãe, e descobri que meu tataravô era daqui, ou seja, era uma comunidade muito antiga. Eles se constituíram aqui no “caxadaço” (a escrita da palavra foi soletrada pelo narrador, que afirma se a escrita tradicional, diferente da apresentada pelo PNSB) para cima da piscina natural. Essas pessoas saíram por conta das pressões. Para ir até Paraty era andando, pelos caminhos que existiam. Havia uma casa de festa onde eles se juntavam para fazer ciranda por volta de 1940 e 1950 e por volta*

de 1970 já não havia mais, por conta da pressão. O grande problema é que os caiçaras não tem documentação, e fica tudo muito estável. Hoje existe a comissão de povos e comunidades tradicionais em Trindade e estamos tentando assim discutir o direito caiçara. É como se tivesse um combate, sobre seu modo de vida, seu direito mais visível. Ao inibir seus saberes, o seu modo de vida acaba se combatendo, pois a força dos caiçaras está na sua manifestação cultural e nos seus saberes. Isso que os órgãos fazem. E a gente vem resistindo há muito tempo. Ser um caiçara é ter conhecimentos que não estão nos livros, de coisas que foram passadas, vendo, ouvindo. Conhecimentos que existem e as pessoas sabem. Claro que hoje em dia é difícil se visualizar isso, mesmo porque muitos estão trabalhando com o turismo, mas ainda há muitos que trabalham com cerco, com rede, fazem sua roça, sua pescaria. Mas, lógico que há dificuldades hoje, pois não se tem mais tranquilidade, pois não se pode fazer a pesca, o guarda vem e diz que não pode naquele lugar, e nós perguntamos, mas é aqui que pescamos desde criança, como não pode? A maior parte do pescado não sai de Trindade, e alguma parte vai para Ubatuba e Paraty. Não é que se sobreviva da pesca, hoje em dia se vende, mas antigamente era para o nosso consumo, assim como a agricultura, era a base da nossa alimentação, era mais para consumo da comunidade e não para venda. E era lindo isso. A agricultura sempre foi importante para a comunidade, se não plantasse não se comia. Tinha de tudo. No meu ponto de vista, o turismo valoriza Trindade, desde que se conduza isso de uma forma consciente. Eu acho que quem inibe são os órgãos ambientais. A gente não é contra a preservação, somos favoráveis a conservação, mas o caiçara tem conhecimento de que depende da natureza. Em que local encontraríamos as condições de florestas daqui de Trindade, Ponta Negra e Cambori, se os caiçaras não tivessem cuidado? Então, foi o caiçara que cuidou, o que às vezes não é levado em conta, e deixam as pessoas fragilizadas, causam males terríveis. As pessoas ficam desestabilizadas, pressionadas psicologicamente, pois terão que sair, vai virar parque, reserva, não pode, não pode. Estão dizendo que aqui é tudo parque, porém, como estamos anteriores a tudo isso, a minha família está anterior, estamos enfrentando e discutindo essas leis do Parque. O que é chato é que não nos disseram agora é parque, vocês terão que fazer dessa forma. Apenas dizem não, não e não. É uma inibição muito forte. É isso que acaba com a cultura. Isso inibe os afazeres do dia-a-dia das pessoas. Eu falo, mas eu sofro pouco pois eu estudo isso há mais de 10 anos, mas tem pessoas que ficam enlouquecidas, pois não entendem. O SNUC fala disso, que os nativos podem ser reapropriados, remanejados, que tem a possibilidade com igual forma para desenvolver, mas aonde vão achar um local assim? Não é mais fácil trabalhar com as comunidades, tendo a comunidade como aliada, dando possibilidade da comunidade se desenvolver lá com mais cuidado, se é que está destruindo a natureza. Acho que os órgãos ambientais que não aceitam o ser humano na natureza precisam mudar esse pensamento, pois vão haver cada vez mais conflitos. Eu mesmo levo e vou separando, leva de barco em sacos plástico para a Vila onde se tem lixeiras e o caminhão de lixo pega toda madrugada. Eu faço fossa séptica. E agora, estou levando para um arquiteto que está com um projeto de saneamento, que é um sistema alternativo com bananeiras e que já foi testado e aceito pelos órgãos e talvez consiga fazer aqui. Sabemos que existem alguns furtos, mas já existiu mais. Aqui a comunidade sempre se juntou, nunca deixaram imperar um criminoso. As pessoas não se criam muito e todos logo sabe. Hoje, a maior violência aqui é o que estamos sofrendo, que é o direito do caiçara. Se não fossem tão autoritários (refere-se ao PNSB), se respeitassem a comunidade como ela é, dando direito e não tirando direito da comunidade. A relação parque nacional-comunidade- autoridades é conflituosa, só dizem o que não podem, mas não oferecem solução. A única coisa que sabem falar é que um dia vamos ter que sair, um dia não vai poder mais pescar, não vai poder isso ou aquilo. A gente vê que hoje em dia, não são mais as grandes

*companhias que querem tirar e sufocar a comunidade, e sim os órgãos ambientais. Essa comunidade faz mutirão, cuida da trilha e da praia. Sempre tem mutirão, mas o Parque acha que a Vila e o Caxadaço são coisas diferentes. Achem que o Caxadaço é Parque e a Vila é APA. Mas, tudo para a gente é uma coisa só! Tudo é a comunidade de Trindade. O nome Caxadaço é por causa da piscina natural. É um nome devido a ser toda fechada e não ter acesso para o mar. Eles, acho que gente da comunidade, estouraram uma pedra para poder fazer a entrada dos barcos. Lá era um “porto” para chegar as canoas. Aqui era uma comunidade de Índio. Tem muita estória, tem relação com a corrida do ouro, existe uma lenda de um tesouro, que haveria ali dentro uma caixa de aço, um tesouro de piratas que teria sido enterrado na piscina. E até hoje tem essa estória e pessoas em busca disso. Eu na verdade acho que o tesouro da Trindade é a natureza, mas como está muito perto de onde os barcos saiam de Paraty, é bem capaz de aqui ter mesmo, pois haviam os saques às caravelas. Acho que a comunidade é caiçara, e até as pessoas de fora, que se identificaram com o local, são caiçara. Quando chega a época da pesca da lula, muitos vão acompanhar a pesca, vira um evento no mar e as crianças curtem. E a gente está tentando fazer o festejo de Trindade. Estamos querendo fazer algumas propostas de educação ambiental, atividades com pintura etc.”*

#### **Narrativa 4:**

Morador, empresário e presidente de associação comunitária.

*“Trindade está inserida dentro da APA. O parque está entorno dela. Meio Ambiente é tudo aquilo que Deus criou, no meu ponto de vista da mata ao ser humano, tudo isso é um conjunto de biomas separados mas faz parte do meio ambiente como um todo. A lei fala que isso aqui tem que ser gerido pelo governo federal, ou seja, nesse caso seria o ICMBio, que hoje é quem cuida das UC's. Eles tem o poder de polícia, eles tem o poder de atuar, fiscalizar e prender. Uma pessoa física ou um empresário não tem esse poder de polícia. Isso foi delegado a eles através de um projeto de lei, ou seja, quem tem que cuidar disso aqui são eles mesmos. Por que se você colocar na minha mão mesmo, por exemplo, meu primo Isaías ali quer fazer um quiosque ali e eu posso acabar deixando, fechando os olhos, então, um lugar de proteção integral tem que ser gerida mesmo pelo governo. A Trindade está muito conservada, conservada por demais! Eu acho que todo trindadeiro participa dessa conservação, dessa preservação. Como, falando do senhor? Observa só, na década de 60, vou colocar do meu avô para mim, até a década de 60 o meu avô vivia de agricultura e pesca, o meu pai vivia da pesca e da agricultura de subsistência, eu vivo do turismo. Se você olhar todos esses pontos verdes claros na mata, um dia foi roça, hoje é floresta. Então, eu acho que falta organização para que eu não venha a fazer um grande roçado e possa sobreviver com o turismo, eu não vou mais precisar degradar aquilo ali, e sendo que aquilo florestado, eu posso levar um turista ali e pedi 100 reais para ele ver um tucano, uma cutia, uma paca. A preservação também é uma fonte de renda, basta saber trabalhar com ela, o que falta não é educação ambiental o que falta é estrutura de desenvolvimento para essa questão. Eu acho que quem está dentro de uma unidade de conservação quer é estrutura para trabalhar com o que tem, nesse caso seria o meio ambiente, não precisa educar ninguém. Se você colocar a Trindade na mão de um monte de empresário ou de uma grande empresa que ali tem convênio com diversas empresas, isso não teria mais mata, isso ai estaria cheio de casas. A praia do Caixa D'áço, por exemplo, não teria duas famílias e sim 300. Então você*

vê que todo trindadeiro tem essa parcela de preservação, como todo caiçara, de todo lugar. Se você tira o caiçara e bota o milionário, ele destrói tudo porque ele quer mostrar a casa dele e o caiçara não, quer mostrar o que tem na frente. Existe sim conflito com o Parque, para você implementar um uma unidade de conservação, tirar do papel e trazer para realidade, a primeira coisa que deve ser feita, no meu ponto de vista, é a real demarcação. Você traz um topógrafo, ele vê faz um decreto, define que alinha é aqui encaminha ao Instituto, para o chefe aceitar e encaminhar para a juíza homologar essa definição e aceitar o estudo. É o que não aconteceu aqui! Está em estudo, então você não pode definir se aquele estudo está certo ou errado. Mas, você não pode tirar ciclano ou beltrano dali de dentro sem que o estudo não tenha se concretizado. No meu ponto de vista, para eu poder julgar se esse marisco deveria estar aqui, essa casca eu teria que provar porque ele não deveria estar aqui. E não dá para começar a fazer as coisas sem ter essas limitações. O que o Parque tem que fazer é achar seus limites de definição, para depois dizer para o povo onde é o Parque e que SNUC que tem que gerir de tal artigo a tal artigo. Eu sou bisneto, tataraneto de pessoas tradicionais. Se me botar no mato para caçar um bicho eu sei caçar, sei pescar, sei fazer tudo aquilo que meu pai me ensinou! Mas, a lei diz o que é tradicional, é aquele que tem uma cultura diferenciada, ou seja, eu deixei de andar de canoa a remo comprei um barco, já não estou exercendo isso aqui. Eu sou empresário, tenho minha pousada, tenho meu restaurante, moro numa cama, deixei de ser caiçara. O que precisa realmente definir é o que é tradicional, e o que não é tradicional, porque a lei está feita errada, entendeu? Será que pra eu ser tradicional tenho que morar num quilombo e não tem que ter banheiro, não ter que ter piso, eu tenho que morar numa casa de pau-a-pique, eu não posso morar numa casa boa, não posso ter banheiro? Então, a lei tem que ser revista, porque essa lei aí, esse termo tradicional, não abrange a ninguém! Não sou jurista para decidir, mas sou um caiçara que me encontro abandonado pela lei. Sou caiçara. Aí que começam as perdas, perda da cultura, perda da vegetação, dos solos. É difícil falar de perda da cultura, é muito difícil porque eu acho que até as crianças de hoje em dia são poucas pessoas que se interessam nisso né, o Val aqui do meu lado pode até me ajudar nessa questão, mas o Val está ali arrumando uma rede e qual a criança que se aproxima para ver. Seu Vitor está fazendo uma canoa são muito poucas que se aproximam. O Vitor está ensinando agora o filho, que é o Val e o Robson a fazer a canoa, será que tem mais alguém querendo aprender fazer a canoa? O que eu acho que deve ser falado é sobre a organização da comunidade com urgência! A Trindade ela tem que se organizar, se não, ela vai se perder. Vai se perder por causa do turista de baixa qualidade que vem, que faz certos barulhos, certas baladas, ou seja, você tem uma pessoa fumando maconha no meio de familiares, a família não fica, a família vai embora, é isso.”

## **Narrador 5**

Morador e representante de associação comunitária.

“Eu sou defensor da cultura tradicional caiçara, eu sou defensor do homem dentro da natureza, que a gente inclua ele dentro da natureza, ele é um animal que faz parte e deve ser protegido e não está sendo, principalmente, dentro de unidade de conservação. Essas UC's foram criadas dentro dos territórios e daí excluíram, eu acho isso uma sacanagem!!! Eu acho que a gente deve rever, com certeza. Para mim, interessante de que tenha essa visão científica passando os saberes, mas dando importância ao tradicional e inclua ele dentro disso. Eu gostaria muito que vocês disponibilizassem para gente não só o estudo, mas o resultado disso que para gente também pode ser uma arma de defesa. O caiçara é encontrado

na Mata Atlântica, principalmente aqui na costeira, e tem essa miscigenação de indígenas com um pouco de quilombolas, de negros africanos, tem muita parte de europeus, é essa miscigenação, essa mistura. Ele vive basicamente da agricultura de subsistência, de roça, de artesanatos, de samburá, canoas e pesca artesanal. Isso para mim é o básico dos caiçaras hoje. E como já disse o professor Diegues, o caiçara tende a migrar pro que é mais rentável para ele no momento. Então, se você disser para ele, faz uma casa ele faz, faz uma canoa ele faz, faz uma rede ele faz, faz uma roça ele faz. Ele não é uma coisa só. Ele tende a migrar para o que é mais rentável, no caso de hoje, a pesca e o turismo. O caiçara de Trindade, eu acho que ele camufla o que ele é, e vende o que ele não é, tá nesse modelo de hoje. Então assim, eu que tenho 34 anos e que nasci naquele modelo antigo, que a gente acordava ia para praia, ia pro mar, a vida era essa, eu conheço e sei o que a gente está vivendo e o que a gente coloca pro turista hoje. Os mais jovens que não tiveram essa oportunidade, não vivenciaram isso, e aí sim, isso pode trazer para esses futuros caiçaras uma vida única, que é uma coisa igual a todo mundo. Trindadeiros são caiçaras com certeza! Não tem como a gente frear o progresso, não tem como a gente querer viver dentro de toca, querer viver fazendo aquelas coisas. Até um índio falou esses dias: eu vejo vocês tudo andando de calça, tênis e porque eu índio não posso estudar com vocês, frequentar a mesma escola que vocês, querer comer hambúrguer, porque? Agora uma característica que eu quero, que eu acho que tem que resguardar é a essência, é o saber da nossa cultura, você saber fazer uma canoa, tem toda essa tradição. Agora querer que as coisas sejam iguais a antigamente, com casa de barro. Quero que o Parque entenda, que é possível ter uma roça de subsistência sem degradar o meio ambiente, e aí você possa continuar a fazer as suas roças de subsistência, ter o seu produto orgânico, possa pescar, ter essas atividades, tirar canoa. Isso ensina, isso é o saber, passando de geração em geração. Hoje a gente tem um roteiro de turismo de base comunitária criado em Trindade, que vende principalmente isso para o turista, é a comunidade tradicional vivendo do turismo e levando ele para ver a casa de farinha de mandioca, vivenciando esse dia a dia, como que era o corte de banana, o plantio de mandioca, tirar mandioca, levar para fazer farinha, pegar o peixe, fazer ele cozido com banana, que é o azul marinho uma comida que todo mundo come aqui. E hoje, não pode ter galinha no quintal porque suja e as pessoas da cidade não querem pisar no cocô de galinha, então tira a galinha do quintal, não pode ter árvore, não poder fruto, não pode ter folha, tem que comprar maçã, pêssago, não pode ter jaca, banana no quintal, isso é que desvaloriza. A galera está vindo para um lugar diferente, e tem que entender que aqui é uma outra proposta. Tem lei que cria unidade de conservação de proteção integral e lei que assegura o direito da população tradicional no seu lugar de origem, e isso deveria acontecer e não acontece de fato. Então, eu acho que essa seria a lei para confrontar. Eu acho que as comunidades tradicionais são anteriores a criação das unidades de conservação, esse é um dos meus questionamentos ao gestor do Parque Nacional. Os Parques Nacionais no Brasil são uma cópia dos Parques dos EUA, e lá dizimaram praticamente todas aquelas aldeias indígenas, que eram importantes com vários saberes e conhecimentos da natureza. Então, de que forma você protege de fato o ambiente? Eu acho que tinha que ser algo como uma reserva extrativista, onde tem uma comunidade tradicional para que você tenha proteção, para que você ajude essas pessoas a protegerem e a evoluírem em certas áreas, para que você tenha da melhor forma. Mas não que você exclua o homem, o bicho-homem daquelas partes e aquilo ali realmente fica defasado nessa parte, porque no ciclo da vida você tem o mato e você tem o grilo que come o mato, você tem o passarinho que come o grilo, você tem a cobra que come o passarinho, você tem alguém que come a cobra e o bicho-homem que come aquele animal e faz o ciclo todo. Você, literalmente, tira alguém daquele ciclo. E em algum

lugar você vai ter que colocar ele. Quando vai para a cidade aglomera nas periferias, sendo que aquele lugar ali, com aquelas práticas e o meio ambiente já se adequou, vamos estudar a evolução histórica, as coisas vão se acomodando. São várias as populações tradicionais que se acomodaram, que bateram o pé, e que viraram um meio ambiente só. Eu, particularmente, como todos aqui, sou contra algo que possa ser aberto, ou seja, sem lei. O lugar tem uma floresta como a nossa e de repente o negócio vira. O governo nunca olhou para isso aqui como uma UC! O parque hoje é uma pedra no sapato literalmente. Eu me considero ambientalista, a gestão que é feita hoje de parques nacionais como um todo, não só esse, em geral, é que esse segue o modelo e diz que a lei manda isso e tem que cumprir a lei. Então, para gente é isso, no momento em que a gente precisou para defender o território nada foi feito. No momento em que gozaríamos do território chega a pedra e diz não, daqui pra cá vocês não podem, daqui para lá vocês podem. De certa forma o turismo de Trindade fez com que a comunidade modificasse muitos dos hábitos. Em parte é culpa do governo sim e aí não digo o Parque especificamente, mas eu acho que por isso que tem um governo, que tem as leis. Que controle teve para isso? De que forma o governo falou: Não, essa vila não tem estrutura de receber essas pessoas? Não houve nada disso, um estudo preliminar de como seria, não houve nada de previsão! Então, deixou correr de qualquer jeito e isso aqui as pessoas foram vendo possibilidade, o ser humano é assim, ele vê possibilidade e ele vai indo até a fonte secar. O turismo mesmo é de 1990 para cá, de 2000 para cá um pouco menos que o povo botou a mão na consciência. Apesar de ter bar na praia com 20 ou 25 anos, a gente entendia que aquela terra sendo da união, a gente tem direito como rancho de pesca para colocar nossas canoas, não era espaço para estarem os restaurantes e bares. Beleza, até aí tudo bem. Achei ruim por não ter nenhuma outra opção e as pessoas necessitarem daquilo. Achei horrível tirar daquela forma, de não ter uma outra opção. Tudo bem que os bares chegaram depois que o Parque foi criado, mas a atividade tradicional que é a pesca e o seu rancho de pesca, isso está anterior a criação do Parque e eu bato o pé e acho que se tirar está errado. Se hoje ele não entende a minha atividade cultural como propícia para a UC, e entende que o turismo é, automaticamente o turismo está garantido. Se eu tivesse que escolher, eu escolheria a pesca, isso é uma forma do Parque desvalorizar a cultura também. Eles focaram na parte de Trindade que é muito visitada, beleza! Eles focaram aqui, então não foca naquele pedacinho do parque, foca no entorno também. Eu acho que não tinha que ter esse limite. Pegando as práticas caiçaras como a pesca, a roça que estão hoje dentro dos limites que o Parque está tentando instalar, seria possível trazê-las para fora desse limite? A pesca é impossível, pois 60% da pesca hoje é dentro do parque. A pesca, a grade maioria é só para consumo próprio. Mas uma grande parte, como eu, pesca para vender tanto aqui para dentro quanto para fora. 70% do nosso pescado fica aqui dentro, do peixe que é pescado para comércio. Se for contar dos 100% que é pescado 95% fica aqui, porque quem pesca para venda, como eu, vende 70% do pescado aqui dentro e 30% para fora, para Paraty, Rio e São Paulo, o depende muito da época. Eu desconheço o limite do Parque. Hoje eles falam que é dentro da Vila e eu acho isso um absurdo, porque esse estudo foi feito em 60 e alguma coisa em 70, quando foi a criação do Parque. Eu não lembro de ninguém ter falado de pessoal do governo ter vindo aqui, nunca ninguém falou e eles mesmos não tem essa medição, eles não sabem. As próprias pessoas do ICMBio, a gente nunca viu aqui! Quando a gente pensa a nível do território de Trindade está conservado o território como um todo. Mas, se a gente for pensar no que se tornou Trindade, que é esse espaço minúsculo, essa coisa presa, aí eu não posso dizer que está preservado, porque as construções, elas ficaram muito aglomeradas, então visualmente é uma coisa feia. O que tem maior valor é a cultura tradicional, inserida nessa floresta toda. Eu acho que é um conjunto né, é uma relação.

*Trindade, as praias bonitas mas se não tem essa cultura, se não tem essas pessoas, eu acho uma coisa assim sem vida. Quando a gente mais precisou do apoio do governo, inclusive tem uma carta muito bonita que Trindade fez na época de Figueredo, diz exatamente isso, se tem alguém do poder público tomando conta junto com as pessoas aqui isso não deveria acontecer. Aqui falam que não pode cortar uma árvore, mas não fala o motivo que não pode cortar.”*

## **Narrativa 6**

### **Pessoa ligada a gestão do PNSB**

*“Eu vou ter muito pouco a falar sobre o passado do Parque. Ele foi criado em 1971, tem 43 anos de história, quando eu comecei a gestão do Parque Nacional, ele tinha 38 anos e a gente fez um projeto para ter o que comemorar no aniversário de 40 anos, por que até então não se tinha motivo nenhum para se comemorar absolutamente nada, como ainda não se tem. O Parque ainda hoje, apesar de todos os esforços, ainda é um Parque de papel, que tem muito pouco a oferecer em benefício a sociedade, como espaços de uso público, de lazer, de conservação, mas a gente está avançando nesse sentido. Hoje estamos muito mais perto do que estivemos naquele momento, e com perspectivas bastante concretas de consolidar essa primeira etapa do projeto até 2016, utilizando um pouco da janela de oportunidade das olimpíadas. Há um compromisso do ICMBio em consolidar os Parques do RJ até lá. O que eu posso dizer com relação a evolução nesses 38 anos é que muito pouco foi feito, o Parque só tem estruturas em São José do Barreiro, mesmo nessa área, a gestão é muito ineficiente, a gente tem uma série de área ocupadas, áreas públicas, inclusive tituladas em nome do ICMBio desde a criação, e que contam com um número bastante grande de ocupações humanas. A gente tem de fato hoje, com 43 anos de idade de parque nacional, um Parque que cumpre muito pouco com seu objetivos. A gente está com o projeto de arquitetura praticamente pronto aguardando um sinal verde de Brasília para contratar o executivo. Temos expectativa de estar com o projeto executivo concluído até o final do ano, para iniciar a execução no ano que vem ou pela compensação ambiental federal ou pela estadual, a gente está trabalhando nas duas frentes. Já existem recursos destinados da compensação federal mas o instituto ainda está muito travado, por questões normativas em trabalhar com a contratação direta. Porque não abrir mão de Trindade? A gente quando começou o projeto, o objetivo era dar foco em algumas áreas porque a gente não tinha, não tem estrutura, logística, estrutura gerencial, então, a gente optou por dar foco em cima das áreas de maior representatividade e de maior visibilidade. Na verdade, por conta de acreditar que ao chegar nessa visibilidade ganha força, ganha fôlego, ganha mais estrutura e mais respeito social. Então, acaba repercutindo em respeito institucional para que a gente consiga avançar. Então, a escolha da Trindade fica muito clara nesse sentido, é a área de maior visitação do Parque, não tem uma contabilização de toda a visitação do ano, mas nas contagem em 20 dias de operação, chega a mais de 120.000 pessoas, então com base nesses números e com o que a gente vê de continuidade de visitação ao longo do ano todo, a gente estima números próximos ou superiores a 300.000 visitante/ano. Quando você faz uma ação gerencial que é percebida por 300.000 pessoas essas pessoas repercutem e se tem um retorno muito maior do que o que foi investido. O outro foco é a Paraty-Cunha com apelo social muito forte e a questão do licenciamento. Outro também é o caminho de Mamucaba, que é um dos caminhos do Ouro, que liga Mamucaba à Angra, e que sempre foi o que se passou para sociedade do Parque Nacional. Dois focos avançaram relativamente bem, que foram a Trindade e a*

*Paraty-Cunha, o caminho de Mambucaba, foi menos um pouco, mas a gente tem conseguido alguns avanços bem significativos ao longo desse ano. A final de contas, a primeira obra que nós vamos começar é justamente em Angra, no portal de Mambucaba. O recurso já está garantido, a empresa já está licitada com o ICMBio, tudo leva a crer que as obras começam ainda esse ano. E por que não abrir mão da Trindade? É muito claro! São pouquíssimas áreas do litoral brasileiro que são protegidas por UC's de uso integral. Em termos de praias protegidas, Trindade é uma das únicas. Em termos de conflitos territoriais, se o país for abrir mão de suas unidades de proteção integral onde tiver qualquer grau de ocupação, como tem a Bocaina na Trindade, deveria abrir mão de unidade de proteção integral. A gente tem uma Vila ao lado do Parque, e morando dentro do Parque muito poucas pessoas. E como estabelece a legislação brasileira tem que ser reassentada, indenizadas e etc. Mas, a gente tem hoje de 7% a 8% de remanescente de Mata Atlântica, e se formos abrir mão das áreas, porque há ocupação, de certa forma, você abre mão da conservação da mata atlântica. Então, existem os processos de remoção dos moradores do Parque na Trindade? Moradores anteriores ao Parque, aquele que são detentores de direitos nestes lugares, a gente ainda não começou a mexer nisso, o objetivo primeiro na Trindade é ordenar o uso público, acabar com aquela degradação que ocorre lá de forma muito intensa, colocar as estruturas do Parque, e a partir daí a gente começar a trabalhar isso com calma, respeitando toda a complexidade que nisso está envolvida. Moradores do Parque Nacional ou ocupantes que estão lá antes da criação, eles tem direitos fundiários pela lei e o governo tem que indenizá-los e reassenta-los conforme o necessário. Ocupantes, sejam eles moradores ou qualquer outro tipo de ocupação, posteriores ao Parque, são entendidos como ocupantes de má fé, onde não há nenhum processo de indenização, como foi o processo dos 23 bares da Praia do Meio. Cabe ao Parque os seus domínios, e eu sempre coloquei isso, do limite do Parque para dentro, a responsabilidade é nossa e evidentemente a gente tem parceiros para apoiar, e do lado de fora é oposto, nós somos parte do processo, não cabe ao Parque. De alguma forma, nós somos mais presentes que a APA Cairuçu, e mais do que a prefeitura em alguns momentos, por isso, acaba caindo sobre nós uma carga de responsabilidades que eventualmente não seriam. Mas, como o ordenamento daquela área urbana ali é fundamental para conservação do Parque Nacional, para a qualidade de vida, é uma área foco também para gestão. A estação de tratamento que existe lá, está embargada pelo ICMBio de fato, mas não por estra dentro do Parque, porque, inicialmente, nós não reconhecíamos aquela área como pertencente ao Parque, mas a gente alertou desde o primeiro momento, acho que em setembro de 2008, quando fomos chamados pela comunidade para a apresentação do processo da estação, sobre a necessidade de licenciamento ali. Quando fizemos a primeira operação no carnaval de 2009, a gente avisou a prefeitura que era necessário que ela apresentasse o licenciamento, nós fizemos isso em fevereiro, cobramos em março, abril, maio, junho, e se não me engano, em julho a estação foi embargada. Quando isso aconteceu, a prefeitura começou a se mexer em busca do licenciamento, e descobriu-se que existia uma licença, mas, havia sido pedido o cancelamento pela própria prefeitura, por ser daquele mandato e eles não quererem passar isso pro governo seguinte. Mas, no final das contas foi excelente, pois a agente percebeu que a estação é absolutamente inadequada, ela não resolve o lançamento de efluentes, que é visto por imagem de satélite, no qual os efluentes são lançados para dentro do Parque. A estação de tratamento até pode permanecer dentro do parque, desde que o empreendedor, no caso, a prefeitura ou a AMOT, consiga comprovar que não há alternativa para ela, o que eu acho difícil. Existem ali inúmeras áreas, mesmo que nos limites do Parque, o local mais adequado não seria do lado de um Parque Nacional, do lado das praias mais visitadas da própria Trindade. Então, o que existe é isso. Não existe um*

*projeto seguro, não existe um licenciamento ambiental, e a gente já, inclusive, começou a fomentar um seminário para discutir o saneamento básico na Trindade. Em relação ao demais conflitos, eu até brinco falando que a Trindade é a ilha dos gauleses de Asterix, pois quando eles não tem mais com quem brigar eles brigam entre si. Mas, é uma coisa absolutamente entendível, por todo o histórico que aconteceu ali. A Companhia é de fato proprietária das terras, por toda a documentação que já foi apresentada, não existe qualquer inconsistência na documentação. A gente não indenizou, isso está aberto, acho muito pouco provável que esse processo possa correr de forma administrativa, porque tem muito indício de possíveis irregularidades, mas isso vai ter que ser caçado ao longo do processo de indenização, e na justiça se for necessário. O que existe hoje, é um documento de uma propriedade em nome da TDT e um acordo judicial que repassou a área da Vila e a área do Morrão para os Trindadeiros. Então, a gente tem ali dois proprietários de terra, a princípio, que é a TDT e um conjunto de moradores de Trindade, além dos terrenos da Marinha, que já pertencem ao Ministério do Meio Ambiente.”*

## **Narrativa 7**

### **Pessoa ligada a gestão do PNSB**

*“O Parque foi criado na década de 70, certamente para proteger a biodiversidade da Mata Atlântica, que já era ameaçada na década de 70. Mas, talvez por outros dois fatores de pressão que estavam atuando na região, como a instalação da usina nuclear e a Rio-Santos, isso tudo naquela época estava sendo implementado naquela área. Mas isso não está escrito em lugar nenhum, pelo menos, eu nunca vi, então não posso afirmar que seja por causa dessas obras. Ele foi criado em 1971 e redesenhado em 1972, e também a gente não sabe direito o limite, existem várias histórias que eu já ouvi, nenhuma documentada. Não sei se era o IPHAN na época, mas o órgão que protegia as questões históricas e culturais da região não gostou da criação do Parque em toda aquela região, achou que poderia atrapalhar a proteção do patrimônio histórico. Então, o IPHAN pediu para que o Parque fosse redesenhado subindo as cotas, para que uma área fosse mais focada na proteção das questões culturais e históricas. Tem outras questões também de conflitos ali pela região: o saco do Mamanguá, parece que tem um interesse econômico, na Praia do Sono e Praia de Laranjeiras, mas a gente não sabe se foi nesse mesmo processo. Só sei que eram 134.000 hectares e passaram para 104.000, 30.000 foram cortados. A minha impressão é que nos primeiros anos o parque foi só um parque de papel, muito pouco foi feito, a gente tem um levantamento feito pelo IBDF, órgão que na época era o responsável, apontando todas as edificações, ocupações feitas dentro do Parque e valorando cada ocupação. Depois disso, a gente tem muito pouca informação. Certamente, existia alguma estrutura em São José do Barreiro, um lugar bem afastado, porque já existia estrutura de outros órgão públicos ali perto. Alguns funcionários do Parque, hoje, vieram de outras instituições públicas, justamente daquela região de São José do Barreiro. Então, desde a sua criação, ele ficou muito tempo sem ninguém trabalhando e depois foi incorporando pessoas. O trabalho foi muito focado na parte alta, que é São José do Barreiro, com estrutura física e funcionários, no restante tinham ações pontuais, por causa de uma denúncia, para fazer fiscalização, uma reunião pontual e voltava-se para Barreiro, sendo que nada de muito concreto foi feito no restante do Parque, até a chegada dessa nova equipe de gestão em 2008, quando começou o Projeto Nova Imagem. O projeto tem como objetivo fazer os esforços do Parque em locais visíveis à sociedade, o que coincide com as áreas de visitação mais intensas. Então, o*

primeiro ponto foi o caminho de Mambucaba, que é a trilha do ouro, três dias de caminhada que já era um ponto conhecido do PARNA; a estrada Paraty- Cunha, uma estrada que corta o Parque, mas que não foi pavimentada por uma série de questões, estava embargada judicialmente e tudo mais, e entendeu-se que a estrada do jeito que estava causava mais impacto do que ela bem implementada, e com ações de manejo ali na área, controle de veículos, controle de tamanho, horário de visitação, vai ter a guarita de controle, mirante, uma série de atrativos para o visitante; e o terceiro ponto é Trindade, onde eu estou focado, na implementação de uso público e controlar aquela área que estava completamente abandonada desde a criação do Parque em 1971. Eu considero que esteja sendo extremamente transparente com a comunidade, inclusive, desde antes de eu chegar, tiveram uma série de reuniões em Trindade, explicando o que era o Parque, toda a legislação que tem por trás disso. É claro que, as pessoas que se beneficiam diretamente não ficam satisfeitas. E em uma das primeiras reuniões que eu participei, houve pessoas que se levantaram no meio da reunião e disseram que só seria implementado o Parque por cima do cadáver delas. Existem lideranças ali, que ganhavam muito dinheiro explorando de forma irregular, havia um grande estacionamento dentro, vários bares, vários na beira da praia. Eles privatizavam a área que deveria ser pública, como a praia, para benefício próprio. E, é claro que a lucratividade, só para você ter uma noção, a gente teve uma estimativa agora, que só de estacionamento, numa alta temporada de novembro a fevereiro, eles lucrariam em torno de 1.000.000 de reais, então, essa reação contrária a UC, tem muito mais haver, na minha opinião, com questões econômicas do que outras questões quaisquer. Mas, foi tudo transparente, desde o início em 2008, deixando claro o que seria feito lá, que seria cumprir a legislação de PARNA, que é implementar o Parque e não permitir nenhuma atividade econômica sem autorização, não permitir nenhum morador no seu interior, e uma série de regras que estão na legislação brasileira. Mas, sempre deixando claro que, quem tem direitos é quem estava lá antes do Parque. A informação sempre foi passada da mesma forma, com muita clareza a todos os grupos, porém, muitos deles não acreditavam, e trabalhavam para que não acontecesse. Uma das formas é a contrainformação, ou seja, os boatos falando que a gente trabalhava para empresas imobiliárias, que a gente havia sido comprado por não sei quem, boatos que eu escuto até hoje. E aí, é importante ter clareza quando se trabalha em Trindade, de se entender o interesse de cada grupo. Tem grupos com o interesse de não ter o Parque lá, porque eles querem voltar ao que era antes, ganhando muito dinheiro com atividade de bares e estacionamento dentro do Parque. E esses grupos causam mais conflitos com a gestão do Parque. Mas, até que os moradores do interior do Parque, esses a gente também tem conflito, mas são conflitos muito claros, a gente tem conversas francas e não tem esse jogo de contrainformação, sabotagem e essas coisas que esse outro grupo fez e faz até hoje. Não tem nenhum lugar que não tenha conflito. Muitos grupos, quase todas as unidades de conservação já tem algum uso, seja ele regular ou irregular. E é claro que, por exemplo, Trindade é um lugar com valor econômico, o valor da terra lá é altíssimo, um barzinho na beira da praia ganha muito dinheiro. O motivo que a gente quer proteger aquela área é porque o PNSB tem 104.000 hectares, e o único ponto em que ele preserva restinga, manguezal e área marinha é em Trindade. Ali, há menos de 1000 hectares, e se a gente perder aquilo, o PNSB vai ficar sem nenhuma área de proteção marinha. As UC's de proteção integral federal, que protegem áreas marinhas, são muito poucas no Brasil, então é um bioma muito pouco representado em termos de proteção, o que torna uma área importante também em termos de conservação ambiental. São pequenas amostras que nós temos em todo o território nacional, e não tem porque a gente abrir mão porque tem um grupo contra a implementação, que chegou depois do Parque estar criado ali, por interesses

econômicos e irregulares. Existem família lá, que anteriores ao Parque, que é um conflito, pois as pessoas vão sair a longo ou médio prazo. Ali era uma comunidade caiçara, uma comunidade que vivia de pesca e agricultura, muitos dos homens trabalhavam em grandes barcos pesqueiros, eles viajavam o país inteiro. Se você conversar com os mais velhos de lá, eles conhecem Santos, Porto Alegre. Eram pessoas que tinha um modo de vida simples, mas que tinham uma integração com o restante do mundo, com um viés religioso evangélico, e uma forma de ocupação do território muito livre. Eles não tinham “eu sou dono disso”, “você é dono daquilo”, essa é a minha impressão, eles tinham naquela região de Trindade uma dinâmica de mudar de lugar. É, essa é, na verdade a dinâmica do modo de vida caiçara, eles tem a “participação de todos em tudo”. Na década de 70, com a construção da rodovia BR, e com a construção do PARNA, apareceu um dono com tudo registrado em cartório, com tudo direitinho como se exigiria hoje em dia. E falaram que essa área era deles e parece que deram uma indenização para as pessoas que moravam, para sair porque eles tinham o projeto de construir lá um condomínio, alguma coisa assim, similar ao que aconteceu na Laranjeiras, inclusive é da mesma empresa multinacional Brasil-Canadá (Brascan). E eu não me lembro se na época ou se posteriormente, a Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), não sei se esse já era o nome na época ou se depois, só sei que algumas pessoas saíram outros não. Sei que eles chegaram a construir Vilas em Ubatuba, para pessoas que aceitaram sair de lá. Mas, alguns não queriam sair, e até então Trindade era frequentada por uma classe média alta, intelectual, de São Paulo, que eram os hippies da época. E essa empresa imobiliária começou a dizer que queria aquela área pra ela, na época da ditadura, e parece que tinha um envolvimento com o governo federal e “engrossaram” lá. Tem os relatos que colocaram fogo na escola, estupraram a professora, bateram no pessoal. Eu não sei o quanto disso é lenda, ou verdade, mas tem fotos do pessoal de Trindade na frente do Trator, impedindo que eles aterrassem e mudassem o curso do rio. E nessa época, na minha visão, junto com o conhecimento desses turistas que já tinham um senso crítico maior, começaram a judicializar e trazer imprensa. Então, essa briga durou um tempão, eu não sei quando começou mas parece que tem uma data razoavelmente precisa de quando terminou, se não me engano foi em 1982, quando foi assinado o acordo. Ora, os trindadeiros ganhavam a disputa judicial, ora essa empresa ganhava. Ambas sentaram e entenderam que a briga estava desgastando as duas partes, e houve um acordo repassando uma parte da área que pertencia a eles para o trindadeiros, que é a área da Vila de Trindade, uma área para os ranchos de pesca, que ainda era uma atividade essencial para aquelas pessoas, e uma área chamada de morrão para as atividades de agricultura, para fazer a roça, a casa de farinha, e tudo mais. Eu não sei dizer a posição do Parque nessa época! Não tem nenhum registro, nada. Eu não tenho nenhuma informação a princípio, a gente fala assim porque não está registrado, a princípio ele não participou, estava ausente da área que aconteceu isso nesse período. Sobre a existência, ou não de caiçara, é diferente de falar de índio, de falar de ser quilombola, na minha opinião tem toda uma ancestralidade de um povo, o caiçara já vem de uma mescla de culturas, é até a definição de caiçara que eu já vi em alguns livros, é a mescla da cultura negra com a europeia e indígena, mas isso somos todos nós. A própria definição é complicada do ser caiçara. Mas, vamos dizer que seja bem definido, na minha opinião, é um modo de vida, vamos dizer: caiçara é o cara que tem lá o modo de vida harmônico com a natureza, e depende da natureza para subsistência. Hoje, é o que eu consideraria ser um caiçara, o cara que depende da pesca, uma pesca artesanal, ainda não é industrial, ele teria uma agricultura, e isso seria parte principal da vida dele, e da renda dele também. Claro, que eles já viveram, a geração de 40 anos para cima, viveram a roça, viveram a pesca, a grande maioria dos 40 para cima, talvez dos 50. Em uma comunidade que tem mais de 1000

peessoas, talvez tenham 50 ou 100 pessoas, que dependam da roça, e que isso ainda é uma parte principal da sua vida. Isso para mim, não estou batendo o martelo, tanto que tem alguns laudos que a gente coloca isso, que a gente não se sente competente para dizer se alguém é caçara ou não, ninguém do parque falou: “eu bato o martelo para dizer se é caçara ou não” porque não se sente competente mesmo. Mas a opinião, com base no que eu coloquei para você, tem muito poucas pessoas que dependem dessas atividades na sua vida. O parque realmente não permite pesca de nenhum porte, como ideal, mas como você sabe, a gente está numa fase de implementação do Parque e não cobramos tudo. Até fala que é proibido a princípio mas, não é o parque que proíbe eles de pescarem, é a opção deles que escolheram uma outra atividade. Um exemplo grande e maravilhoso disso foi a história na época do acordo, eles ficaram com uma área de rancho de pesca, exclusivamente rancho de pesca: canoas, redes de pescas e seus apetrechos, eles tinham total liberdade para fazer tudo, e nesse mesmo local, hoje não tem nenhum rancho de pesca. O único lugar que tem hoje para guardar material de pesca e canoas é dentro do parque. Foi o parque que fez eles mudarem? Foi o parque que falou para eles reformarem as áreas de rancho e pesca em áreas de bares e restaurantes? Acho que não tem, nenhuma família que não tenha como, talvez não como a principal, mas compete com a principal, o turismo. Eu diria que seria a principal. A Trindade já foi muito impactada, antes inclusive do Parque ser criado, a gente tem fotos antigas, fotos aérea de grandes áreas de pasto, grandes áreas de roça. Então, toda vegetação ali é secundária, não é uma vegetação primária, bem estabelecida. Há relatos de que havia um mangue dentro do Parque, hoje não tem mais, tem até um ambiente lodoso, mas não tem quase nenhuma espécie de mangue, restinga também são poucas espécies, tem o chapéu-de-sol, que é a amendoeira aqui no Rio, tem o coqueiro, eu não sei de cabeça, mas há uma série de espécies que não são de restinga, ali é uma área que já foi muito impactada ao longo do tempo. Muitas áreas continuam sendo impactadas pelo uso irregular, por exemplo, a área dos quiosques, o estacionamento, com grande fluxo de pessoas que não está direcionado, então, se impede a regeneração que seria natural. Esses impactos são visíveis na Trindade toda, nas trilhas, na beira da praia onde as pessoas ficam, onde tinham as edificações, onde tinham os estacionamentos. No plano de manejo, que é de 2002, a Trindade é vista como uma região de uso intensivo, então, ele já prevê no planejamento, desde 2002, que é uma área de uso intenso, que vai ter uma visitação intensa e tudo mais. Claro que, o objetivo principal, acima de tudo, é proteger a biodiversidade, e a gente sempre vai trabalhar nesse sentido, e também permitindo o turismo, educação ambiental e pesquisa. Em Trindade, o que a gente está querendo fazer é uma visitação de grande número, a gente acha que as praias têm uma resiliência, é uma postura ainda pouco científica e mais visual. A areia têm uma população mais de fauna, que estão acostumados mais com a interferência de marés e tudo mais, tem impactos mas não tanto quanto em outras áreas mais sensíveis, como a piscina natural, que a agente está trabalhando para reduzir a visitação nesses pontos específicos, para os impactos serem minimizados, e recuperar os valores biológicos que e perderam ao longo dos anos ali. A gente era muito cobrado e criticado por fazer o que a gente tinha que fazer, que era a retirada das ocupações irregulares, começar a controlar a área, e tudo mais, e houve bastante resistência quanto a isso, principalmente, daqueles grupos econômicos que eu havia falado para você. Hoje, o q agente mais tem é uma cobrança pra que a gente faça o que tem que se fazer. Isso foi uma mudança fantástica, pois a própria comunidade dizer que a gente tem que cuidar, tem que proteger, tem que reflorestar. A gente ainda não tem condições de fazer isso, mas está caminhando e a cobrança da sociedade, da comunidade local, com certeza nos d  mais força pra conseguir recursos para realizar essas a es. A gente está implementando o Parque aos pouquinhos, ainda não temos indicadores e nem estamos

construindo ainda esses indicadores para o Parque inteiro. Nós estamos muito focados no ordenamento da piscina natural. A gente não tirou a pesca deles, a gente ainda vai trabalhar com a pesca, se eles não pescam é porque eles não querem! E é claro que esse interesse econômico e emocional ajuda a ter mais gente que não vai trabalhar só para ter dinheiro ali. Esse é um trabalho muito legal com a ABAT para ordenar a piscina natural, inclusive com indicadores de qualidade ambiental ali. A gente já está implementando, um evento teste com o número máximo de pessoas na piscina, junto com os barqueiros e as pessoas da comunidade. Nós limitamos em 80 pessoas dentro da piscina, a nossa intenção é ter um fator turístico, através da opinião do visitante, um fator ambiental que já é uma questão mais científica com algum grupo de pesquisa, mas que seja fácil de fazer. Na visão do Parque, e de vários atores envolvidos, como a prefeitura e a própria comunidade, a Vila não suporta o número de carro que hoje entram lá. Não tem, sistema viário, não tem rua suficiente, e aquele estacionamento, leva para dentro da Vila um número de carros absurdo, pois são mais de 500 carros ali, gera engarrafamento, confusão, uma série de problemas. O desenho que a gente imagina, seriam ter bolsões de estacionamento antes da Vila. A ideia futura é que a gente consiga achar uma área possível de fazer um estacionamento antes de chegar na Vila. Fizemos algumas capacitações para moradores da Vila, algumas palestras, mas não dá para chamar de educação ambiental. A gente mostrou que tem atribuições e disponibilidade para fazer esse tipo de ação. Agora, a gente tem esses altos e baixos, de vez em quando tem esses conflitos com a comunidade, o que dificulta todo o trabalho de educação ambiental. Uma ação que era um pouco nessa linha, eu me lembro que no réveillon do ano de 2009-2010, estava fazendo um ano de ação lá, já fazem 4 anos que nós estamos lá, a gente conseguiu apoio da SOS Mata Atlântica e de outros parceiros para comprar quase 1000 mudas de vegetação de restinga. A gente tinha uma área livre de ocupações que a gente cercou, a gente combinou com os barqueiros e com a AMOT de fazer no dia 1º de Janeiro uma atividade de plantio dessas mudas. Foi bem combinado, mas foi um feriado que choveu todos os dias torrencialmente, alagou Paraty e tudo mais, e agente já tinha cercado a área e estava com as mudas lá e não tinha muito como tomar conta delas em outro lugar, e a gente acabou plantando na correria no dia 1º, os próprios funcionários do Parque, com plaquinha, tudo bonitinho, arame liso, sem ser arame farpado para cercar a área, plaquinha escrita “área de recuperação de restinga”. Dois dias depois, eu voltei lá e não tinha mais nada, todas as mudas arrancadas, todas as placas arrancadas, eu fiquei extremamente decepcionado e chateado porque eu sei que foram pessoas da comunidade que fizeram isso, não foi a comunidade, mas eu sei que foram pessoas de lá, e aí mostra que não é tão fácil assim. A gente tem uma série de atribuições, algumas vieram, realmente, com respostas negativas de algumas pessoas e uma pessoa pode destruir todo um trabalho de um grupo maior. Poderia até ter plantado com criança, com pessoas locais e essa mesma pessoa poderia ter feito essa mesma coisa. Um evento muito recente foi o das placas que foram feitas em conjunto com a ABAT, AMOT e a ONG Caxadaço Bocaina Mar, com placas bem grandes falando do Parque, mostrando os seus atrativos de uso público, todas as placas tinham a logo de todas as instituições, e no dia seguinte estavam todas cortadas e queimadas, então, realmente é um trabalho complicado. Houve participação, houve envolvimento e mesmo assim um pequeno grupo de pessoas que está perdendo dinheiro, essa é a verdade, eles usam outros argumentos, mas na verdade, a questão deles é financeira e estão revoltados com o Parque até hoje.

**APÊNDICE 3**  
**Folder**

Você sabia que está em uma comunidade de origem caiçara?



Ilustração: O Caiçara – Lu Paternostro

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara, que era utilizado para denominar estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias, para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos de comunidades tradicionais do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988).

Trindade é um bairro de Paraty, que possui grande valor ambiental, por ser o único trecho do Parque Nacional da Serra da Bocaina com atrativos marinhos. Aqui estão duas das mais belas praias de Paraty (Praia do Meio e Caixa D' aço), além de uma piscina natural cercada de vegetação nativa e de histórias caiçaras.



Ilustração: <http://www.muscai.com.br/>

Agora que você já sabe sobre Trindade, vamos descobrir o que iremos encontrar por aqui!

As comunidades caiçaras se estabeleceram nas encostas, costões rochosos, restingas e mangues da Mata Atlântica. Acredita-se que os povos caiçaras, nasceram a partir do século XVI, afastados das influências urbanas, e são uma mistura do índio, das regiões litorâneas do estado de São Paulo e oeste fluminense, tupiniquins, brancos, de origem portuguesa, e negros. A atividade que eles mais gostam é a pesca e agricultura para sua própria subsistência.

E você, o que gostaria de fazer em um lugar como esse?



Ilustração: Projeto Juçara – Fonte: IPEMA

Nesta região, vivem muitas espécies animais e vegetais únicas, e algumas estão sobre o risco de extinção local. Isso não é triste? Você viu alguma delas por aí?



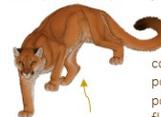
PALMEIRA JUÇARA (*Waterpe adida*)

A palmeira Juçara é uma espécie nativa da Mata Atlântica, que também é conhecida como Jiçara, Içara ou Ripeira. Está em risco de extinção, devido ao uso de seu caule para produção de ripas para construção e também devido ao consumo de seu palmito em conserva.

O muriqui, considerado o maior primata das Américas, tem referência por áreas de mata de difícil acesso, e que ainda em bom estágio de preservação. Apesar de estar ameaçado de extinção, ainda é muito procurado por caçadores.



MURIQUI (*Brachyteles arachnoides*)



SUÇUARANA (*Puma concolor capricornensis*)

A suçuarana, também conhecida como onça-parda, possui uma grande área de vida, pois se desloca desde ambientes florestais até pastagens e campos de altitude. Sua presença mostra a importância da preservação das áreas de mata situadas dentro e fora dos limites do Parque.

Se conservarmos esse ambiente, estas e outras espécies ficarão por muito tempo com a gente. Podemos contar com você?

Desenvolvido por: Luana Balbino dos Santos, como parte de sua Tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ (2016).

Contato: luanabs.ufrj@gmail.com

Apoio:



Quer saber mais?

[www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/](http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/)

[www.laesolos.ufrj.br](http://www.laesolos.ufrj.br)

[www.muscai.com.br](http://www.muscai.com.br)

[www.ocarete.org.br](http://www.ocarete.org.br)

[www.preservareresistir.org/](http://www.preservareresistir.org/)

[www.proletojuçara.org.br](http://www.proletojuçara.org.br)



Ilustração: IPEMA

Seja bem vindo a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral: o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

A unidade de conservação de proteção integral tem como objetivo a proteção da natureza, e por isso, suas normas são mais restritivas, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, sem consumo, coleta ou danos. Assim, as atividades que estão liberadas são: recreação em contato com a natureza, turismo, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental.

Com 104 mil hectares, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) está localizado em um trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica.

